

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA REGIONAL

ANNE RAQUEL DA SILVA NASCIMENTO

**ENTRE O GLAMOUR E A MARGINALIDADE:**  
a travestilidade no Diário de Pernambuco (1970-1985)

RECIFE

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA REGIONAL

ANNE RAQUEL DA SILVA NASCIMENTO

**ENTRE O GLAMOUR E A MARGINALIDADE:**  
a travestilidade no Diário de Pernambuco (1970-1985)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Natanael Duarte de Azevedo.

RECIFE

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- N244e Nascimento, Anne Raquel da Silva  
Entre o glamour e a marginalidade: a travestilidade no Diário de Pernambuco (1970-1985) / Anne Raquel da Silva Nascimento. - 2022.  
145 f. : il.
- Orientador: Natanael Duarte de Azevedo.  
Inclui referências.
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2022.
1. Travestis. 2. Discurso. 3. Jornais. 4. Queer. I. Azevedo, Natanael Duarte de, orient. II. Título

CDD 981

---

ANNE RAQUEL DA SILVA NASCIMENTO

**ENTRE O GLAMOUR E A MARGINALIDADE:**

A travestilidade no Diário de Pernambuco (1970-1985)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: 29/09/2022.

---

Prof. Dr. Natanael Duarte de Azevedo (Orientador)  
UFRPE

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Emília Vasconcelos dos Santos (Examinador (a) Titular Interno)  
UFRPE

---

Prof. Dr. Iran Ferreira de Melo (Examinador (a) Titular Externo)  
UFRPE

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alcileide Cabral do Nascimento (Examinador (a) Suplente Interno)  
UFRPE

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vicentina Maria Ramires Borba (Examinador (a) Suplente Externo)  
UFRPE

## DEDICATÓRIA

A todas as Ceras, Cíntias, Palomas, Anas e Sandras (*In memoriam*) que, por serem travestis, perderam as suas vidas para o sistema. Dedico também a todas as travestis que vieram antes de mim e que através das suas lutas e trajetórias de vida tornaram a minha existência possível e de tantas outras pessoas trans, travestis e não-binárias.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Silvana e Sidney, por todo amor e apoio. Sem vocês, eu não chegaria tão longe. Obrigado por investirem na minha educação!

A Lilian, minha companheira da vida, por todo amor, carinho, compreensão, incentivo, paciência e sacodes. Sem o seu cuidado, eu já teria desistido. Obrigado por acreditar em mim e por valorizar todo o meu esforço. Tqm!

A minha amiga Aílla, companheira do mestrado, por tantas ideias trocadas, lágrimas, correções, leituras, dúvidas tiradas e por tantas histórias compartilhadas. Parece até que nossa amizade veio de outras vidas. Obrigado por esse encontro!

A Karla, Pam, Matheus, Heli, Adriano e Ronaldo, membros do CEAC, pelos primeiros 6 meses mais incríveis do mestrado. Foram muitas trocas acadêmicas, experiências trocadas e apoio que tornaram a experiência do mestrado mais leve. Largar das aulas e ir para o Conterrâneo com vocês era o meu alívio semanal. Graças as deusas nossos caminhos se cruzaram!

Aos meus professores da graduação, Luiz Carlos, Maria Emília e Walter Amaral por abrirem os primeiros espaços para que eu pudesse trilhar o meu caminho como pesquisador.

As professoras e professores do PGH/UFRPE pelo conhecimento compartilhado.

Ao NuQueer pelas discussões enriquecedoras que muito me auxiliaram na escrita deste trabalho.

Agradeço a Iran Melo por ter aceitado participar da minha banca de qualificação, por sua sensibilidade e por todas as sugestões dadas.

Agradeço novamente a Maria Emília e também a Walter Amaral por aceitarem fazer parte da minha banca de defesa e pelas sugestões e correções que foram essenciais para a conclusão deste trabalho.

Não poderia deixar de agradecer a Natan, meu orientador. Que com toda a sua paciência aceitou me orientar e não me abandonou, mesmo quando eu falhei. Obrigado por confiar tanto na minha capacidade.

Por fim, a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) por ter financiado com a bolsa de Pós-Graduação o projeto

“Narrativas queer(izadas): diálogos entre historiografia, saberes subalternos e teoria queer”, sob a coordenação e orientação do Prof. Dr. Natanael Duarte de Azevedo.

## RESUMO

Diante dos processos e estigmas que violentaram e invisibilizaram as dissidências de gênero e sexualidade durante o período da ditadura (cis)hétero-civil-militar, e até mesmo antes, nossa discussão se propôs a resgatar a memória das travestis que viveram em Pernambuco e o direito à memória. Desse modo, tivemos a oportunidade de contribuir com a inserção e respeitabilidade dessas corpos numa História que, por muitos anos, foi e continua sendo machista, transfóbica, homofóbica e racista. Esta pesquisa teve como objetivo compreender aspectos relacionados à travestilidade no jornal *Diário de Pernambuco* e os reflexos das relações entre a sociedade, as dissidências de gênero, a subjetividade e a construção da corporalidade entre 1970 e 1985. Por isso, para formar o nosso *corpus*, selecionamos reportagens que noticiavam fatos relacionados com a travestilidade, desde a sua marginalização até a exaltação de *performances* artísticas e comportamentos no geral. O jornal *Diário de Pernambuco* foi escolhido como cenário dessa trama por, até hoje, ter uma grande circulação no Estado e por alcançar diversos setores da sociedade pernambucana. Sendo assim, encontramos em suas páginas o que seria um espelho do imaginário que vinha sendo construído à época. Conseqüentemente, para construir o nosso aporte teórico-metodológico, utilizamos nessa pesquisa, dentre outros/as, a historiadora Joan Scott, a filósofa Judith Butler, a pesquisadora e transfeminista Viviane Vergueiro e o filósofo Paul Preciado que desenvolvem os conceitos de gênero, sexualidade e ramificações em suas pesquisas. Já a análise do periódico realizou-se sob a óptica da Micro-História, método de análise desenvolvido pelo historiador Carlo Ginzburg, que consiste na redução da escala de observação. Ao utilizarmos a Micro-História, foi possível analisar os aspectos que, no macro, poderiam passar despercebidos. Por meio dos instrumentais apresentados, verificamos que, por mais que a maioria dos discursos sobre as corpos travestis as colocassem em situação de margem e as tornassem alvos principais da perseguição moral e conservadora, não era mais um “fazer travesti” que estava em jogo, mas um “ser travesti”. A travestilidade desafiava as normas morais e comportamentais ao ocuparem os espaços destinados apenas para os corpos cisheteronormativos.

**Palavras-chave:** travestis; discurso; jornais; queer.

## RESUMEN

Frente a los procesos y estigmas que violaron e invisibilizaron las disidencias de género y sexualidad durante el período de la dictadura (cis)hetero-cívico-militar, e incluso antes, nuestra discusión tuvo como objetivo rescatar la memoria de las travestis que vivían en Pernambuco y el derecho a la memoria. De esta manera, tuvimos la oportunidad de contribuir a la inserción y respetabilidad de estos cuerpos en una Historia que, durante muchos años, fue y sigue siendo sexista, transfóbica, homofóbica y racista. Esta investigación tuvo como objetivo comprender aspectos relacionados con la travestilidad en el diario *Diário de Pernambuco* y los reflejos de las relaciones entre la sociedad, las disidencias de género, la subjetividad y la construcción de la corporeidad entre 1970 y 1985. Por lo tanto, para formar nuestro *corpus*, seleccionamos artículos que relataran hechos relacionados con la travestilidad, desde su marginación hasta la exaltación de las *performances* y comportamientos artísticos en general. El diario *Diário de Pernambuco* fue elegido como escenario de esta trama porque, hasta hoy, tiene una gran circulación en el Estado y por llegar a diferentes sectores de la sociedad pernambucana. Así, encontramos en sus páginas lo que sería un espejo del imaginario que se estaba construyendo en ese momento. En consecuencia, para construir nuestro aporte teórico-metodológico, utilizamos en esta investigación, entre otros, a la historiadora Joan Scott, la filósofa Judith Butler, la investigadora y transfeminista Viviane Vergueiro y el filósofo Paul Preciado quienes desarrollan los conceptos de género, sexualidad y ramificaciones. en sus investigaciones. El análisis de la revista se realizó desde la perspectiva de la Micro-Historia, método de análisis desarrollado por el historiador Carlo Ginzburg, que consiste en reducir la escala de observación. Mediante el uso de la Micro-Historia, fue posible analizar los aspectos que, en la macro, podrían pasar desapercibidos. A través de los instrumentos presentados, comprobamos que, si bien la mayoría de los discursos sobre los cuerpos travestis los colocaban en una situación marginal y los convertían en los principales objetivos de la persecución moral y conservadora, ya no era un “hacer travesti” lo que estaba en juego, sino un “ser travesti”. La travestilidad desafió las normas morales y de comportamiento al ocupar espacios destinados únicamente a cuerpos cisheteronormativos.

**Palabras clave:** travestis, discurso, periódicos, queer.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1: Anúncio de filme</b> .....	37
<b>Figura 2: Censura às travestis</b> .....	38
<b>Figura 3: Cirurgia de redesignação genital</b> .....	50
<b>Figura 4: Coccinelle</b> .....	51
<b>Figura 5: Trecho de entrevista concedida por Rogéria</b> .....	53
<b>Figura 6: Consuelo</b> .....	54
<b>Figura 7: Trecho de entrevista concedida pelo bel. Antônio Edson Feroza</b> .....	58
<b>Figura 8: Discurso médico sobre as homossexualidades</b> .....	60
<b>Figura 9: Fotografia sem identificação</b> .....	61
<b>Figura 10: Discriminação de raça e de gênero</b> .....	68
<b>Figura 11: Proibição do Baile das Bonecas</b> .....	74
<b>Figura 12: Avenida Guararapes</b> .....	77
<b>Figura 13: Complexo de Salgadinho</b> .....	83
<b>Figura 14: Elogio ao Vivencial</b> .....	88
<b>Figura 15: Vedetes e Travestis</b> .....	90
<b>Figura 16: Boite Boogaloo</b> .....	92
<b>Figura 17: Boate Gaslight</b> .....	93
<b>Figura 18: Tecnologias científico-corporal</b> .....	95
<b>Figura 19: Primeira reportagem sobre o assassinato de Cêra</b> .....	107
<b>Figura 20: Avenida/rua Antônio Falcão e Avenida Boa Viagem</b> .....	108
<b>Figura 21: Oscar Aracaty</b> .....	110
<b>Figura 22: Paloma</b> .....	116
<b>Figura 23: Jô ou Quartinha</b> .....	117
<b>Figura 24: Segunda nota de protesto da Preserve Segurança</b> .....	120
<b>Figura 25: Ruas dos bairros centrais do Recife</b> .....	124
<b>Figura 26: Avenida Recife</b> .....	125
<b>Figura 27: Locais de circulação das travestis</b> .....	125

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1: Linha do tempo - Caso Cêra.....</b>	<b>106</b>
--	------------

## LISTA DE SIGLAS

AI-5 – Ato Institucional nº 5

ARMO – Associação de Rapazes e Moças do Amparo

CBA - Comitê Brasileiro pela Anistia

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CEPE – Companhia Editorial de Pernambuco

CID - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde

DCDP – Divisão de Censura de Diversões Públicas

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

GGB – Grupo Gay da Bahia

INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

LGBTIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Travestis, Intersexuais, Assexuais e todas as demais existências de gêneros e sexualidades

MPF – Ministério Público Federal

OBAN – Operação Bandeirante

OMS – Organização Mundial da Saúde

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PNB – Produto Nacional Bruto

SNI – Serviço Nacional de Informação

SNT – Serviço Nacional de Teatro

SSP – Secretaria de Segurança Pública

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO: O DESPERTAR DA CLIO – QUE RUFEM OS TAMBORES PARA QUE A TRAVESTILIDADE POSSA ENTRAR.....</b>	<b>12</b>
O despertar da Clio .....	16
Fontes e metodologia: uma imersão no <i>Diário de Pernambuco</i> .....	24
Os caminhos percorridos .....	27
<b>PRIMEIRO CAPÍTULO: O QUE NOS DIZ O <i>DIÁRIO DE PERNAMBUCO</i>? .....</b>	<b>29</b>
1.1 A importância dos jornais como fontes históricas .....	30
1.2 <i>Diário de Pernambuco</i> : da censura à imprensa e às diversões públicas.....	35
1.3 Queerizando o passado: pensando a História para além das margens.....	40
1.4 Travestilidade em pauta: a (des)construção dos gêneros .....	45
1.5 Concepções religiosas, médicas e criminológicas: a marginalização da corpa travesti.....	56
<b>SEGUNDO CAPÍTULO: A ARTE COMO TRANS(FORMA)ÇÃO .....</b>	<b>70</b>
2.1 Travesti não tem mesmo voz?.....	72
2.2 A arte como uma possibilidade de (r)existência .....	80
2.3 (Re)pensando a construção da corporalidade travesti.....	94
<b>TERCEIRO CAPÍTULO: O CONTROLE SOBRE A VIDA E A MARGINALIZAÇÃO DA CORPA TRAVESTI.....</b>	<b>101</b>
3.1 Se espremer, sai sangue: a repercussão do “Caso Cêra” no <i>Diário de Pernambuco</i> .....	104
3.2 O controle sobre a vida.....	121
3.2 A justiça transicional e o combate à impunidade .....	126
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>131</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>134</b>

## INTRODUÇÃO: O DESPERTAR DA CLIO – QUE RUFEM OS TAMBORES PARA QUE A TRAVESTILIDADE POSSA ENTRAR

A pesquisa aqui desenvolvida teve como norte a representação do discurso de uma época sobre as travestis no *Diário de Pernambuco*, ora estando em situação de margem, ora tendo as suas vivências *glamourizadas*. Conseqüentemente, nos propusemos a lançar luz sobre os discursos que normatizavam as dissidências de gênero e as práticas sexuais das travestis pernambucanas.

É preciso destacar que, no decorrer de todo o texto, precisei fazer algumas escolhas no que se refere a linguagem. Sabendo que a linguagem reflete as desigualdades de gênero e naturaliza a exclusão das mulheres e pessoas que não se enquadram dentro da binariedade de gênero e, sabendo também, que a travestilidade é uma identidade feminina, estamos utilizando pronomes femininos para nos referirmos às travestis, mesmo quando alguns/algumas autores/as insistem em utilizar pronomes masculinos.

Seguindo ainda este raciocínio, optamos por modificar algumas palavras que há muitos anos são escritas somente no masculino. Essas escolhas serviram para questionar a construção do masculino como hegemônico na linguagem e como forma de respeito às reivindicações do movimento travesti no Brasil. Posto isto, acreditamos no que afirmam Paki Venegas Franco e Júlia Pérez Cervera (2006, p. 12-13),

[...] a linguagem não é algo natural, mas sim uma constituição social e histórica, que varia de uma cultura para outra, que se aprende e que se ensina, que forma nossa maneira de pensar e de perceber a realidade, o mundo que nos rodeia e o que é mais importante: pode ser modificada.

Quanto ao recorte temporal foi escolhido o espaço de tempo entre os anos 1970 e 1985 por acreditarmos que não haveria tempo hábil para analisar todos os artigos jornalísticos publicados, sobre a travestilidade, durante os anos em que vigorou o regime ditatorial (1964-1985). Na ditadura (cis)hétero-civil-militar ocorreram eventos complexos que, em sua totalidade, seria impossível discorrer neste trabalho. Então, reduzimos esse período para 15 anos a fim de verificar se houve alguma mudança significativa na forma como as travestis eram retratadas no *Diário de Pernambuco*, tais como: as conseqüências da promulgação do Ato Institucional nº5 (AI-5), elaborado em 13 de dezembro de 1968 pelo ministro Gama e Silva e

assinado pelo Presidente marechal Costa e Silva (1967-1969), tendo vigorado até dezembro de 1978; aos anos de chumbo<sup>1</sup>, promovidos pelo governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)<sup>2</sup> e ao período da reabertura política “lenta, gradual e segura”<sup>3</sup>, iniciada no governo de Ernesto Geisel (1974-1979) e finalizada durante o mandato de João Figueiredo (1979-1985). Desse modo, saber se esses eventos distintos provocaram alguma mudança no conteúdo das matérias foi o nosso principal intuito.

O caminho percorrido para a construção do presente tema de pesquisa, teve início a partir das vivências, inquietações e leituras que atravessam a minha corpa. Corpa esta que também é dissidente do sistema<sup>4</sup> sexo-gênero e que vive, insistentemente, tentando desafiar as normas impostas pela sociedade, assim como as travestis outrora fizeram. Eu, enquanto possuidor de uma vivência transmasculina e de um olhar crítico sobre as ausências na História, percebi que pouco se falava na historiografia brasileira sobre as travestis. A produção de conhecimento que considera as travestis não só como objetos, mas também como sujeitas da sua própria história, infelizmente, ainda é bem escassa.

Isso é resultado da abjeção das corpas travestis e da exclusão delas dos espaços de produção do conhecimento. Nota-se que não é uma ausência somente no que se refere a presença das travestis na História, há uma ausência também das travestis enquanto agentes da história. Do pouco que se tem, a maior parte dos trabalhos ainda são sobre as violências sofridas por travestis e sobre a prostituição nos grandes centros urbanos. É importante acrescentar que a impossibilidade de muitas travestis não adentrarem nos espaços acadêmicos é um fator decisivo para a construção de um conhecimento cisheteronormativo.

A partir da percepção das ausências mencionadas e das dificuldades encontradas no exercício do fazer historiográfico, surge-nos como problema de

---

<sup>1</sup> Considerado como o período de maior repressão da ditadura no Brasil. Corresponde ao período que vai da institucionalização do AI-5 até o final do governo Médici.

<sup>2</sup> Segundo Maria Helena Moreira Alves (1989, p. 144), após o falecimento de Costa e Silva em agosto de 1969, instalou-se uma crise sucessória dentro do governo para escolher quem seria o próximo presidente, o que demonstrava “a fragilidade das tentativas de institucionalização do Estado de Segurança Nacional” (ALVES, 1989, p. 144), pois, com um ano e meio da promulgação da constituição de 1967, ela já estava sendo desrespeitada.

<sup>3</sup> Slogan criado durante o governo Geisel, que pretendia conduzir o retorno de reabertura política de forma “lenta, gradual e segura”.

<sup>4</sup> O termo “cistema” no lugar de “sistema”, frequentemente utilizado entre pessoas trans e travestis, foi escolhido para denunciar o caráter cisgênero, e até transfóbico, presente nas estruturas e instituições.

pesquisa a seguinte pergunta: como a representação dos discursos sobre a travestilidade no *Diário de Pernambuco* pode refletir as relações entre a sociedade, as dissidências de gênero, a subjetividade e a construção da corporalidade entre 1970 e 1985?

A partir da problemática central, outras perguntas foram necessárias para nortear a pesquisa: 1) quais os mecanismos utilizados para reprimir as corpos travestis?; 2) como elas eram representadas na grande imprensa?; 3) além dos locais de margem, outras vivências eram noticiadas?; 4) os processos de resistência vivenciados pelas travestis no cotidiano eram noticiados pelo jornal? Através das respostas encontradas sobre as vivências cotidianas das travestis, poderemos compreender os aspectos envolvidos no processo macro do que foi a ditadura (cis)hétero-civil-militar, pois, como destaca Marc Bloch (2001, p. 65), “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente”.

Desse modo, este trabalho surgiu como uma forma de trazer contribuições tanto para o Programa de Pós-Graduação em História (UFRPE) como para a construção de uma historiografia que lance luz sobre as corpos dissidentes. Sendo assim, a sua relevância encontra-se centrada na valorização das histórias de grupos sociais que são colocados nas zonas fronteiriças da sociedade e que tiveram suas trajetórias negadas através de uma história única contada pelos grupos dominantes.

Segundo Chimamanda Ngozi Adichie (2019), ao falarmos de uma história única não podemos deixar de mencionar as estruturas de poder que moldam a nossa sociedade. Para a autora, “o poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que seja sua história definitiva”, ou seja, “como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas depende muito de poder” (ADICHIE, 2019, p. 23). Nessa mesma obra, a autora ainda acrescenta que “a história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história” (ADICHIE, 2019, p. 26).

Contar as histórias e valorizar as vivências das travestis significa também contribuir para a reconstrução e respeitabilidade dessas corpos perante uma História que, por muitos anos, foi – e segue sendo – homofóbica, machista, transfóbica e

racista. Sendo assim, trazer discussões semelhantes deste tipo para uma Pós-Graduação em História é colaborar, inclusive, com a formação de novos/as professores/as que poderão abordar essa temática nas salas de aula, bem como poderá servir de material para novas pesquisas.

Além do que já foi citado, é importante enfatizar que, no decorrer de todo o texto, empregamos o termo “(cis)hétero-civil-militar” para nomear o período ditatorial. Renan Quinalha foi o primeiro a utilizar o termo “hétero-militar” para nomear as políticas sexuais e de gênero empreendidas durante os governos ditatoriais (1964-1985). Durante este período, havia uma associação entre o regime autoritário e a regulação das sexualidades. Os militares não utilizavam apenas os aspectos políticos contidos na Doutrina de Segurança Nacional, “mas também morais, ao associar a homossexualidade a uma forma de degeneração e de corrupção da juventude” (QUINALHA, 2017, p. 25).

Rick Afonso-Rocha (2021) propôs a reescrita do termo “hétero-militar” para ditadura “cis-hétero-militar” por compreender que:

A adoção do termo técnico ‘cis’ no conceito ‘hétero-militar’ demarca exatamente isto: a cegueira provocada pelo cissexismo que, de tão naturalizado, impossibilita a reflexão a respeito de fenômenos específicos relacionados à existência material e concreta de trans-existências [...] de modo tal que reduzir as políticas de gênero às sexuais pode endossar a redução das identidades de gênero à orientação sexual (AFONSO-ROCHA, 2021, p. 25)

Lançar luz sobre a face oculta cisgênera e cisheteronormativa da ditadura brasileira, que teve início em 1964, é compreender ambas como um projeto colonial limitador e desumanizador de corpos e identidades de gêneros não normativas. Nas palavras de Viviane Vergueiro Simakawa:

[...] a utilização das terminologias “cis” no contexto de gêneros – “cisgneridade”, “cissexual”, “cisgênera”, “cissexismo”, entre outras – [...] nos auxilia a re+pensar criticamente sobre as inconformidades de corpos e gêneros, apontando para as estratégias de poder nas produções das categorias utilizadas para nomear tais inconformidades (SIMAKAWA, 2015, p. 48).

Entretanto, mesmo cientes do caráter cisheteronormativo dos governos ditatoriais, é sempre importante esclarecer que a discriminação e a repressão contra homossexuais e travestis não foram instauradas juntamente com a ditadura (cis)hétero-civil-militar em 1964, mas foram reforçadas durante o período. Por muitos anos, o discurso moralizante esteve ancorada em três eixos principais: o médico-legal, que tratava a homossexualidade e a travestilidade como uma doença, uma

perversão; a Igreja Católica e a Protestante, que juntas estabeleciam que tudo aquilo que estivesse fora das normas estabelecidas, no tocante à formação de uma família tradicional<sup>5</sup>, seria considerado como pecado, ilegítimo e anormal; e as visões criminológicas conservadoras, no qual consideravam as travestis como criminosas em potencial.

Diante do exposto e sabendo da existência de lacunas sobre o período ditatorial para as travestis, temos como objetivo geral: compreender aspectos relacionados à travestilidade no jornal *Diário de Pernambuco* e os reflexos das relações entre a sociedade, as dissidências de gênero, a subjetividade e a construção da corporalidade entre 1970 e 1985. Para atingirmos o nosso objetivo geral, traçamos os seguintes objetivos específicos: 1) *queerizar* a História para analisarmos quais foram as condições necessárias para o processo de consolidação da identidade travesti em Pernambuco; 2) investigar como a *glamourização* artística forneceu ferramentas para construir os processos de resistência; 3) identificar como a marginalização das corpos travestis contribuiu com a perseguição e violação dos direitos humanos.

## **O despertar da Clio**

A travestilidade nem sempre foi um tema privilegiado pela História. Foi preciso criar epistemologias outras para que as corpos dissidentes se tornassem mais do que apenas um objeto de pesquisa. O movimento de trazer para o centro aquelas que foram lançadas para a margem da sociedade teve início na década de 1960 com o surgimento da História das mulheres e com os ideais e objetivos do movimento feminista.

Neste período, as acadêmicas feministas reivindicavam que as mulheres fossem consideradas como sujeitas da história. Vale salientar que, nesse momento, as mulheres que estavam inseridas na academia eram brancas e pertenciam às classes mais abastadas da sociedade. A História das mulheres, na segunda metade dos anos 1970, ganhou força ao ampliar os seus questionamentos (SCOTT, 1992).

---

<sup>5</sup> Aqui entende-se por família tradicional aquela considerada pelas igrejas como sendo formada por um homem, uma mulher e filhas/os.

A historiadora Joan Scott, citada acima, contribuiu, de modo muito enriquecedor, com o debate sobre a História das mulheres. Com o capítulo *História das mulheres*, publicado no livro *A Escrita da História: novas perspectivas*, organizado por Peter Burke e publicado em 1992, a autora trouxe considerações sobre o impacto dos estudos das mulheres ao questionarem a escrita da História universalizante<sup>6</sup>. Entretanto, escrever sobre a História das mulheres se tornou um desafio político para os/as acadêmicos/as que se viam enfrentando as autoridades nos centros universitários ao tentarem estabelecer novas formas de se escrever a História (SCOTT, 1992). Ao desestruturarem os cânones, as historiadoras, enquanto grupo e denominadas como feministas acadêmicas, argumentavam que as mulheres tinham interesses particulares que não poderiam ser dependentes de uma História universalizante.

Com o intuito de relegar o estudo sobre as mulheres, os historiadores mais conservadores construíram barreiras hierarquizantes que qualificavam quais seriam os padrões que deveriam ser seguidos pelos seus pares. Desse modo, tornou-se nítido que o julgamento daquilo que poderia ser aceito ou não aceito estaria baseado na avaliação daqueles que detinham o poder. Segundo Joan Scott, para os historiadores arcaicos, “[...] a história é o conhecimento do passado obtido por meio de uma investigação desinteressada e imparcial [...] e universalmente para quem quer que tenha dominado os procedimentos” (SCOTT, 1992, p. 71).

Então, fica muito claro que os considerados aptos a dominar os procedimentos e exercer o ofício do historiador estavam dentro das seguintes categorias: homens brancos, cisgêneros e heterossexuais, em sua maioria europeus provenientes da França e da Alemanha (JESUS, 2020). Foram eles que definiram os padrões que deveriam ser seguidos a fim de que a história fosse escrita no masculino, enquanto as corpos dissidentes eram invisibilizadas. Diante deste quadro, as feministas acadêmicas contestavam se havia mesmo ponderações imparciais ou se seria apenas um reflexo da hegemonia que havia sido consolidada por grupos que tinham como objetivo ter seus interesses evidenciados.

Joan Scott (1992) afirma que as mulheres contestavam justamente esta noção da profissão do/a historiador/a como campo unitário. Apesar de terem sido apontadas, pelos historiadores tradicionais como tendo corrompido a profissão, as

---

<sup>6</sup> Nesse período, a História universalizante correspondia a uma História predominantemente masculina.

historiadoras nunca deixaram de defender a educação e julgamentos de qualidade que não desvalorizassem os escritos somente por estarem situadas no campo da História das mulheres. Os caminhos que elas estavam percorrendo questionavam os fundamentos da disciplina e a produção do conhecimento historiográfico. A trajetória não foi fácil, porque não se tratava apenas de uma adição de acontecimentos, mas sim da reescrita da História.

Um dos aspectos mais importante da emergência e solidificação do estudo sobre as mulheres foi a possibilidade de criticar e desestabilizar a História e provocar o desconforto da elite intelectual. Em contrapartida, a desestabilização forneceu o impulso necessário para que as historiadoras e acadêmicas feministas permanecessem sentindo o anseio pelas mudanças nesse processo de reescrita. Compreender a importância da presença de mulheres na História é “ir contra as definições de história e seus agentes estabelecidos como ‘verdadeiros’, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado” (SCOTT, 1992, p. 77).

Em paralelo a emergência da História das mulheres, surge também a categoria ‘mulheres’ enquanto identidade política. Houve um processo de difusão da categoria como sendo aquela que era oprimida pelos homens. Mas, ao mesmo tempo, a oposição mulher *versus* homem essencializava uma natureza binarista dividida entre fêmea e macho. Por mais que essa diferenciação fosse renegada pela História homogênea, foi através dela que o estudo sobre as mulheres conseguiu a sua legitimação.

Porém, esse novo empreendimento histórico (SCOTT, 1992), apesar de sua proposta, não estava dentro do hall das questões consideradas como sendo mais importante para a disciplina. Por ter um caráter político e subversivo, os historiadores conservadores acreditavam que essa face poderia não ser parcial. Sendo que a História já não era mais neutra, pois já havia um tempo que os grupos dominantes escreviam a História em prol dos seus interesses.

Com a mudança de paradigma, surge, em 1980, o “gênero” como categoria analítica da História. Para Joan Scott (1995), em *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, uma das premissas básicas presente na utilização da análise de gênero é estudar, associadamente, homens e mulheres e as relações sociais que envolvem esses sujeitos/as, denunciando o caráter biologizante que estabelece

distinções entre os gêneros. Nesse contexto, a História, enquanto campo de disputa tensionada pela política, foi compelida a lançar luz sobre os lugares sociais das relações de gênero, sexualidade, raça e classe (SCOTT, 1992).

No Brasil e no exterior, ainda entre os anos 1970 e 1980, – período em que o ativismo político adentrou às universidades com os movimentos contraculturais – os estudos de gênero e sexualidade eram focados apenas nos/as homossexuais. Como ainda não havia uma identidade travesti consolidada, durante a ditadura (cis)hétero-civil-militar, e nem o que ficaria conhecido mais tarde como movimento LGBTQIA+, o termo homossexualidades era comumente utilizado para se referir também as corpos travestis. Esta generalização refletiu nos estudos sobre gênero, sexualidade e corporalidade que estavam ocorrendo dentro das universidades. Em suma, esse processo desembocou no senso comum de que a maioria das pessoas eram heterossexuais e a minoria seria composta pelos homossexuais, que precisavam ser assimilados pela sociedade.

Desse modo, tornou-se possível a afirmação de uma identidade homossexual. Como disse Guacira Lopes Louro (2001, p. 544), “a política de identidade praticada durante os anos 70 assumia um caráter unificador e assimilacionista, buscando a aceitação e a integração dos/as homossexuais no sistema social”. Um dos fatores que contribuiu para a consolidação da política de alianças no Brasil, para além das identidades, foi o surgimento da aids em 1980. Nesse momento, as alianças constituíam-se pelas afinidades que uniam os sujeitos/as atingidos/as, familiares, amigos e profissionais de saúde. Foi somente em 1980 que a temática foi transportada fortemente para dentro das universidades e grupos de pesquisa.

Em contrapartida, é importante ressaltar, como afirmam Elias Veras e Joana Maria Pedro (2014) em *Os silêncios da Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil*, os estudos produzidos por sujeitos que se colocavam enquanto homossexuais foi de extrema importância para as transformações políticas e sociais nas décadas de 1970 e 1980, pois, até a década de 1970, os estudos sobre as homossexualidades eram produzidos dentro do campo médico e policial.

Vale salientar que, antes de serem consideradas como ‘perversão’ e, até mesmo, de serem consideradas como doença, as homossexualidades já eram consideradas como crime. Peter Fry e Edward MacRae (1985) salientam que no período colonial, por exemplo, as práticas homossexuais poderiam ser punidas com

morte na fogueira, uma vez que, eram consideradas como pecado, provocador da ira de Deus e condenado pelo Diabo.

A medicina europeia, desenvolvida na segunda metade do século XIX em várias partes do mundo, foi a responsável por transformar o *status* das homossexualidades de pecado/crime para doença. Durante este período havia uma preocupação em reivindicar a verdade sobre a sexualidade, o que desembocou numa série de estudos, pesquisas e conceitos que pudessem definir o que seriam as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo. (FRY; MACRAE, 1985). Toda uma sorte de termos fora criada para nomear os novos processos que estavam ocorrendo no mundo. Conforme Miguel Neto destaca:

Agora, ao invés de pecado, o que temos é uma taxonomia dos desvios – tomados por doenças do corpo e da mente. Seria o momento – final do século XIX e primeira metade do século XX – em que juristas, psiquiatras, endocrinologistas e outros especialistas ligados à medicina e ao direito classificariam, prescreveriam, segregariam sujeitos a partir do exercício erótico e da construção que fizessem das masculinidades e das feminilidades (NETO, 2018, p. 30).

Dessa forma, assim como o termo “homossexual”, utilizado pela primeira vez pelo húngaro Karoly Maria Benkert em 1869; outro termo bastante utilizado durante o século XX foi “uranista”, inventado pelo alemão Karl Heinrich Ürichs. Já para o psiquiatra Krafft-Ebing, a homossexualidade era considerada como uma perversão sexual praticada por não uranistas. Logo, os médicos optaram por separar as corpas dissidentes em duas categorias distintas, são elas:

[...] os uranistas de verdade, ou “invertidos”, cuja homossexualidade era biológica e, portanto, os eximiam de qualquer culpa ou responsabilidade, e os “pervertidos”, em geral “homossexuais ativos”, que praticavam a homossexualidade por pura “sem vergonhice” (FRY E MACRAE, 1985, p. 65).

Ainda segundo os autores, os dois termos eram empregados como sinônimos, porém os uranistas eram considerados como aqueles que tinha seus genitais seguindo uma direção e o cérebro outra, onde o órgão seria masculino e a mente feminina. Outros termos também faziam parte do vocábulo científico da época, tais como: inversão sexual, invertidos, pederastia, missexual e intersexuais.

Na obra *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*, João Silvério Trevisan (2000) apresenta somente em dois capítulos aspectos relacionados com a travestilidade. Trevisan traz questões associadas à presença das travestis e homossexuais na cena teatral. Já James Green (2019)

discorre sobre o outro lado da moeda na obra *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX: a prostituição*.

Ao contrário dos livros citados anteriormente, *Ditaduras e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*, organizado por James Green e Renan Quinalha (2015), como o próprio nome já diz, traz para o centro da discussão os múltiplos olhares que relacionam a ditadura (cis)hétero-civil-militar com as homossexualidades. Porém, somente um dos capítulos, escrito por Luiz Morando, traz em seu título o termo 'travestis'. Nos demais capítulos, as travestis estão presentes como mais uma das homossexualidades e não como detentoras de uma identidade própria. Sabemos que o intuito dessa obra é não cometer anacronismos, mas é necessário resgatar a memória e a verdade sobre as travestis como um grupo que possui questões e vivências distintas dos homossexuais.

Finalizando as produções acadêmicas que tratam do território brasileiro como um todo, trago para esse trabalho a obra organizada por James Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano e Marisa Fernandes (2018): *História do Movimento LGBT no Brasil*. Ressaltamos a importância desse livro para a historiografia brasileira, uma vez que existem capítulos sobre travestilidade no Brasil escritos por travestis. Sobre o Nordeste podemos destacar a obra de Elias Veras (2019): *Travestis: carne, tinta e papel*. Nesta obra, o autor utiliza os periódicos cearenses como fonte de pesquisa para compreender a consolidação da identidade travesti na cidade de Fortaleza. Nessa obra, há uma análise dos discursos construídos sobre as corpos travestis e os reflexos destes na sociedade.

Todas as obras citadas contribuíram para a escrita deste trabalho ao apresentar novas perspectivas de análise e lacunas existentes sobre as dissidências de gênero e sexualidade no Brasil. Vale salientar que, durante muitos anos, o estudo sobre a travestilidade foi lançado à margem da produção de conhecimento. Sem esses/as autores/as que provocaram rupturas na História tradicional e criaram outras epistemologias não seria possível a construção desta pesquisa e nem os frutos que colheremos dela.

Diante do que já foi exposto e dos objetivos apresentados, foi realizada uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) com a finalidade de localizar trabalho que dialogassem com esta pesquisa. O levantamento

foi realizado a partir de onze descritores principais: *Travestis*; *Travestis e ditadura civil-militar*; *Travestis e ditadura militar*; *Travestis, Recife e jornais*; *Transexuais*; *Travestilidade*; *Travestilidade, Pernambuco e jornais*; *Homossexualidades*; *Homossexualidades e ditadura civil-militar*; *Homossexualidade e ditadura militar*; *Homossexualidades, Recife e jornais*.

Diante deste rastreio foi possível encontrar os seguintes resultados: com os onze descritores foi possível encontrar 44 trabalhos, sendo vinte repetidos, restando apenas dez a serem compilados; o levantamento foi realizado sem um recorte de anos específicos, no entanto, dos dez trabalhos que foram selecionados para compor o estado da arte, apenas dois foram de outros períodos que não os anos que compreendem a ditadura (cis)hétero-civil-militar brasileira. Ainda dentro das selecionadas apenas quatro são do campo da História, sendo as demais de diferentes áreas das Ciências Humanas.

Das teses e dissertações encontradas cinco possuem o descritor **travestis**; um, o descritor **travestilidade** e quatro, o descritor **homossexualidades**<sup>7</sup>. Além do que já foi citado, localizamos apenas uma única tese de doutoramento, sendo o restante dissertações de metrado publicadas após o ano de 2010. Por ordenamento de descritores são eles: *“Uma bicha atrevida pede a palavra”: o Lampião da Esquina e a resistência de homossexuais durante a ditadura civil militar brasileira*, de Rogério Reis dos Santos (2017); *Há perigo na esquina: discursos dissidentes no jornal Lampião*, escrito por Larissa de Rezende Tanganelli (2019); *O Lampião da Esquina: uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981)*, elaborado por Alexandre Magno Maciel Costa e Brito (2016). Todos os citados trazem o jornal *Lampião da Esquina* como fonte documental de pesquisa e o apontam como ferramenta de resistência, luta contra a homofobia, criação de um espaço para debates e divulgações de temáticas, além de contribuir diretamente para a construção do movimento homossexual do país.

*O Dzi Croquettes: invenções, experiências e práticas de si – masculinidades e feminilidades vigiadas*, de Natanael de Freitas Silva (2017), aborda o período de grande efervescência e criatividade no campo das artes, dos costumes e da liberação sexual. O grupo de teatro Dzi Croquettes fora criado para questionar,

---

<sup>7</sup> Foram necessários alguns destaques em negrito para facilitar que o/a leitor/a identificasse melhor os descritores utilizados para o levantamento das teses e dissertações na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

através das danças e do humor, os papéis de gênero, os costumes, a censura, a repressão e a violência proferida contra travestis e homossexuais. Silva historiciza os sentidos atribuídos às masculinidades e feminilidades.

A dissertação *As travestilidades na ditadura: a interdição e a resistência de travestis em Porto Alegre, na década de 1970*, apesar de o autor Fabiano Barnart (2018) escrever sobre a cidade de Porto Alegre, foi compilada por utilizar o mesmo recorte temporal e por ter como pano de fundo uma outra cidade capital. Neste trabalho, o autor analisa as relações de poder estabelecidas entre as travestis e o Estado. *Eros em pauta: a sexualidade nas páginas do Jornal Notícias Populares*, de Eduardo Guilherme Piacsek (2014); *Tá pensando que travesti é bagunça? Repertórios sobre travestilidade, em contextos de criminalidade, por jornais de Pernambuco*, de Bruno Robson de Barros Carvalho (2014); *Transexualidade(s) e travestilidade(s) no jornalismo: uma análise discursiva das notícias produzidas em Pernambuco pelo Aqui PE e Jornal do Commercio*, escrita por Rui Miguel Pereira Caeiro (2016) apontam como a mídia produz significados e traz representações do discurso de uma época sobre as corpos trans<sup>8</sup>.

As duas últimas citadas, embora tenham como recorte temporal a primeira e a segunda década do século XXI, foram compiladas justamente por trazer para o centro das investigações o contexto social que empurra as travestis para os locais de margem. Outra dissertação compilada é a escrita por Renan Quinalha em 2017. O autor cita as políticas sexuais concebidas e implementadas pela ditadura hétero-militar em *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. A única dissertação produzida em território pernambucano foi *Quando ser gay era uma novidade: aspectos da homossexualidade masculina na cidade do Recife na década de 1970*. A dissertação foi escrita por Sandro José da Silva (2011), no Programa de Pós-Graduação em História pela UFRPE. A pesquisa de Sandro tornou-se uma das mais importantes para a construção deste trabalho por refletir historicamente sobre a homossexualidade masculina na cidade do Recife durante a década de 1970.

A única problemática desta dissertação e das outras encontradas é considerar a travestilidade como um subgrupo das homossexualidades. Entendemos que os/as

---

<sup>8</sup> São pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído socialmente ao nascer. Trans deriva da palavra transgeneridade. O conceito de transgeneridade será abordado, em toda a sua complexidade, no segundo capítulo.

autores/as escolheram o termo ‘homossexualidades’ para evitar possíveis anacronismos, uma vez que a travestilidade ainda não era uma identidade consolidada. Entretanto, consideramos importante o movimento de, cada vez mais, colocarmos as corpos travestis como agentes de suas trajetórias e a travestilidade como uma identidade que estava em processo de construção durante o período ditatorial.

Sendo assim, é notória a escassez de teses e dissertações que tenham como eixo central as travestis e os discursos presentes na mídia durante o período da ditadura (cis)hétero-civil-militar. A maior parte dos trabalhos localizados são do eixo sul-sudeste e Distrito Federal, com exceção de três que foram produzidos especificamente no estado de Pernambuco. A falta de produções acadêmicas reflete a singularidade deste trabalho e a importância de termos cada vez mais pessoas trans sendo agentes de suas próprias narrativas, para que assim, possamos reescrever a nossa historiografia.

### **Fontes e metodologia: uma imersão no *Diário de Pernambuco***

Para analisar as fontes e o contexto vivenciado pelas travestis e atingir os objetivos propostos utilizamos como conjunto de técnicas: 1) pesquisa bibliográfica e discussão historiográfica para a construção do arcabouço teórico-metodológico; 2) levantamento das fontes, através da pesquisa documental; 3) análise do *corpus*. Para além disso, qualificamos a nossa pesquisa como qualitativa, uma vez que essa abordagem se preocupa com o entendimento dos grupos sociais, dos fatos culturais e importa-se com os acontecimentos da realidade que não podem ser expressados numericamente, “centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 32).

A primeira parte, fundamental para a compreensão da nossa pesquisa, consistiu no seguinte levantamento bibliográfico:

- Sobre a Micro-História: Carlo Ginzburg (1989), José D’ Assunção Barros (2007).
- Sobre poder, normatização e biopoder: Michel Foucault (2013; 2018).

- Sobre Farmacopornografia: Paul Preciado (2018)
- Estudos de gênero, sexualidades e Teoria Queer: Joan Scott (1992; 1995), Guacira Louro (2000; 2001), Letícia Lanz (2014), María Lugones (2014), Judith Butler (2015; 2016), Tereza de Lauretis (2015), Viviane Vergueiro Simakawa (2015), Richard Miskolci (2017), Jaqueline de Jesus (2018); Cassiano Jesus (2020), Elias Veras (2019), Helena Vieira e Yuri Fraccaroli (2018), Letícia Nascimento (2021).
- Estudos e pesquisas em periódicos: Maria Capelato (1988), Beatriz Kushnir (2001), Tania de Luca (2008), Gislania Kreniski e Maria Aguiar (2011), Nelson Werneck Sodré (2011), José D' Assunção Barros (2012), Rafael Lapuente (2015).
- Justiça de Transição: Paul Zyl (2011), Renan Quinalha (2012), Mário Moraes (2014).

Paralelamente ao levantamento bibliográfico, realizamos a coleta do jornal que compôs o *corpus* deste trabalho. O *Diário de Pernambuco* foi consultado nos arquivos da Biblioteca Nacional, através do projeto Hemeroteca Digital<sup>9</sup>. O jornal citado foi escolhido como cenário dessa trama por ter uma grande circulação e por conseguir alcançar diversos setores da sociedade pernambucana. Sendo assim, podemos encontrar em suas páginas o que seria um espelho do imaginário que vinha sendo construído à época.

Criado em 7 de novembro de 1825, na cidade do Recife e considerado por muitos como o mais antigo periódico ainda em circulação na América Latina, os seus primeiros exemplares possuíam quatro folhas, com o formato de 24x19 centímetros e custava 40 réis (NASCIMENTO, 1968). A oficina de impressão, Tipografia Miranda & Cia, era própria e administrada pelo seu primeiro proprietário, Antonio José de Miranda Falcão, a qual adquiriu do governo no ano de 1825. Segundo Nascimento (1968), o *Diário de Pernambuco* fora criado inicialmente para ser um Diário de Anúncios, onde seriam publicados diversos tipos de transações, como, por exemplo: compras, vendas, leilões, arrendamentos, roubos, perdas, fugas e apreensões de escravos, amas de leite, entre outras coisas de interesse dos comerciantes locais, inicialmente considerados como o público-alvo do jornal.

---

<sup>9</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 11 maio. 2021.

O *Diário de Pernambuco* torna-se, ainda em 1825, o primeiro jornal diário e impresso que tinha como intuito servir ao comércio local (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2016). No decorrer da sua existência, o jornal passou por uma série de negociações de compra e venda. Tendo a sua grande transformação no dia 17 de junho de 1931, quando foi vendido à “Sociedade Anônima Diário de Pernambuco, federada aos ‘Diários Associados Ltda.’, sob a superintendência de Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo” (NASCIMENTO, 1968, p. 152). Durante os anos de 1970 a 1985, período escolhido para fazer parte do nosso recorte temporal, o *Diário de Pernambuco* ainda estava sob a responsabilidade do grupo Diários Associados (FGV, c2009)<sup>10</sup>, domínio este que permaneceu até 2015.

Durante os anos 1970, o *Diário de Pernambuco* passou por novas reformulações no seu processo de editoração, o que culminou na impressão diária, de segunda a sexta-feira, com 64 páginas divididas em quatro cadernos. O crescimento do jornal foi tão expressivo, nesse momento, que contratos com as grandes agências de notícias internacionais, desejosas em contratar os serviços de correspondência do *Diário de Pernambuco*, foram estabelecidos (FGV, c2009). Conseqüentemente, atraiu os olhares de grandes grupos políticos e sociais, os quais estavam desejosos por guiar os acordos e os conchavos entre líderes políticos e as classes dominantes da região. O periódico buscava seguir o posicionamento dos grandes jornais do país ao tentar noticiar os fatos seguindo uma linha mais imparcial, mas, como sabemos, a imprensa, até hoje, tem um papel fundamental na propagação de visões conservadoras e não foi diferente com o jornal em questão.

Analizamos o jornal a nível local, mas, vez ou outra, recorremos a notícias sobre outros estados e/ou países com o intuito de completar o quebra-cabeça de informações. As fontes que compõem o *corpus* são artigos publicados no jornal *Diário de Pernambuco*, entre os anos de 1970 e 1985, com temáticas relacionadas à travestilidade. Não selecionamos nenhum caderno, coluna ou seção específica e nem fizemos nenhuma distinção entre os elementos jornalísticos por acreditarmos que o jornal é uma fonte heteróclita, cujo objeto analisado estava presente em todas as suas partes.

---

<sup>10</sup> Segundo a ABNT NBR 6023.2018, na ausência do ano de publicação, pode ser utilizado o ano do copyright. Desse modo, a data “c2009” refere-se ao ano do copyright. Mais informações: <https://www.ufpe.br/documents/40070/1837975/ABNT+NBR+6023+2018+%281%29.pdf/3021f721-5be8-4e6d-951b-fa354dc490ed>. Acesso em: 20 jul. 2022.

Para compilar os textos jornalísticos, utilizamos “travesti” como palavra-chave principal dentro do campo de busca na Hemeroteca. E a ferramenta de busca por palavra-chave e, especificamente essa, por três motivos: primeiro, porque a maior parte da pesquisa se deu durante a pandemia da Covid-19, o que impossibilitou as pesquisas nos arquivos físicos e abriu janelas para a pesquisa via arquivos digitais. Segundo, para evitar imprecisão das informações. Por não haver ainda uma identidade travesti consolidada, fez-se necessário limitar as buscas para aumentar a precisão das informações. Por último, ao utilizarmos essa palavra-chave, foi possível encontrar especificamente matérias em que as pessoas citadas se autodenominavam travestis ou eram nomeadas como travestis. Vale ressaltar que antes das travestis se autodenominarem como travestis, a sociedade já dizia que elas eram travestis.

Esse cuidado foi necessário para não designarmos identidades que não fizessem parte da realidade das pessoas citadas nas matérias. Porém, priorizar o uso dessa palavra-chave não impediu que outras palavras fossem inseridas nos campos de buscas conforme se mostrou necessário. Através dos nomes sociais apresentados, das autoridades citadas, dos órgãos estaduais mencionados nos artigos etc., pudemos seguir a trilha da notícia para cruzar informações e confirmar dados.

A terceira parte da metodologia consistiu na análise do *corpus*, relacionando as fontes documentais com as teorias propostas pelas seguintes fundamentações teóricas: 1) análise foucaultiana do discurso, compreendendo-o como construção do conhecimento ao longo da história e sendo ele formado por procedimentos externos e internos que o controla, seleciona, organiza e o redistribui; 2) travestilidade, enquanto identidade sudaca; 3) farmacopornografia, compreendendo-a como um conjunto de dispositivos microprotéticos de controle da subjetividade; 4) biopoder como ferramenta desenvolvida pelo capitalismo para controlar as corpos;

## **Os caminhos percorridos**

Observando os processos de resistência, sociabilização das travestis, a marginalização das suas trajetórias e a representação dos discursos, dividimos nossa dissertação em três capítulos. Em **O que nos diz o *Diário de Pernambuco*?**

analisaremos as engrenagens do *Diário de Pernambuco* e, a partir das relações estabelecidas entre as vivências, a política e Teoria *Queer*, buscaremos compreender como o jornal influenciou a construção do imaginário social sobre a travestilidade. Para tal, dividimos esse capítulo em cinco seções: 1) A importância do jornal como fonte; 2) *Diário de Pernambuco*: da censura à imprensa e às diversões públicas; 3) Queerizando o passado: pensando a História para além das margens; 4) Travestilidade em pauta: a (des)construção dos gêneros; 5) Concepções religiosas, médicas e criminológicas: a marginalização da corpa travesti.

No segundo capítulo, **A arte como trans(forma)ação**, discutiremos a contribuição do *Diário de Pernambuco* para a emergência da sujeita travesti no Estado e quais os lugares que elas ocupavam na cena. Apontaremos como, através das apresentações artísticas, as travestis construíram as suas subjetividades e processos de resistência. Além disso, ressaltaremos também como a censura agia sobre as corpas travestis. Para este capítulo, elaboramos as seguintes seções: 1) “Travesti não tem mesmo voz?”; 2) A arte como uma possibilidade de (r)existência; 3) (Re)pensando a construção da corporalidade travesti.

No terceiro capítulo, **O controle sobre a vida e a marginalização da corpa travesti**, evidenciaremos como a marginalização, a violência e a impunidade afetou a vida de dezenas de travestis e como a Justiça de Transição e as Comissões da Verdade, além de nos revelar aspectos da verdade, também podem promover o julgamento de torturadores e a reparação das vítimas quando aplicadas de forma correta e justa. Sendo assim, dividimos o capítulo também em três seções: 1) Se espremer, sai sangue: a repercussão do “Caso Cêra” no *Diário de Pernambuco*; 2) O controle sobre a vida; 3) A justiça transicional e o combate à impunidade.

## PRIMEIRO CAPÍTULO:

### O QUE NOS DIZ O *DIÁRIO DE PERNAMBUCO*?

“[...] sacudir a Clio de seu sono. Ela despertará assustada, verá suas vestes gregas cobertas de purpurina e escutará o sussurro: ‘Acorda Mona. A história agora é outra’” (BENTO, 2018, p. 17).

Até a década de 1970, os jornais impressos eram pouco utilizados como fonte documental pela historiografia brasileira (LUCA, 2008). Sabendo disso, é imprescindível refletirmos sobre os caminhos trilhados pela História até chegarmos na utilização consistente dos impressos como fonte. José D’Assunção Barros (2012, p. 140) afirma que “a possibilidade de ultrapassar os estreitos limites dos fatos políticos também ensejou uma ampliação do universo de fontes dos historiadores”.

Desse modo, foi pensando em ultrapassar esses limites que decidimos utilizar o *Diário de Pernambuco* como fonte histórica para a construção desse trabalho. A partir da análise de suas publicações, pudemos contribuir com o resgate da memória de um segmento da sociedade que até hoje é colocado em situação de margem. Pensar neste lugar de margem:

[...] não é apenas uma tentativa de resgate da memória daquelas que não tiveram as suas narrativas contadas durante muitos anos. Pensar na marginalização e nos desdobramentos do que foi o impacto da ditadura cis-hétero-militar brasileira, que atravessou a vida daquelas que me inspiram, é humanizar as travestis e colocá-las como protagonistas das suas próprias Histórias e narrativas (NASCIMENTO, 2021, p. 27-28)

Como já foi ressaltado, por muitos anos a travestilidade não foi considerada como uma identidade. Portanto, é comum encontrar, em muitos jornais e textos acadêmicos do passado, a travestilidade como uma subcategoria da homossexualidade. As homossexualidades – escrita no plural por abranger uma gama de identidades – eram vistas como corruptoras das normas morais defendidas pelas elites econômicas, políticas e religiosas. É interessante notar que até mesmo as organizações mais progressistas de esquerda acreditavam que as homossexualidades eram impostas pelos países industrializados. Sabendo disso, este capítulo se propõe a discutir a função dos impressos, enquanto fonte historiográfica, para que assim fosse possível compreender a função do *Diário de Pernambuco* na construção do pensamento social pernambucano sobre o que era ser travesti na ditadura (cis)-hétero-civil-militar.

### **1.1 A importância dos jornais como fontes históricas**

Na França, a terceira geração da Escola dos *Annales*, juntamente com o fortalecimento da História Cultural, deslocou as estruturas ao propor que novos objetos e abordagens fossem utilizados pela historiografia como, por exemplo a

interdisciplinaridade e a reflexão sobre as fronteiras da própria disciplina. A partir desse momento, outras fontes, além das encontradas nos arquivos, passaram a fazer parte do leque de opções dos/as historiadores/as. No Brasil, não poderia ser diferente. O movimento ocorrido na França encorajou os/as historiadores/as a estabelecerem novas relações entre a historiografia brasileira e os periódicos. A nova definição de fonte histórica legitimava que qualquer vestígio poderia ser utilizado pelos historiadores (BARROS, 2012).

As modificações só foram viáveis graças ao desenvolvimento da sociedade e à busca por novas fontes e “modelos de estudo para reconstrução do passado e sua relação com o presente, quando o estudo de história deixou de ser realizado pelos filósofos e pela igreja, dando lugar ao historiador” (KRENISKI; AGUIAR, 2011, p. 2). É importante ressaltar que a análise de periódicos se contrapõe à uma visão positivista<sup>11</sup> que, até as duas primeiras décadas do século XX, era a abordagem mais utilizada pelos/as historiadores/as.

No paradigma positivista, pensava-se numa História dos acontecimentos narrados como episódios, ou seja, as fontes não eram examinadas e não havia questionamentos sobre os seus conteúdos. O importante, para os/as positivistas, era “retraçar exatamente os atos, palavras ou atitudes de alguns personagens” (BLOCH, 2001, p. 70). Com a Escola dos *Annales*, os/as historiadores/as puderam colocar em prática uma História Problema, cujo objetivo seria criar uma historiografia problematizadora. Concordamos quando Marc Bloch (2001) ressaltava que a História não narra apenas os fatos sem qualquer tipo de explicação, a História interroga para poder explicar. Caso houvesse apenas uma narração dos fatos, a História se reduziria à uma série de observações sem grande valor intelectual.

Desse modo, a partir dos questionamentos, tencionamos o *Diário de Pernambuco* com o intuito de explorarmos mais daquilo que ele nem sempre mostrava claramente, as entrelinhas das manchetes e dos artigos. Para além da simples narração, este trabalho se propôs a indagar o que está posto no *Diário de Pernambuco* como uma verdade absoluta sobre as vivências travestis. Conforme Bloch (2001), com as perguntas certas somos capazes de retirar as informações mais implícitas dos documentos. Diante do que já foi exposto, podemos afirmar que

---

<sup>11</sup> Antes dos *Annales*, os/as positivistas preocupavam-se apenas em narrar os fatos, sem antes questionar as fontes.

a análise de jornais é “a melhor maneira de estudar o comportamento de uma sociedade e suas mudanças” (KRENISKI; AGUIAR, 2011).

Por meio de uma investigação crítica do *Diário de Pernambuco*, descortinamos os aspectos sociais, econômicos, políticos e ideológicos que atravessaram as trajetórias das travestis no Estado. Ademais, lançar luz sobre esses aspectos contribuiu significativamente para a reconstrução da História, ao mesmo tempo em que considerar os periódicos como fonte documental, ofereceu possibilidades de captar as transformações que ocorreram na sociedade. Para Capelato (1988, p. 20), “a vida cotidiana registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados – não só ‘ilustres’ mas também sujeitos anônimos”.

Os impressos estão sendo cada vez mais reconhecidos pelo seu importante papel na historiografia brasileira, o que torna possível conhecermos o nosso passado e o nosso presente através deles. Não necessariamente iremos compreender todos os aspectos relacionados com o nosso passado, nem tampouco com o nosso presente, justamente por precisarmos de outras fontes que nos tragam informações sobre tudo o que ocorreu. Mas, isso não significa que não podemos reconstruir aspectos antes esquecidos ou apagados do nosso passado.

Concordamos quando Rafael Saraiva Lapuente afirma que:

A historiografia teve um ganho importante com o uso de jornais. A queda do *fectichismo do documento*, substituído por uma análise crítica, criou um leque amplo de fontes de pesquisa, e, dentre essas, o uso do jornal garantiu nas últimas décadas uma fonte de consulta usada por muitos trabalhos (2015, p. 9).

Portanto, é necessária uma análise que considere a imprensa como agente da história e que diálogos sejam estabelecidos para que possamos escrever uma História mais viva, diferente daquela contada pelos/as positivistas. Fica claro que não nos cabe mais dialogar com a fonte em tom de reverência, como se o que ali estivesse escrito fosse uma verdade absoluta. Precisamos dessacralizar os fatos e não fetichizar os documentos, pois todos os detalhes encontrados nos jornais “são fabricados e não dados” (CAPELATO, 1988, p. 22). Maria Capelato é enfática nesse momento porque, por muitos anos, o jornal foi considerado como uma fonte totalmente imparcial, cuja função seria apenas narrar os acontecimentos.

Todavia, sabe-se que o jornal não é neutro, tampouco uma fonte menos rica, visto que ele é marcado pela subjetividade de quem escreve as matérias, das

histórias das personagens encontradas em suas páginas e pelos interesses aos quais o jornal encontra-se vinculado. Capelato (1988, p. 21) afirma que “a imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social”. Se os ideais presentes em Pernambuco eram frutos dos discursos religiosos, jurídicos, médicos e ideológicos, que estavam circulando também pelo resto do país, não poderia ser diferente nos periódicos, uma vez que os meios de comunicação de massa serviam aos interesses das classes dominantes – média e alta – e se reformulavam de acordo com as circunstâncias sociopolíticas locais ligadas às visões conservadoras e aos interesses capitalistas.

Os periódicos não são um espelho da sociedade, mas sim uma representação do real e, mais especificamente, fruto de práticas sociais de um determinado momento. Ademais, eles exercem um importante papel dentro da sociedade ao nos mostrar as mudanças ocorridas, sendo possível também analisarmos a presença dos discursos moralistas, políticos e econômicos (KRENISKI; AGUIAR, 2011). Precisamos manter uma vigilância constante e sempre questionar o que está escrito nos jornais, justamente por não se tratar de um retrato fiel do que se passava fora das redações e por está repleto de discursos que defendiam posicionamentos políticos, retratavam explicitamente o poderio econômico e o público-alvo que lhes interessavam.

Sabendo a importância que o jornal possui e a sua contribuição ao evidenciar aspectos relacionados com os trânsitos da travestilidade em Pernambuco, analisamos a nossa documentação a partir da abordagem da Micro-História. No livro *Mitos, Emblemas, sinais: morfologia e história*, Carlo Ginzburg, ao falar sobre o método indiciário desenvolvido pelo italiano e estudioso das artes Giovanni Morelli, cita a seguinte fala de Morelli “é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertence” (GINZBURG, 1989, p. 144). A partir dos dizeres de Morelli, Ginzburg caracteriza o método indiciário, dentre outras coisas, como uma descoberta de indícios que seriam imperceptíveis, em outras palavras, seria uma busca pelas particularidades dos elementos que passaram despercebidos num contexto macro.

No entanto, a Micro-História não se trata de um estudo de caso, nem tampouco se trata de uma Biografia histórica. Ao nos aprofundarmos e reduzirmos a escala de observação, estamos em busca de detalhes que passaram despercebidos

pelo exame da Macro-História e da História totalizante, esta última utilizada pelos positivistas e questionada pelo *Annales*. Então, podemos concluir que o método indiciário de Morelli tornou-se a essência da Micro-História e passou a significar uma nova forma de examinar as fontes documentais. Em diálogo com Ginzburg, Barros discorre:

O que a Micro-História pretende é uma redução na escala de observação do historiador com o intuito de se perceber aspectos que, de outro modo, passariam despercebidos. Quando um micro-historiador estuda uma pequena comunidade, ele não estuda propriamente a pequena comunidade, mas estuda *através* da pequena comunidade (não é, por exemplo, a perspectiva da História local, que busca o estudo da realidade micro-localizada por ela mesma). A comunidade examinada pela Micro-História pode aparecer, por exemplo, como um meio para se atingir a compreensão de aspectos específicos relativos a uma sociedade mais ampla (BARROS, 2007, 169).

Desse modo, a análise minuciosa e intensiva dos jornais nos permitiu compreender, a partir da observação do cotidiano das travestis e das notícias publicadas no jornal, os entraves entre o poderio militar e a resistência das travestis. Por conseguinte, buscamos perscrutar experiências históricas e a construção da identidade das travestis, relacionando-as com as amplas estruturas sociais e de poder. Reduzir a nossa escala de observação, a fim de entender os pormenores da nossa sociedade, nos auxiliou na compreensão dos contextos mais amplos do que foi a ditadura (cis)hétero-civil-militar.

Não cometemos o erro de acreditarmos que iríamos encontrar todas as questões referentes ao funcionamento da sociedade pernambucana ou a representação de todas as corpos travestis no *Diário de Pernambuco*. Teria sido um equívoco tentar fazer uma História generalizante. Então buscamos interpretar os minuciosos detalhes para enxergarmos a realidade do contexto macro que envolvia o regime ditatorial. Foi partindo dessa linha de raciocínio que investigamos como a presença das travestis no *Diário de Pernambuco*, entre os anos de 1970 e 1985, foi um reflexo significativo do que vinha acontecendo no contexto da ditadura (cis)hétero-civil-militar em Pernambuco.

## 1.2 *Diário de Pernambuco*: da censura à imprensa e às diversões públicas

No dia 31 de março de 1964, a grande imprensa não só assumiu uma postura em defesa do movimento político-militar como continuou servindo aos interesses dos militares. Em vários momentos da história brasileira, as grandes empresas jornalísticas, como discorre Sodré (2011), contribuíram grandemente com as campanhas de destruição ou ascensão dos governos. Antes e durante o Estado Novo, por exemplo, a imprensa fez coro com o governo ao endossar as medidas arbitrárias, o estado de sítio e a violência. No governo de João Goulart (1961-1964), o *Diário de Pernambuco* assumiu o papel de oposição frente ao governo em exercício por acreditarem que o Estado terminaria tragicamente sendo conduzido ao regime comunista. O mesmo aconteceu no cenário político pernambucano, no qual o jornal manteve-se contra o governo de Miguel Arraes (1963-1964).

A reviravolta aconteceu com a promulgação do Ato Institucional nº 5, ato que modificou o pensamento da grande imprensa. Nesse período, o jornal passou a sofrer as intempéries da censura seja com a entrega prévia do original aos censores que se instalavam dentro das redações, seja com a entrega de bilhetinhos sem identificação e telefonemas para as redações com a entrega de bilhetinhos sem identificação, ditando o que poderia ou não ser publicado sobre os acontecimentos políticos.

Sendo que, como as grandes redes de comunicação dependiam do Estado para a concessão de canais de comunicação, os governos militares buscaram apoio dos grandes empresários e proprietários das redes de comunicação, “acendendo com o abrandamento da censura e alertando sobre como o radicalismo de esquerda poderia ser prejudicial aos negócios” (MORAES, 2014, p. 118). A autocensura também era muito presente dentro das redações. Os jornalistas evitavam tocar em certas temáticas que poderiam ser vistas como uma afronta ao regime. É importante destacar que a censura não foi instaurada, em toda a sua totalidade, de forma instantânea. Ela foi instalada aos poucos até que os militares possuíssem todo o controle sobre o que poderia ser noticiado.

Elio Gaspari (2014, p. 342) afirma que “[...] o AI-5 de Gama e Silva ultrapassava de muito a essência ditatorial do AI-1: o que restasse, caso incomodasse, podia ser mudado pelo presidente da República, como ele bem

entendesse”. O governo Médici foi muito duro com os meios de comunicação de massa. Até hoje vemos as marcas dos horrores da ditadura no jornalismo brasileiro. Os responsáveis pela censura não eram provenientes apenas da linha dura do governo. Os censores estavam presentes em várias esferas do poderio político e econômico. Ia das agências publicitárias, que utilizavam a imprensa para difundir uma política favorável ao governo autoritário e ao imperialismo norte-americano, até a elite econômica e política local

O silenciamento das grandes empresas jornalísticas em algumas situações e o seu pronunciamento em outras demonstrou como a liberdade da imprensa atendia as necessidades sociais, políticas e econômicas de pequenos grupos (SODRÉ, 2011). Lapuente (2015) elenca outras questões externas responsáveis pela presença da censura nas publicações dos jornais como, por exemplo, as crises econômicas do país e até mesmo crises econômicas dentro dos próprios periódicos. Todas essas questões já mencionadas influenciaram quais informações seriam omitidas e quais seriam utilizadas nas edições.

Notamos que, mesmo havendo a censura política e de palavrões, a exibição de “meio seio” era permitida. Para ilustrar, trouxemos esse anúncio publicado durante o mês de outubro de 1984:

Figura 1: Anúncio de filme



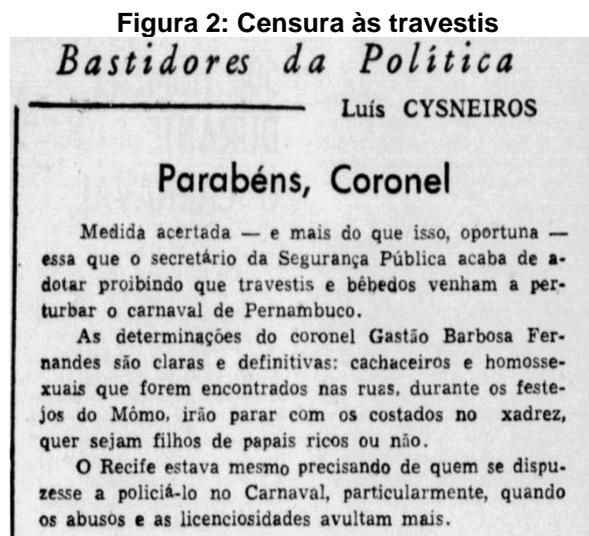
Fonte: Diário de Pernambuco, BNDigital, Recife, 12 de outubro de 1984.

Quando vemos esse anúncio no *Diário de Pernambuco* e comparamos com as outras notícias do mesmo ano, logo entendemos o porquê de, até hoje, sermos considerados como o país que mais mata pessoas trans e ao mesmo tempo é o que mais consome pornografia com pessoas trans. Corpos travestis que faziam o *trottoir* no Recife eram censuradas, fichadas e até presas, mas lotavam as salas de cinema. O cinema moderno, no mesmo ano do anúncio, foi o segundo cinema com maior bilheteria do Brasil. Com esses dados permanece a pergunta: de qual sexo proibido estamos falando?

Mesmo defensores da liberdade de imprensa é possível notar que o *Diário de Pernambuco* publicava reportagens em consonância a política defendida pela ditadura (cis)hétero-civil-militar. Uma das pautas defendidas pelos governos militares e pela elite socioeconômica do Brasil era a moralização da sociedade para que tivéssemos uma pátria sadia. Em muitos momentos, o *Diário de Pernambuco* publicou conteúdos discriminatórios, vexatórios e criminalizadores. Dessa forma, contribuíram negativamente com a construção do imaginário social do povo pernambucano sobre a travestilidade. O conteúdo desses textos, escritos durante muitos anos e por diversos/as autores/as, desembocou em processos cruéis de

violência que tornaram a vida das travestis mais difíceis de serem vividas no contexto político e social da ditadura.

Pensando nessa problemática, trazemos o artigo publicado na coluna “Bastidores da Política”, escrito pelo jornalista Luís Cysneiros. Nela, o colunista elogia o coronel Gastão Barbosa Fernandes<sup>12</sup>, secretário de Segurança Pública do estado de Pernambuco, por proibir a presença de travestis no carnaval de 1970, mesmo que só observando. Aquelas que desobedecessem, s ordem do coronel Fernandes, e fossem flagradas nas ruas durante os festejos de carnaval seriam presas.



Fonte: Diário de Pernambuco, BNDigital, Recife, 31 de janeiro de 1970.

A medida adotada pelo coronel tinha como justificativa manter a ordem e a moral, mas como sabemos, a medida era uma forma de reprimir as corpos travestis e negá-las o direito de ir e vir. Gastão Fernandes se tornou conhecido nacionalmente por censurar, em 1970, a participação de travestis e homossexuais no carnaval de Pernambuco. Mesmo assim, o *Diário de Pernambuco* achou ser de bom tom publicar uma matéria que elogia a perseguição à travestis e ainda trata a travestilidade como uma “doença esquisita” a ser tratada nos hospitais e sanatórios (CYSNEIROS, 1970). Com esse artigo de opinião podemos chegar a duas considerações. Primeiro, a imprensa atuava a serviço dos militares e a censura também estava presente nas diversões públicas.

<sup>12</sup> Mais informações sobre Gastão Barbosa Fernandes disponíveis em: <http://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/gastao-barbosa-fernandes/>. Acesso em: 21 maio 2022.

A censura das diversões públicas utilizava ferramentas que adequavam os parâmetros da censura moral ao imaginário da União e à legislação em voga. Os pareceres dos censores eram fundamentados na proteção de uma sociedade indefesa frente as imoralidades, obscenidades e ações corruptoras, que impediriam a pátria de se tornar sadia e forte. A DCDP, responsável pela censura das diversões públicas, teve sua gênese pelo decreto nº 24.651/1934, com o qual Getúlio Vargas criou o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. É nesse momento que surge a raiz histórica do controle e da coerção ligados diretamente ao poder Executivo. Em 1939, surge outro braço da coerção: O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Segundo, Nayara da Silva Vieira (2010, p. 6), “a legislação utilizada pelos militares na organização da censura a partir de 1964 foi adaptada, construída com base nas leis do Estado Novo. Com o golpe militar, logo nos primeiros momentos se teve a visão de que necessário centralizar essa censura”. A DCDP foi instaurada oficialmente no ano de 1972, subordinada ao Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça.

Beatriz Kushnir (2001), em suas análises sobre a censura, aponta que não havia apenas censores dos serviços de informação do Estado. Alguns jornalistas também trabalharam como censores e policiais exerciam a função de jornalistas nas redações. Os assim chamados “Cães de Guarda” por ela “foram sempre executores das medidas, nunca os seus formuladores [...] durante a vigência de censura prévia, ligavam para as redações de todo o país para instruir o proibido. Iniciavam dizendo: *de ordem superior, fica proibido*” (2001, p. 20). Utilizava-se muito a justificativa da proteção à moral e aos bons costumes, sendo assim, é prudente afirmarmos que a política conservadora fincava as suas raízes nas estruturas sociais, mas, ao mesmo tempo esses limites poderiam ser móveis a depender dos interesses que estavam em jogo.

Por compreendermos que o exercício do poder não é de uso exclusivo das instituições ou se refere apenas à aplicação das leis e proibições de um Estado, afirmamos que as redações dos jornais foram ferramentas importantes utilizadas pelo Estado para vigiar e punir as corpos. Analisar as engrenagens do sistema tem nos ajudado a repensar os mecanismos operados para censurar debates e corpos que não estavam em conformidade com as convenções sociais e a tão defendida moralidade. Acreditamos ser importante mencionar as implicações provocadas pelas

censuras, porque, mesmo após uma árdua pesquisa e análise, não é possível abranger todas as complexidades do período. Muitas informações foram omitidas, nomes envolvidos foram ocultados e distorções de acontecimentos foram publicadas no jornal.

### 1.3 Queerizando o passado: pensando a História para além das margens

Foi por sentir o atravessamento das lutas e resistências que decidimos, em tom de denúncia, lançar luz sobre as corpos travestis. Todo o trabalho gira em torno das vivências travestis para que não as compreendamos apenas como objeto de pesquisa, mas como sujeitas da História. De suas próprias histórias. Só foi possível conceber epistemologias outras a partir desta perspectiva e dos entrelaçamentos que estão sendo construídas por meio dos múltiplos olhares sobre as corpos, os gênero-incoformes e as sexualidades dissidentes, tornando possível os questionamentos e a desestabilização dos conceitos e métodos utilizados na escrita da História.

Então, para compreendermos os discursos utilizados pelos periódicos e analisarmos o modo como eram representadas as travestis e os aspectos relacionados com a construção da travestilidade foi necessário estabelecer algumas conexões entre as vivências, a política e a Teoria *Queer*. Dessa maneira, a alternativa encontrada para desordenar as noções básicas do fazer historiográfico foi a *queerização* da História. Você, provavelmente, deve estar se perguntando agora de onde vem o termo *queerizar*. Para Bruno Brulon (2018, p. 70) “*queerizar* significa requalificar os objetos recebidos da tradição cultural e epistêmica de modo a transformar a nossa própria relação com esses objetos”.

Ao *queerizar* a História criamos novas experiências com os objetos que já conhecemos e reformulamos saberes que reforçam as normalizações e silenciam vozes subalternas. Nesse sentido, a *queerização* dos saberes é um desdobramento da Teoria *Queer*. Olhar a História através da lente das dissidências sexuais e de gênero é enxergar além das margens instituídas pela normatividade. É afirmar que a História, assim como a nossa sociedade, encontra-se em constante processo de mudança, desconstrução e construção.

Por ter herdado as dualidades que proporcionaram às ciências modernas descortinar os objetos de estudo, a História por muitos anos foi aprisionada no regime epistemológico da binariedade. A Teoria *Queer* ainda está longe de estabelecer “um novo paradigma historiográfico – e, possivelmente, esta não é a intenção desse movimento político-teórico” (BRULON, 2018, p. 71), uma vez que ele tenta manter-se fora, mesmo quando se localiza dentro. Contudo, uma historiografia *queer* tem como proposta desconstruir e reformular o escopo teórico-metodológico e opor-se ao que é posto como natural.

Mas, afinal, o que é a Teoria *Queer*?

A priori, para que possamos queerizar a História precisamos refletir sobre a historização da Teoria *Queer*. Foi a partir da década de 1980, seguindo as transformações da década, que os feminismos migraram suas teorias e práticas do campo da História das Mulheres para uma nova categoria de análise história: o “gênero”. Para Joan Scott a categoria “gênero” consiste na junção das seguintes proposições:

[...] (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional (SCOTT, 1995, p. 86).

O termo é introduzido nas análises portando uma proposta de neutralidade que conectaria os “sexos” feminino e masculino, bem como as relações sociais provenientes do sistema sexo-gênero. É importante ressaltar que, apesar de ser fruto da luta feminista e da História das mulheres, o termo “gênero” não pode ser compreendido como uma equivalência a mulher/mulheres, pois esta categoria não almeja ser enquadrada em termos essencialistas. Segundo Judith Butler (2015), o termo mulher é um devir, não se podendo afirmar onde teve o seu início ou qual será o seu fim. Entretanto, conforme explica João Beraldo (2020), as feministas estadunidenses, precursoras na utilização do termo, o propuseram como medida paliativa para denunciar o caráter social e biologizante das distinções estabelecidas entre o sexo feminino e masculino.

É notório que houve gradualmente uma substituição do termo mulheres pelo termo gênero em publicações de livros e artigos nos meados de 1980. Isso ocorreu porque a palavra “gênero”, por ser mais neutra, não denotava um posicionamento político e por isso, não era uma ameaça à História tradicional. O termo gênero, por não nomear sujeitos/as, foi incorporado mais facilmente pela academia, o que contribuiu para que os estudos feministas alcançassem a legitimidade tão almejada. A utilização do “gênero” enquanto categoria dependia de como a História das mulheres e as suas trajetórias poderiam ser incluídas pela História.

O termo “gênero” desponta como uma forma de unificar e estudar o feminino e o masculino sem estabelecer barreiras, uma vez que ambos não existem separadamente em nossa sociedade. O feminismo estadunidense rejeitava o determinismo biológico presente em conceitos como sexo e diferença sexual e, além disso, questionava o foco exacerbado que era posicionado sobre as mulheres por aqueles/as que utilizavam o gênero como ferramenta de análise dentro dos estudos sobre as mulheres. Teresa de Lauretis afirma que os estudos de gênero se desenvolveram “em parte como crítica ao feminismo e à ênfase separatista nos estudos das mulheres” (LAURETIS, 2019, p. 398).

Nesse sentido, Joan Scott (1995, p. 73) afirma que “[...] o gênero era um termo proposto por aquelas que sustentavam que a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas disciplinares”. As historiadoras feministas acreditavam na inclusão de vivências pessoais e das atividades políticas na História. Utilizar o gênero como ferramenta de análise, nos permite repensar certas práticas do fazer historiográfico e enxergar as relações existentes entre a categoria e a sociedade. Foi necessário questionar antigas práticas da disciplina para que fosse exequível, por meio dos estudos de gênero, incluir as trajetórias daqueles/as que foram oprimidos/as e as origens de suas opressões.

Com isso, podemos afirmar que as estruturas reguladoras de poder cristalizam o gênero para que ele tenha um aspecto de substância e para que seja lido como natural. Porém, o gênero é um ato ou uma sequência de atos que se repetem no interior da estrutura de poder, ou seja, o gênero é sempre um fazer e estamos sempre fazendo gênero (BUTLER, 2015)! Esses atos estão sempre ocorrendo e não há como escapar das suas repetições, uma vez que ninguém existe fora das estruturas reguladoras de gênero. Não há como esquivar-se do poder, nem

mesmo as corpos mais dissidentes. Da binariedade presente nos atos reificados são criados os papéis sociais que homens e as mulheres devem exercer. Conseqüentemente, o gênero é o resultado das construções culturais e sociais responsáveis por dar um significado ao poder, bem como articulá-lo.

Foi Teresa de Lauretis quem proferiu pela primeira vez a expressão “teoria *queer*”, em 1990 na Universidade da Califórnia. A sua utilização serviria para opor-se aos estudos gays e lésbicos e para desenvolver uma crítica à visão hegemônica presente na cultura Ocidental (BRULON, 2018). Era um projeto que buscava resistir à homogeneização cultural dos estudos gays e lésbicos. Desse dia em diante, o *queer* passou a significar o posicionamento dos indivíduos contra um sistema de normas reguladoras do gênero, independentemente do seu local de origem.

O vocábulo *queer*, de origem anglófona, existe há quatro séculos e possui uma conotação negativa e pejorativa quando se refere à homens e mulheres homossexuais. Por não ter tradução direta para o português, podemos aproximá-lo do significado das seguintes palavras: estranho, esquisito, vulgar, viado, sapatão, frango. De Lauretis (2019) aponta que foi Oscar Wilde quem primeiro teve sua imagem, enquanto homossexual, relacionada à palavra. O fato ocorreu após o seu julgamento em 1895. Nesta ocasião, o escritor inglês foi acusado e condenado a dois anos de prisão por ser homossexual. Após ser usada para se referir à Oscar Wilde, a palavra foi associada automaticamente a homossexualidade, criando um estigma que só foi superado com o advento dos movimentos de liberação homossexual. É interessante notar que Wilde foi preso na Era Vitoriana (1838-1901), caracterizada por ter uma sexualidade extremamente controlada nos espaços públicos e nos lares ser considerada como promíscua.

Em meados de 1980, além dos ideais feministas, o incipiente movimento homossexual contribuiu para a entrada da Teoria *Queer* em espaços de discussão e nas pesquisas universitárias. Isso ocorreu porque houve um processo de reavaliação do movimento homossexual e dos movimentos feministas: as feministas negras terceiro mundistas começaram a criticar o feminismo branco burguês nortista e o movimento homossexual, a sua defesa do caráter assimilacionista. O movimento homossexual tinha as suas origens na classe média letrada e branca, que desejava a aceitação social, já a perspectiva *queer* aponta o desejo de modificar a sociedade para que esta lhes seja aceitável.

Guacira Lopes Louro afirma que o “*queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora” (LOURO, 2001, p. 546). A Teoria *Queer* tem como uma das suas principais críticas a cisheteronormatividade<sup>13</sup>, que corresponde ao conjunto de normas sexuais, de gênero e comportamentais capazes de moldar a sociedade Ocidental e estabelecer uma ordem onde todos/as são criados/as para se comportarem como heterossexuais e cisgêneros, mesmo que esses/as venham ter relação com pessoas do mesmo “sexo” (MISKOLCI, 2017; BRULON, 2018)<sup>14</sup>. Dentro desse conjunto de normas, podemos citar algumas concepções dicotômicas bastante utilizadas nas décadas de 1970 e 1980, tais como: macho-fêmea, ativo-passivo, homem masculinos-homens femininos, homem verdadeiro-bicha etc.

Richard Miskolci ainda salienta que:

O novo movimento Queer voltava sua crítica à emergente heteronormatividade [...], portanto [o queer] não é uma defesa da homossexualidade, é a recusa dos valores morais violentos que instituem e fazem valer a linha da abjeção essa fronteira rígida entre os que são socialmente aceitos e os que são relegados à humilhação e ao desprezo coletivo (MISKOLCI, 2017, p. 25).

A escrita da História, sob a ótica da cisheteronormatividade, lança para à margem as corpos desviantes e as toma somente como objetos e não como sujeitas da História. A perspectiva *queer* surge justamente com a proposta de tornar visíveis as violências provocadas pelo regime normatizador e pela criação dos/as sujeitos/as normais e anormais, o qual inscreve as corpos desviantes como sujeitos/as anormais (MISKOLCI, 2017; BRULON, 2018).

Os avanços dos estudos *queer* trouxeram consigo as críticas dos historiadores tradicionais que apontam a Teoria como sendo politizada e anacrônica. Perante este argumento, enfatizamos que não podemos mais acreditar em uma História neutra ou despolitizada. Ao unimos as vivências, a política e desdobramentos da Teoria *Queer*, trazemos para o ambiente acadêmico a possibilidade de lançarmos luz sobre as vidas que são marginalizadas e violentadas

<sup>13</sup> Richard Miskolci (2017) utiliza o termo heteronormatividade, mas acreditamos que o termo possa ser um tanto limitador ao não incluir originalmente o prefixo “cis”. Não é apenas um conjunto de normas que dita as práticas sexuais capazes de moldar a sociedade e estabelecer as diferenciações entre as sexualidades e os gêneros. A cisgeneridade, conceito desenvolvido pela comunidade trans, também cristaliza os comportamentos e as formas de ser e estar no mundo.

<sup>14</sup> Anterior à cisheteronormatividade, Adrienne Rich já havia criado, em 1980, o conceito de heterossexualidade compulsória. O termo corresponde a relação binária entre o masculino e o feminino, por meio do qual é naturalizada e consolidada uma diferenciação baseada em “práticas do desejo heterossexual” (BUTLER, 2015, p. 53).

pelo sistema que normaliza as sexualidades, os diferentes gêneros e nosso modo de ser no mundo. E ainda, a Teoria *Queer* nos auxilia a questionar e desconstruir os regimes de poder.

Para Butler (2016), as perspectivas teóricas emergem como parte de processos históricos e de um embate constante acerca de como pensar a respeito de termos básicos, como gênero, sexo, sexualidade e corpo, todos eles possuindo uma História. Teorizar e historicizar as categorias utilizadas neste trabalho são importantes para que possamos pensar em como tornar a vida dos/as sujeitos/as subalternos mais vivíveis. Questionar as categorias que nos aprisionam e que não funcionam para nós é a possibilidade de ter uma vida mais vivível e de desenvolver epistemologias outras. Concordamos quando a autora diz que a função do feminismo, da teoria e do ativismo trans é “fazer com que respirar seja mais fácil” (BUTLER, 2016, p. 24).

Separar em lados opostos as vivências, a políticas e as teorias é uma falácia. Não estabelecer entrelaçamentos entre teorias e a política, principalmente, é afirmar quais discursos serão aceitos e quais não serão. É afirmar quais teorias serão aceitas e quais não serão. E ainda, mais especificamente, é estabelecer quais teorias serão aceitas como política e quais não serão. Quando os feminismos, por exemplo, começaram a questionar as epistemologias e a ausência das mulheres dentro da academia e dentro dos estudos sobre a sociedade, eles começaram a questionar, sobretudo, quais teorias e quais políticas eram aceitáveis dentro da historiografia.

Portanto, não há como excluir a política, as relações de poder e as experiências das corpos dissidentes, uma vez que todas elas são produtoras de discurso. Por muitos anos, a História se firmou numa herança eurocêntrica (CAVALCANTI, 2020) que silenciava e condenava aqueles/as, que não tinham suas trajetórias e histórias reconhecidas, a viverem nas sombras.

#### **1.4 Travestilidade em pauta: a (des)construção dos gêneros**

Antes de analisarmos as notícias veiculadas no *Diário de Pernambuco*, delimitaremos neste momento, sobre quais corpos estamos falando. Como durante

os anos de 1970 e 1985 a autoidentificação e as identidades estavam sendo construídas, os limites entre alguns gêneros e sexualidades ainda eram bem borrados. Desse modo, não elaboramos uma discussão genealógica sobre a corpa travesti. Entendermos que é inviável estabelecer a origem dessa identidade, assim como não buscamos esgotar todas as discussões sobre a temática. No primeiro momento, há que se levar em consideração como foi construído o imaginário social que conduz as travestis para uma situação de margem e invisibiliza as suas subjetividades.

O modelo civilizatório e binário – mulher/homem –, que conhecemos no tempo presente, foi introduzido na América Latina pelos europeus durante o processo colonizador. Ao chegarem em nosso território, nomearam os/as nativos/as de machos e fêmeas, animalizando-os/as. Isso demonstrava que, os gêneros dos povos originários só seriam inteligíveis se estivessem dentro da díade homem-mulher. A feminista sul-americana María Lugones afirma que “este sistema de gênero se consolidou com o avanço dos projetos coloniais da Europa. Tomou forma durante o período das aventuras coloniais da Espanha e de Portugal e se consolidou na modernidade tardia” (LUGONES, 2014, p. 70, tradução nossa). Não se enquadrar dentro das binariedades significava, muitas vezes, não ser nem considerado/a nem como humano/a.

Para entendermos quais eram os parâmetros empregados para categorizar as corpos, precisamos traçar paralelos com a concepção de sexo biológico que os europeus colonizadores utilizavam. Atualmente, assim como o gênero, o que entendemos como sexo biológico também é socialmente construído. Mas, aos voltarmos para os tempos mais longínquos, observamos que durante o final do século XIX e até a Primeira Guerra Mundial, por exemplo, “a função reprodutiva foi considerada como uma característica essencial de uma mulher. A presença ou ausência de ovários foi o critério mais definidor em relação ao sexo” (LUGONES, 2014, p. 63, tradução nossa).

O problema é que vários fatores poderiam interferir no estabelecimento desse sexo oficial como, por exemplo, a questão cromossômica, a morfologia interna e externa, questões hormonais, histerectomia, cirurgias de transgenitalização – são mais recentes –, sexo atribuído e o sexo que as pessoas atribuem a si mesmo como é o caso dos/as intersexuais e das pessoas trans. O modelo civilizatório de gênero e

sexualidade empreendido pelos europeus é chamado, por María Lugones, de “colonialidade de gênero”, sendo a colonialidade a forma como o poder colonial continuou a organizar o mundo, mesmo depois dos processos de independência dos países explorados/dominados.

Desse modo, os únicos beneficiados pela colonialidade de gênero são os homens brancos e mulheres brancas, burgueses/as, heterossexuais e cisgêneros/as. Ou seja, apesar de, na modernidade eurocentrada capitalista, todos/as sermos atribuídos a um gênero, “nem todos/as somos dominados ou vitimizados por esse processo. O processo é binário, dicotômico e hierárquico” (LUGONES, 2014, p. 61, tradução nossa), conseqüentemente, o modelo em questão torna inviável a existência de identidades outras. A cisheteronormatividade desconhece a travestilidade, tornando-a inteligível e não merecedora de ocupar locais no centro do poder. Pensar nesse sistema engendrado por normas regulatórias é se propor a pensar, segundo Viviane Vergueiro Simakawa (2015), na normatividade cisgênera como um conjunto de poder colonialista. Trata-se de práticas e normas reguladoras de gênero e sexualidade que normatizam as corpos.

E como ocorre a materialização dessas normas? Ela só ocorre quando é constantemente repetida e citada, o que demonstra o seu caráter construído. Não significa que o gênero é artificial, mas sim que existem certas configurações que assumem esse lugar do real. Na nossa investigação, as identidades cisheteronormativas assumem este papel. Dessa forma, a existência de uma binariedade de sexo-gênero naturaliza os regimes de poder masculino e cisheterossexista apresentadas por meio de atos repetidos dentro de uma estrutura cristalizada.

Mas, sempre há os/as que, mesmo ocupando as zonas fronteiriças, questionam o sistema normativo e não se conformam com as regulações impostas. As transgeneridades, em específico a travestilidade, expõem os limites e as falhas da matriz de normas de gênero<sup>15</sup>, subvertendo-a e disseminando matrizes outras. Apesar disso, é nítido o quanto as vivências e subjetividades trans e travestis são historicamente negadas. De acordo com a transfeminista Letícia Nascimento (2021, p. 49), “em uma perspectiva histórica de gênero e sexualidade, as transgeneridades

---

<sup>15</sup> Aquela que impõe os atributos e os papéis para cada gênero.

[incluso a travestilidade] ocupam um lugar de não existência: como mulheres transexuais e travestis, somos fronteiras da humanidade, estrangeiras do gênero”.

Toda essa construção de consensos e convenções sociais, ao longo da história, é definido como “discurso”. Conceito importante, desenvolvido pelo filósofo Michel Foucault, para compreender a organização das sociedades. Foucault (2014, p. 8) afirma que “em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos”. Para ele, existiria um princípio de exclusão que define quais discursos serão validados e repetidos e quais serão proibidos de circular. Traçando paralelos, os discursos proferidos pelas travestis, por exemplo, eram considerados como nulos, sem importância, e até mesmo considerados como inverdades. Qualquer possibilidade de tentativa de manifestação da vontade própria e ações concretas eram rapidamente excluídas da mídia e apagadas completamente da História.

Esse controle da produção do discurso podemos chamar de “disciplina”. Há uma fixação de um jogo composto por normas reguladoras, onde cada indivíduo precisa cumprir determinado número de regras que precisam ser validados para entrar na ordem do discurso. É através da disciplina que o poder da Norma é estabelecido. Conceito também desenvolvido por Foucault, a Norma ou a normatização introduz, dentro das práticas reguladoras, “toda a gradação das diferenças individuais” (FOUCAULT, 2013, p. 177). A normatização das corpos seria estabelecida a partir dos parâmetros sociais do que é ser um/a sujeito/a “normal” ou “anormal” dentro da sociedade Ocidental.

No entanto, ao contrário do que se pensava e argumentava, não existe um sistema sexo-gênero presumidamente original. Assim, a travesti não é para a mulher cis uma cópia do original. As travestis não são falsas mulheres como muitos discursavam. A travesti é para a mulher cis o que uma cópia é para uma cópia, pois, segundo Butler (2015, p. 67), “a repetição imitativa do ‘original’ [...] revela que o original nada mais é do que uma paródia da *ideia* do natural e do original”, ou seja, todas/os nós somos cópias de cópias de cópias. Cogitar a existência de uma soberania da cisheteronorma é, incontestavelmente, fruto de um processo colonizador muito cruel e violento com todas os marcadores de identidade não normativos.

Em razão disso, destacamos a importância de utilizar, neste trabalho, conceitos como a cisgeneridade para questionar a superioridade da cisheteronormia. Utilizar esse conceito no lugar de termos que remetem a uma suposta originalidade do sexo-gênero e de que identidades outras são anormais é de extrema importância, pois pretendemos ressignificar os lugares que um dia ocupamos e que ainda iremos ocupar na sociedade. Sobre isso, Letícia Nascimento esclarece que:

[...] o conceito de cisgeneridade ocupa um lugar central nas produções transfeminista. Sua urgência é necessária como alternativa de definição dos corpos não trans\* sem a recorrência à suposta matriz original da qual todas nós seríamos desdobramentos subalternos (NASCIMENTO, 2021, p. 93)

O conceito de cisgeneridade busca denunciar os privilégios unilaterais que os corpos de mulheres e homens cis têm. Os corpos cis são considerados como naturais, verdadeiros, enquanto as corpos trans são consideradas como patológicas, artificiais, falseadas e cópias dos cisheteronormativos. Ao utilizarmos o termo, estamos indicando que os corpos cis nada mais são do que também cópias, o que desmistifica seu caráter normativo. A cisgeneridade convida as pessoas cis a se olharem no espelho e perceberem como os seus gêneros também são copiados.

A suposta superioridade deriva da autoafirmação quando os corpos cis percebem que os seus órgãos genitais estão em concordância<sup>16</sup> com os discursos validados socialmente desde o dia do seu nascimento. É uma construção que se dá a partir da moral e não da neutralidade, principalmente quando estão sendo validados pelos discursos médicos. Para a autora, trata-se, sobretudo, de uma guerra discursiva “que expõe o modo pelo qual corpos generificados se apropriam do direito de subalternizar outros corpos generificados. A cisgeneridade retira o foco da produção discursiva sobre nós, corpos trans\*” (NASCIMENTO, 2021, p. 99).

Optamos por fazer uso do conceito de cisgeneridade, mesmo cientes da sua não utilização nos anos 1970 e 1985, por compreendermos que as bases desse conceito é o que sustenta a nossa sociedade há muitos anos. A manutenção da superioridade da cisheteronormatividade é a responsável pela construção de imaginários que patologizam e criminalizam as transgeneridades<sup>17</sup>. Apesar disso, é importante também ressaltarmos que precisamos ser responsáveis ao utilizarmos o conceito para não cometermos anacronismos.

---

<sup>16</sup> Pênis/gênero masculino e vagina/gênero feminino.

<sup>17</sup> Termo guarda-chuva que abriga todas as identidades de gênero não normativas, inclusive a travestilidade.

No meio dessa sopa de palavras e letrinhas e com o intuito de delimitarmos o nosso *corpus*, foi necessário pesquisarmos os termos utilizados na época para nomear gêneros dissidentes trans. Os encontrados foram: travestis e transexuais – ou mulheres trans. Destaco que a transexualidade e a travestilidade – e todas as demais transgeneridades existentes nos tempos atuais – não eram consideradas como identidades de gênero durante a ditadura (cis)hétero-civil-militar. As transgeneridades, enquanto identidade, são frutos dos ativismos políticos, pela causa trans, iniciados no final do século passado. Durante a maior parte do século XX, o que se tinha sobre o assunto era baseado nos discursos médico-psicológicos, jurídicos e cristãos. Os dois termos estão, de certa forma, em disputas. Em algumas situações, são considerados como sinônimos, em outros não. Nas próximas linhas, iremos situar vocês de acordo com as concepções que se tinham no período, mas estabelecer definições redondas seria incorreto de nossa parte.

Todavia, o discurso médico-psicológico era o mais utilizado para estabelecer diferenças entre transexuais e travestis. O termo “transexual” foi popularizado em 1966 por Harry Benjamin, entretanto seu uso já havia sido introduzido pela primeira vez nos meios acadêmicos em 1954. O sexólogo criou uma série de procedimentos clínicos que almejavam identificar e atender pessoas transexuais. O último estágio, de uma série de métodos desenvolvidos por Benjamin, era a cirurgia de transgenitalização – popularmente conhecida na época como cirurgia de mudança de sexo.

**Figura 3: Cirurgia de redesignação genital**

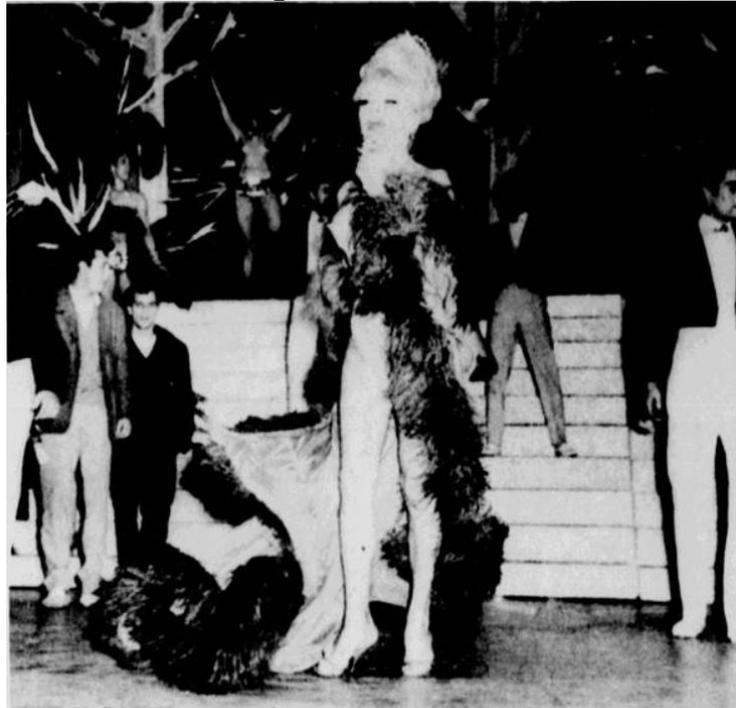


Fonte: Diário de Pernambuco, BNDigital, Recife, 11 de junho de 1974.

A reportagem acima, escrita por Jean-Marie Wetzel, trata-se de uma entrevista realizada com o ginecologista e cirurgião Georges Burou. Nela, o médico dá a entender que o seu objetivo é, através dos procedimentos, devolver a “alegria” de viver para os/as seus/suas pacientes. Traz a cirurgia de redesignação como a última de uma série de tratamentos com psiquiatras, endocrinologistas, especialistas em estética, tratamentos com hormônios femininos, colocação de próteses de plástico e injeções de silicones (BUROU, 1974). Burou se consagrou no mundo teatro e das travestis após a intervenção cirúrgica realizada em Coccinelle em 1957.

Jacqueline Coccinelle (fig. 4), mulher trans francesa e celebridade no teatro parisiense, contava que antes da sua cirurgia já vivia como mulher e se sentia melhor e mais segura desse modo. Em 1961, Coccinelle foi declarada legalmente como mulher pela justiça francesa. Até 1979, data da reportagem publicada especialmente sobre Coccinelle no *Diário de Pernambuco*, não haviam tido outros casos reconhecidos em tribunal. Nessa matéria também é reforçado como só a cirurgia de redesignação seria capaz de normalizar e legalizar a situação das transexuais. Hoje sabemos que não é bem dessa forma que funciona as subjetividades e identidades.

**Figura 4: Coccinelle**



Fonte: Diário de Pernambuco, BNDigital, Recife, 15 de junho de 1979.

Nesse contexto, as corpos transexuais eram tratadas como pessoas doentes que precisavam de tratamentos psiquiátricos, hormonais e intervenções corporais como solução para os seus transtornos. Considerada como um distúrbio de identidade de gênero, acreditava-se que a transexualidade poderia se manifestar como uma vontade de viver igual à uma pessoa do sexo-gênero oposto. O tratamento prometia uma cura composta por uma série de procedimentos criados com base naquilo que era considerado como comportamento sadio e normal.

Sendo assim, a cirurgia era restrita para aquelas que comprovassem o seu transexualismo<sup>18</sup> como puro e verdadeiro, classificação bastante utilizada durante as décadas de 1970 e 1980. No consenso social, sujeitas que apresentassem esse quadro desejavam se submeter a mudanças corporais através de cirurgias e por meio das terapias hormonais. O discurso médico conseguiu estereotipar as mulheres transexuais como sendo aquelas que haviam nascido no corpo errado, um erro da natureza. O disciplinamento médico acreditava que a intervenção cirúrgica seria a única forma possível de tornar a corpa transexual útil para a sociedade.

A patologização da transexualidade, por meio de laudos médicos e psicológicos, seria a palavra final para a realização das intervenções corporais, que surgem como a salvação daquelas que não desejavam ser marginalizadas e tentavam fugir do estigma da prostituição. Por ser um pensamento tão difundido entre as mulheres trans e já pensando na possibilidade de não terem as suas identidades reconhecidas pela sociedade ou por medo dos médicos e demais autoridades duvidarem dos seus quadros de saúde, muitas mulheres transexuais faziam uso de estratégias discursivas para que não houvesse dúvidas sobre os seus objetivos. Patologizar as transexuais, mas, em contrapartida, oferecer uma cura, era a fórmula necessária para que o controle sobre as corpos dissidentes fosse mantido.

Já a travestilidade é identidade sudaca<sup>19</sup>, ou seja, possui uma geolocalização específica. Ela é uma identidade muito mais pertencente ao Brasil, Argentina, Chile etc. No período da ditadura (cis)hétero-civil-militar, a travestilidade era diagnosticada como um transexualismo falso. Em relação ao termo “travesti” existe uma história. Segundo Jaqueline de Jesus, importante pesquisadora sobre a temática:

---

<sup>18</sup> Termo utilizado pelas autoridades médicas no período em questão. A expressão encontra-se ultrapassada e em desuso.

<sup>19</sup> Identidade latino-americana.

Anterior ao termo “transexual” havia “travesti”, e antes desta denominação, costume brincar, havia o “trans”, do latim “além de”. Ao juntarem o trans ao “vestire”, os latinos criaram o “transvestire”, referindo-se a quem exagera na roupa que usa. Os italianos do século XVI o popularizaram, dando-lhe um sentido adicional, a partir de expressões o popularizaram, dando-lhe um sentido adicional, a partir de expressões como “Lui è travestito”: ele está disfarçado. A palavra “travestito”, com tal significado, foi logo adotada pelos franceses, que relacionaram o “disfarce” a um comportamento, tida como ridículo ou falso, de homem que se veste como mulher. Posteriormente incluída na língua inglesa, virou “travesty” (JESUS, 2018, p. 381).

Entre as décadas de 1960 e 1970, travestis como Rogéria, afirmavam que eram homens vestidos de mulher 24 horas por dia é o que a mesma evidencia em entrevista concedida ao *Diário de Pernambuco* em 05 de maio de 1978:

Figura 5: Trecho de entrevista concedida por Rogéria



Fonte: Diário de Pernambuco, BNDigital, Recife, 05 de outubro de 1978.

Em 1970 e 1980, elas diziam que eram mulheres de “peito e pau”, por isso, a sociedade influenciada pelas concepções médicas, generalizavam as vivências travestis como sendo aquelas que não desejavam realizar a cirurgia de redesignação genital, imaginário que perdurou até recentemente. Engana-se que acredita nessa definição, pois existem múltiplas possibilidades de **ser travesti**. Consuelo, artista e travesti pernambucana, já falava sobre isso em 1983. Consuelo (fig. 6), em suas entrevistas ao *Diário de Pernambuco*, afirmava que não se sentia como uma mulher e nem queria imitar uma mulher. Consuelo dizia que era “apenas um travesti, eu vivo como um travesti, me sinto um travesti. Travesti não é homem nem mulher” (CONSUELO, 1983, Segundo Caderno, p. B-4). Podemos observar

nesse trecho que Consuelo enxergava sua travestilidade como uma identidade por si só. Ela era travesti!

**Figura 6: Consuelo**



**Fonte: Diário de Pernambuco, BNDigital, Recife, 19 de fevereiro de 1984.**

A memória coletiva sobre as travestis foi sendo construída sobre o estigma de “socialmente desviada – prostituta, delinquente e transgressora das normas sociais de conduta” (LANZ, 2014, p. 148). Carregavam na pele o infortúnio de serem, nas mais diversas situações, ridicularizadas, patologizadas e consideradas como falsas mulheres. Nunca foi perguntando como essas mulheres gostariam de ser reconhecidas, nunca foi dada a oportunidade de uma autoidentificação.

Para a cisheteronorma nomear as corpos dissidentes era uma ferramenta cristalizadora de comportamentos. As travestis passaram a ser enxergar do mesmo modo como os seus algozes as chamavam, sem se darem conta do processo de subalternidade (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020). Quando os jornalistas do *Diário de Pernambuco*, por exemplo, publicavam artigos e se referiam à essas mulheres como travestis, automaticamente era criada uma série de verdades sobre

o que era ser uma travesti. O problema dessas verdades é que colocavam as travestis num local de exclusão e marginalização.

Para Letícia Lanz (2014), o esforço radical para demarcar as diferenças entre mulheres transexuais e travestis desempenha a clara finalidade de separar os desvios entre “bons” e “maus”. Entre os que podem ser aceitos e o que não podem ser. A transexualidade, considerada como uma doença passível de tratamento, seria considerada como um desvio bom por ser moralmente justificada. Já a travestilidade, com todo o estigma que carregava, seria considerado como um mau desvio, sem qualquer direito a piedade e compaixão da sociedade. Sobravam para as travestis “somente reações de escárnio, rejeição, ira, violência, exclusão e abjeção” (LANZ, 2014, p. 160).

Logo, ser considerada como portadora de uma doença mental e/ou biológica, como era o caso das transexuais, hierarquicamente, significa ter um *status* mais favorecido. A impressão que se tem é que os discursos médicos-psicológicos e jurídicos serviam para higienizar as corpos trans, a fim de que elas não personificassem a perversão e a delinquência. Ademais, há uma tentativa, por parte da cisgeneridade, de associar a travestilidade ao verbo travestir numa tentativa clara de associá-las à uma doença, à marginalidade, à falsidade e a enganação. Por mais diferenças e hierarquizações que o sistema tente impor, a palavra travesti significa luta política, resistência e contestação.

Uma palavra feminina, um substantivo feminino e nunca um verbo que sujeita e infere. [...] ser uma travesti é o reconhecimento de um outro corpo possível, legítimo, além daquele normatizado. É a constituição de uma identidade real (quando apresenta materialmente seu corpo), social (quando transita entre os espaços) e política (quando reivindica direitos – de fato e de direito). Essa mesma identidade social, que é produtora de cultura, rompe com os signos binários estáticos e expressa-se como pertencente ao gênero feminino. A disruptura às normas sociais, ao longo da história, colocava as travestis às margens sociais, expondo ou naturalizando práticas de violência (estrutural, simbólica, patrimonial, psicológicas e físicas), além da exclusão social comumente praticada por parte da população contra nós (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020, p. 2).

## 1.5 Concepções religiosas, médicas e criminológicas: a marginalização da corpa travesti

Diante disso, podemos afirmar que a Igreja Católica, a justiça e a medicina contribuíram muito para a criação de um imaginário sobre o que era ser uma travesti. Apesar de estarem em campos distintos do conhecimento, as três concepções se conectavam a partir das binariedades. Sob essa ótica, de um lado, estarão os puros/normais/sadios e, do outro, os pecadores/anormais/doentes, sendo esses últimos considerados como desviantes das normas sociais.

A Igreja Católica considerava esse desvio como pecado, o sistema penal por muitos anos considerou como crime, os profissionais da saúde consideravam as homossexualidades como patologias passíveis de tratamento médico e ainda tinham os cidadãos comuns que consideravam os desvios de sexualidade e gênero como uma perversão. James Green afirma que:

A polícia, a justiça e a medicina trabalhavam em uníssono para conter e controlar esse 'desvio'. Presume-se que esse tipo de pressão institucional a fim de desencorajar atividades homossexuais servia para disciplinar e desmoralizar alguns indivíduos, que acabariam por reverter a um estado de 'normalidade' heterossexual (GREEN, 2019, p. 201).

Entretanto, a medicina reivindicava que esses problemas sociais deveriam ser da sua alçada. Os homens cisgêneros, por exemplo, que possuíssem modos efeminados em seus comportamentos eram considerados como portadores de desequilíbrios hormonais e congênitos e não como criminosos ou pecadores. Fica claro que diversas justificativas eram criadas para nomear as corpos que desafiavam normas de masculinidade e/ou feminilidade.

Na medida em que as homossexualidades eram apontadas como doença, os médicos e estudiosos das homossexualidades acreditavam que era necessária uma assistência médica que fosse capaz de curar esse segmento da população e as suas 'perversões' sexuais.

Apoiavam igualmente uma participação "benevolente do Estado em controlar a degeneração social" (GREEN, 2019, 203). Apesar de nem todos os médicos brasileiros concordarem com esse ponto de vista, a consequência destes estudos foi o fortalecimento das teorias eugenistas que defendiam a promoção de uma nação saudável e limpa de todos os males sociais, que deveriam ser controlados, contidos e, até mesmo, curados.

Durante a ditadura (cis)-hétero-civil-militar, os militares tinham como principal alvo da repressão o comunismo. Pensava-se na possibilidade de estourar uma revolução comunista pelos meios culturais, o que tornava a perseguição moral e conservadora contra a corpa travesti mais intensa. Não só as travestis eram alvos, como afirma Vieira e Fraccaroli (2018, p. 363), mas “os indivíduos declarados como homens em seu batismo [...] se tornam os principais alvos do controle por parte das forças de controle e repressão” ao performarem feminilidade e desafiarem um modelo de masculinidade e virilidade.

Ou seja, as corpas que desafiavam as imposições morais e comportamentais eram as que mais sofriam com as perseguições. Os militares afirmavam que as homossexualidades e a travestilidade era uma estratégia utilizada pelos comunistas para corromper a juventude brasileira através de uma imposição cultural. Aquelas que não se enquadravam no que era entendido como natural eram perseguidas, estigmatizadas e tratadas como anormais por subvertem os rígidos códigos de conduta social.

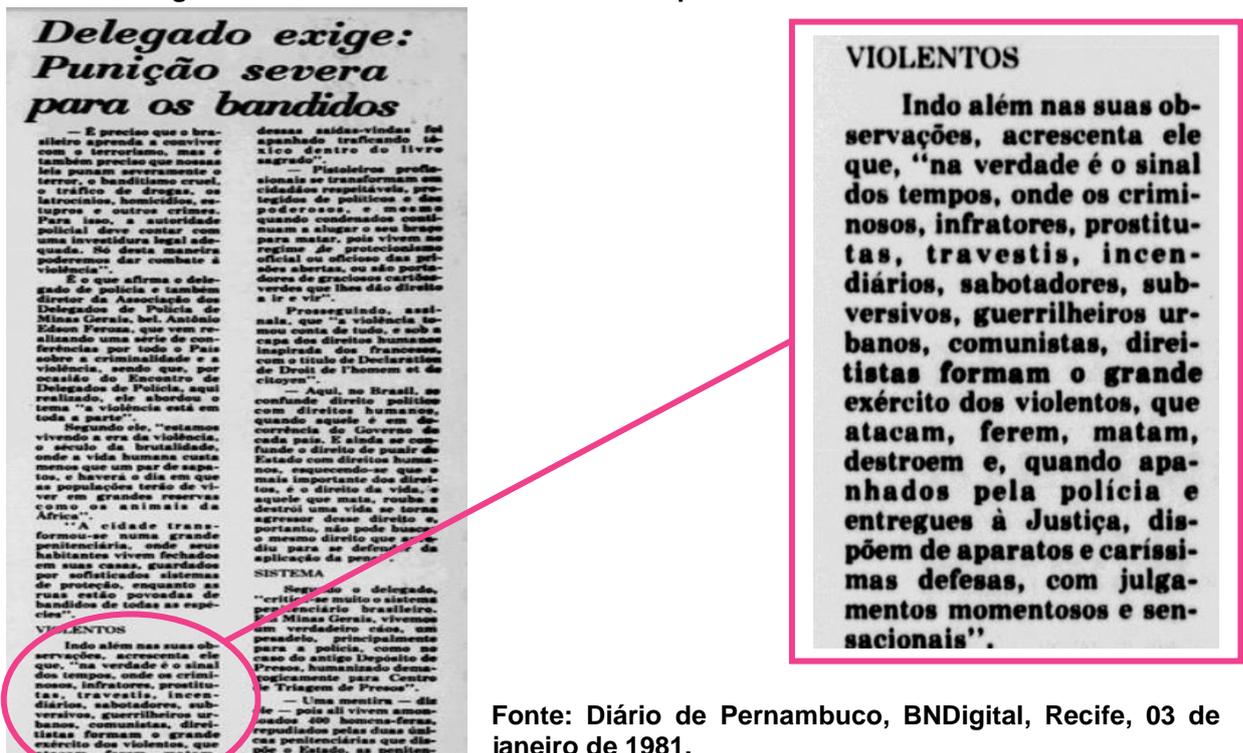
A perseguição era uma prática que excluía e silenciava as identidades de gênero e sexualidades que não se enquadravam nas relações binárias socialmente construídas. A norma consolidava uma identidade cisheteronormativa masculina e feminina classificadas como normais e a partir delas todas as demais seriam consideradas como sujeitas anormais. A naturalização de uma cisheteronormatividade nega a existência da travestilidade, pois, segundo Louro (2000, p. 22):

Para os grupos conservadores tudo isso parece muito subversivo e ameaça atingir e perverter, também, conceitos, valores e ‘modos de vida’ ligados às identidades nacionais, étnicas, religiosas, de classe.

Para eles, o “aliciamento para a homossexualidade [e travestilidade] e para a subversão sempre iam juntos” (COWAN, 2015, p. 40). A luta contra perigo vermelho não estava relacionada apenas com o combate às forças guerrilheiras. Tinha relação, também, com o combate a quaisquer ações que subvertesse as convenções sociais.

Vejamos o que fala o seguinte excerto da reportagem “Delegado exige: Punição severa para os bandidos”:

Figura 7: Trecho de entrevista concedida pelo bel. Antônio Edson Feroza



Fonte: Diário de Pernambuco, BNDigital, Recife, 03 de janeiro de 1981.

Por ocasião do Encontro de Delegados de Polícia aqui realizado, o bel. Antônio Edson Feroza, direto da Associação dos Delegados de Polícia de Minas Gerais, foi entrevistado acerca do aumento dos números da violência em todo o país. Feroza, sem pestanejar, inclui na mesma lista criminosos, prostitutas, travestis, subversivos, guerrilheiros urbanos e comunistas etc. como sendo os/as grandes responsáveis pela formação do "exército dos violentos, que atacam, ferem, matam, destroem" (FEROZA, 1981, p. A-11). O delegado ainda afirma que o século XX poderia ser considerado como a "era da violência, o século da brutalidade, onde a vida humana custa menos que um par de sapatos" (FEROZA, 1981, p. A-11). Diante do exposto, fica a seguinte pergunta: o que levava o delegado a chamar todas as travestis de violentas?

Para responder, precisamos retornar para o início do século XX. Influenciado pelos estudos europeus e buscando adaptar-se as novas conquistas científicas, o médico brasileiro Leonídio Ribeiro e a sua equipe consideravam a homossexualidade como sendo provocada simultaneamente por causas biológicas e sociais. Isso significaria uma predisposição biológica, que poderia ser agravada pela influência do ambiente. Em vista disso, Ribeiro, com base nas teorias de Cesare Lombroso, contribuiu para que fossem consolidadas ligações entre a questão da

identificação criminal e a homossexualidade (TREVISAN, 2000). Lombroso, criminologista, considerava as homossexualidades e travestilidade como responsáveis por uma criminalidade em potencial. Lombroso desenvolveu a concepção de “delinquente nato”, na qual o sistema nervoso poderia predispor o/a sujeito/a a ter um comportamento degenerado.

No que tange às homossexualidades e travestilidade, outra concepção bastante acionada é a do médico endocrinologista Gregório Marañón. Os ensaios de Marañón foram citados algumas vezes em matérias publicadas no *Diário de Pernambuco* sobre questões relacionadas a saúde. Acreditamos ser pertinente darmos destaque a duas reportagens. A primeira delas foi escrita pela jornalista Zenaide Barbosa e tem como título “Tudo o que você precisa saber sobre o homossexualismo”. Barbosa (1976, p. B-2), aponta que as opiniões sobre as homossexualidades divergem entre si, pois enquanto uns condenavam e consideravam como aberração, Gregório Marañón afirmava que os/as homossexuais estavam seguindo o seu instinto ao procurar pessoas do mesmo sexo, assim como os que procuram pessoas do sexo oposto.

O título da reportagem por si só já nos diz muitas coisas. Ao afirmar que “tudo o que você precisa saber sobre o homossexualismo” estaria presente naquela meia página, a jornalista Zenaide Barbosa estava declarando como verdade absoluta todas as informações ali contidas. Respalhada pelas declarações de Gregório Marañón e do médico brasileiro Nelson Chaves, também presente no texto, Barbosa traz a concepção médica como a mais aceitável para compreender as anormalidades das corpos dissidentes.

**Figura 8: Discurso médico sobre as homossexualidades**

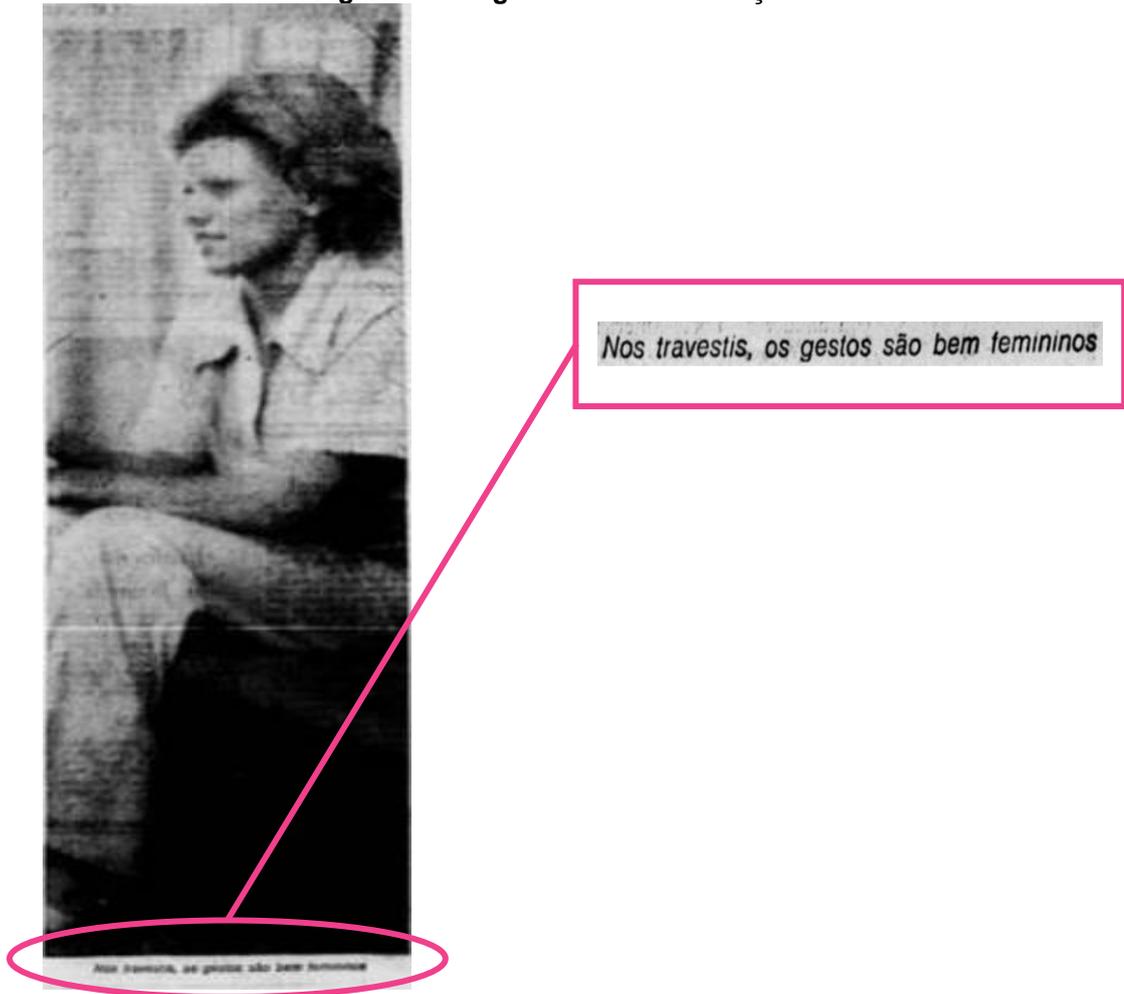


**Fonte: Diário de Pernambuco, BNDigital, Recife, 28 de dezembro de 1976.**

Marañon baseava a sua proposta numa explicação biológica para as homossexualidades. Segundo ele, os homossexuais e as travestis possuíam características femininas e masculinas por desequilíbrios endocrinológicos. Assim como o endocrinologista, Nelson Chaves também se baseava na biologia, porém acreditava na influência da educação, do meio social e da condição de vida para que as anormalidades pudessem se desenvolver no indivíduo. Sendo assim, a sujeita poderia “nascer normal ou portador de uma série de anormalidades e fisiológicas, entre as quais as de ordem social” (CHAVES, 1976, p. B-2) e desenvolver a sua condição durante a sua puberdade.

Zenaide Barbosa ainda traz uma fotografia cuja legenda afirma que “nos travestis, os gestos são bem femininos” (fig. 9), sendo que em nenhum momento durante a reportagem nem os médicos e nem a Zenaide falam sobre a travestilidade. Pode-se afirmar então que, assim como as autoridades científicas, Barbosa também considerava a travestilidade como um tipo de homossexualidade.

**Figura 9: Fotografia sem identificação**



**Fonte: Diário de Pernambuco, BNDigital, Recife, 28 de dezembro de 1976.**

A segunda reportagem, escrita na coluna de Opinião por Luciano Marinho, traz a visão do jornalista sobre as homossexualidades. Marinho, ao observar as salas de aula, ele percebeu um número elevado de adolescentes homossexuais. Segundo ele, a adolescência era uma fase de formação da personalidade e do ajustamento da normalidade psicofísica (MARINHO, 1978). A proliferação seria, em parte, culpa dos psicólogos e orientadores que estavam agindo com indiferença e descrédito. Pode-se afirmar que a escolha da palavra “proliferação” pelo autor, juntamente com as múltiplas causas que ele lista, denota uma ideia de doença que se espalha sem muito controle. Seria fatigante listar aqui todas as causas que Marinho listou, mas selecionamos aquelas que achamos mais pertinente para o momento, são elas:

- Disfunção hormonal;
- Salários bem pagos a atores travestis;

- Encarnação de “alma feminina”;
- Excessos de práticas sexuais;
- Um filho que presencia a mãe sendo brutalizada pelo pai;
- Prostituição;
- Bebidas e tóxicos (MARINHO, 1978).

Há muitas causas apontadas pelo jornalista, mas nenhuma comprovação científica é citada na notícia. Fica sempre solta no ar como uma verdade absoluta, a qual os leitores precisam acreditar e levar para o seu cotidiano. Ao associar explicitamente as homossexualidades e os comportamentos degenerados com as teorias médicas e criminológicas, jornalistas e autoridades brasileiras estavam afirmando que as dissidências sexuais e de gênero poderiam oferecer riscos “ao tecido social brasileiro, à família e à correta ordenação dos relacionamentos entre os gêneros” (GREEN, 2019, p. 218).

Apesar de estabelecer, em suas pesquisas, conexões entre a identificação criminal e a homossexualidade, Ribeiro se posicionava contra as doutrinas da Igreja Católica ao afirmar que não se tratava de uma transgressão moral e, por isso, não deveriam ser castigados/as. Ao contrário disso, o médico declarava-os/as como sujeitos/as doentes ou anormais e que “careciam antes de tudo de tratamento e assistência [médica]” (GREEN, 2019, p. 224).

A exclusão dessas corpos homossexuais mais uma vez recaía sobre as teorias eugenistas de limpeza e higienização dos/das cidadãos/ãs e da nação. Paralelamente, estudiosos utilizavam os ensinamentos de Freud para validar a heterossexualidade como um comportamento sadio, tendo a procriação como a sua finalidade máxima. Por conseguinte, a homossexualidade seria uma condição quase incurável. As ideias atribuídas à Freud se tornaram dogmas inquestionáveis e parte do senso comum. Para ele, o coito heterossexual representaria o ato sexual maduro, enquanto as relações sexuais entre os homossexuais seriam caracterizadas como imaturas. Concordo com Fry e MacRae quando afirmam que:

Não há razão nenhuma de aceitar estas interpretações que colocam arbitrariamente a heterossexualidade como a expressão da maturidade plena. Chamar o homossexual de imaturo é apenas outra maneira de depreciá-lo sem chamá-lo de doente. [...] Desta forma, a psicanálise tende a reproduzir o moralismo judaico-cristão, usando como ameaça, em vez do inferno, uma vida sem sentido, seguida de uma velhice solitária ou um caríssimo divã (Fry; MacRae, 1985, p. 74-75).

Os autores evidenciam que aqueles/as que defendiam a cura, na verdade estavam mais interessados em empurrar para as margens os/as homossexuais, agindo em conformidades com os seus interesses em salvaguardar a sociedade dos comportamentos considerados como prejudiciais ao meio.

Com as divergências entre a Igreja e o Estado aumentando, a Igreja Católica foi sendo cada vez mais excluída dos assuntos relacionados à sodomia, apesar de encorajar o clero a pregar contra as práticas homossexuais. A Igreja Católica defendia que tudo que estivesse fora dos dogmas estabelecidos sobre a formação da família nuclear, composta por um homem cis e uma mulher cis<sup>20</sup>, seria considerado como pecado, ilegítimo e anormal. É importante frisar que a Igreja Católica não defendia a ideia de cura, e sim a ideia de transgressão moral.

Mesmo não exercendo tanta influência no processo de vigilância das corpos, as instituições religiosas exerciam o seu poderio por meio do matrimônio, principal instrumento “de transmissão de heranças materiais e logo de manutenção do Estado” (NETO, 2018, p. 55). Ao estabelecerem uma ligação entre o casamento heterossexual, o patriotismo e a pretensa superioridade racial foi instaurada uma divisão entre os papéis sexuais masculinos e femininos que eram associadas à paternidade e a maternidade respectivamente. A Igreja Católica repudiava as homossexualidades porque estes abriam mão da procriação.

A suposta preocupação com a saúde da população brasileira e o engrandecimento da pátria era o plano de fundo utilizado por esse novo sistema sutil de controle. Segundo Trevisan (2000), como o modelo de corpo ideal era o branco burguês sem imoralidades, o principal objetivo era higienizar toda a população para que a promiscuidade não enfraquecesse a nação. Inegavelmente, a medicalização das homossexualidades era utilizada como armamento político para controlar a sociedade contra qualquer tipo de comportamento que pudesse adoecê-la. Para dar um ar de veracidade para seus aparatos de controle, a medicina também criou a noção do homossexual sadio. O controle praticado pela medicina teve como consequência direta a criação de um/a cidadão/ã “auto-reprimido, intolerante e bem-comportado, inteiramente disponível ao Estado e à Pátria” (TREVISAN, 2000, 175). Nesse sentido, os indivíduos obedeceriam aos médicos ao invés de obedecerem a Deus.

---

<sup>20</sup> O mesmo que cisgêneros.

O tratamento proposto pelos especialistas seria, sobretudo, a educação, considerada como medida preventiva capaz de consolidar o caráter; a virilidade e o respeito às normas sociais; convivência com pessoas do gênero oposto; provocação de relações sexuais entre invertidos e mulheres vestidas de homem; os homossexuais e as travestis seriam induzidas a dormir com mulheres nuas, mesmo que não fosse efetivado o ato sexual. Simultaneamente aos tratamentos já citados eram sugeridos tratamentos via hipnose para internalizar o nojo e o horror às sexualidades desviantes; importação para o Brasil de prostitutas estrangeiras; tratamentos hormonais; intervenções cirúrgicas para reforçar a virilidade, sendo estes dois últimos tratamentos aplicados ainda na adolescência; também eram realizados transplantes ovarianos ou testiculares (TREVISAN, 2000).

Além dos métodos mais convencionais, a cura também era oferecida a partir da retirada de uma parte dos lóbulos frontais do cérebro, responsáveis pelo prazer sexual, por meio de cirurgias. Também era oferecida a cura através da queima, em sessões de eletrochoque, de uma pequena parte do hipotálamo. Outro método utilizado era a castração, bastante utilizada em pederastas acusados de cometerem crimes sexuais. Nesse último caso, Fry e MacRae (1985, p. 72) reforçam, que “ao invés de significar um aumento na capacidade de sentir prazer em viver, o que se chama de ‘cura’, não passa de um eufemismo para punição”. Os homossexuais eram submetidos a “tratamentos” horrendos que torturavam e retiravam a capacidade de escolha dos/as sujeitos/as.

Os métodos foram se mostrando cada vez mais ineficazes, tornando o cenário propício para a implementação de medidas que visavam a reclusão dos invertidos sexuais em estabelecimentos próprios para homossexuais. A medicina, juntamente com o Judiciário, afirmava que a recomendação para internação tinha por intuito a reeducação dos dissidentes sexuais e de gênero. A recomendação para a criação de novos espaços acabou não sendo incorporada pelo Código Penal de 1940, como estava sendo proposto. Porém, Trevisan (2000, p. 192) afirma que:

Na verdade, muitos juristas simplesmente se comportam como se tais inovações penais tivessem de fato sido introduzidas. Baseados na autoridade dos laudos psiquiátricos, cujas “análises científicas” descobrem deslumbrantes patologias e criam monstros inimagináveis, os juízes encontram muito material para justificar sentenças punitivas que não disfarçam preconceitos dos mais arcaicos. Assim, mesmo que a ideia de um instituto especializado não tenha vingado, encontrou-se uma solução nos manicômios judiciários já existentes.

Concordamos com as análises de Fry e MacRae (1985) quando afirmam que as ciências médicas contribuíram para que acreditássemos que o mundo era dividido entre duas categorias: heterossexualidade *versus* homossexualidade, bom *versus* ruim. Desse modo, é evidente a atuação política e moral da medicina em prol da manutenção do controle social contra as homossexualidades e em favor da heterossexualidade. É exercício do poder sem disfarce, mas tão sutil que foi capaz de influenciar boa parte das classes médias urbanas.

Diante do que já foi exposto até aqui, é possível notar que a repressão contra as corpos dissidentes eram provenientes de diversos setores da sociedade e era carregada por um discurso que prometia uma cura cruel e inexistente. De fato, a homossexualidade e a travestilidade em si não eram consideradas como crime no Brasil, mas havia um entendimento entre os médicos e a polícia: dependendo da classe social, da cor da pele e dos ambientes onde os/as dissidentes transitavam, o procedimento mais comum era a condução para a delegacia, para os manicômios judiciários ou então para os laboratórios criminológicos, responsáveis por analisar as causas biológicas e sociais responsáveis pela formação da inversão sexual (FRY; MACRAE, 1985).

Por fim, não podemos esquecer do controle exercido pelos familiares, amigos, patrões, colegas de trabalhos, professores/as, vizinhos, todos/as eles/as contribuíram para com a marginalização das corpos dissidentes. Eram violências psíquicas e físicas que vigiavam e buscavam corrigir os comportamentos, tornando a vida dos/as sujeitos/as em questão menos vivíveis. As sexualidades e os gêneros dissidentes eram estigmatizadas, marginalizadas, perseguidos e consideradas como anormais, simplesmente por não se identificarem com as identidades e sexualidades que lhes eram atribuídas ao nascer.

Como já foi citado anteriormente, a perseguição policial aos/às homossexuais e travestis não teve seu início em 1964, mas foi estruturada durante esse período pelos aparatos de repressão e violência, principalmente após a promulgação do AI-5 que concedia maiores poderes às autoridades policiais. As demonstrações de afeto e o que os indivíduos faziam ou deixavam de fazer dentro dos ambientes privados tornou-se tema da segurança nacional para os militares. A política sexual foi institucionalizada para controlar aqueles/as que desviassem da norma. O que

achamos que ficou para trás continuou sendo acionada entre os anos de 1970 e 1985.

Eram comuns as batidas policiais e a exigência de documentos que comprovassem o exercício de empregos remunerados com carteira assinada. Em caso de não comprovação, as travestis poderiam ser detidas sob a acusação de crime de vadiagem<sup>21</sup> crime de vadiagem ou pelo Código Penal. O crime de vadiagem era previsto pelo Artigo 59 da Lei de Contravenções Penais nº 3.688/1941, como parte das Contravenções Relativas à Polícia de Costumes, que dizia o seguinte:

Art. 59. Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita:

Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses.

Parágrafo único. A aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena (BRASIL, 1941).

Já no Código Penal<sup>22</sup>, sancionado em 1969 pelo Decreto-lei nº 1.004, a veiculação midiática pública de temas relacionados a prática homossexual era enquadrada no Artigo 256 como crime de ultraje público ao pudor. Em casos de reincidência, era aplicado o Artigo 59 do Código Penal<sup>23</sup> nº 2.848/1940<sup>24</sup>. A ameaça de exposição para familiares e amigos/as também era uma arma bastante utilizada pelos policiais com o intuito de extorqui-las.

A partir das notícias analisadas, pode-se afirmar que os eventos de carnaval e a prostituição foram o grande campo de atuação dos órgãos de polícia e justiça e da censura das diversões públicas. Por exemplo, somente entre 1970 e 1971 foram compiladas 21 notícias, de um total de 36, sobre a censura das travestis no carnaval e a proibição de bailes carnavalescos realizados por e com travestis. Como já foi citado, o coronel Gastão Fernandes atuou de forma direta na censura das corpos

<sup>21</sup> O crime de vadiagem era previsto pelo Artigo 59 da Lei de Contravenções Penais.

<sup>22</sup> O Código Penal sofreu diversas alterações durante o período ditatorial. Tendo sido modificado novamente pelo Decreto-lei nº 6.016, de 31 de dezembro de 1973 e sua vigência revogada pela Lei nº 6.578, de 11 de outubro de 1978.

<sup>23</sup> O Artigo 59 do Código Penal prevê que o juiz, de acordo com a culpabilidade, com os crimes cometidos, condutas sociais e consequências do crime, estabelecerá o que for necessário para reprovação e prevenção do crime, ou seja, o juiz determina quais são as penas aplicáveis e se será em regime aberto ou fechado (BRASIL, 2019).

<sup>24</sup> Em 24 de maio de 1977, o Código Penal foi alterado, mas o Artigo 59 sofreu pequenas alterações em seus parágrafos, mas não foi revogado. Sendo assim, o Artigo 59 continuou em vigência durante todo o período ditatorial.

travestis, elaborando até um índice carnavalesco, transmitido pelo rádio, que proibia a presença de travestis (GILBSON, 1970).

Em 1971, as travestis puderam sair nos blocos e nas ruas durante o carnaval, “mas sem cometer excessos” (A REUNIÃO, 1971, p. 12). Mas o que seriam esses excessos? As matérias publicadas a respeito não desenvolvem muito bem o que seriam esses excessos. Nos parece que as dissidências sexuais e de gênero, o afronte as normas, a resistência das corpos travestis ameaçava tanto a noção de superioridade da cisheteronormatividade que a única justificativa que eles tinham era a pretensa defesa de uma ideia de moralidade que já não fazia muito sentido na época, principalmente no carnaval.

Toda uma sorte de leis e decretos eram criadas para amparar legalmente as ações da polícia e dos órgãos de justiça. Asas que mais sofriam com os impactos da criminalização eram as travestis pretas provenientes das classes mais baixas e que vinham na prostituição o seu sustento. Havia uma associação entre os desvios e a raça, as teorias eugenistas em voga afirmavam que as pessoas de pele escura tinham mais propensão à homossexualidade, inclusive a travestilidade, do que pessoas brancas de ascendência europeia, enfatizando a natureza impura de certas raças e degenerescência (GREEN, 2019). Homossexuais e travestis provenientes da classe média e alta eram internados/as em manicômios, que serviam como lugares para conter comportamentos anormais, ou enxergavam nas artes o melhor meio de acumular pecúlio e construir as suas vidas em outros países.

É importante que em nossas pesquisas essas diferenças e pontos de encontros sejam apontados e para tal, utilizaremos como recurso a análise interseccional. A interseccionalidade é um instrumento teórico-metodológico que nos permite analisar em conjunto as estruturas do racismo, da cisheteronormatividade e do capitalismo. O termo foi cunhado pela intelectual Kimberlé Crenshaw<sup>25</sup> e surge como parte do objetivo de identificar como a discriminação de raça e de gênero operam juntas, “limitando as chances de sucesso das mulheres negras” (CRENSHAW, 2004, p. 8). Para Crenshaw (2004), ao eliminarmos as barreiras que impedem o sucesso das mulheres negras, reconhecemos também que as suas

---

<sup>25</sup> Professora de Direito da Universidade da Califórnia e da Universidade da Columbia, nos Estados Unidos, e uma importante pesquisadora e ativista estadunidense nas áreas dos direitos civis, da teoria legal afro-americana e do feminismo.

vivências não podem ser enquadradas e separadas nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero.

Desse modo, a interseccionalidade nos ajuda a enxergar as encruzilhadas das avenidas identitárias (fig. 10). Estabelecer um diálogo entre as encruzilhadas é essencial para compreendermos os preconceitos, a subordinação de raça, gênero e classe e as opressões estruturantes da matriz colonial moderna (AKOTIRENE, 2020). A análise interseccional visa as condições estruturais que atravessam as corpos sem hierarquizar as identidades, compará-las ou excluí-las. Perceber as diferenças entre as múltiplas identidades nos permitiu enxergar quais corpos foram mais subjugados durante a ditadura (cis)hétero-civil-militar.

**Figura 10: Discriminação de raça e de gênero**



Fonte: Kimberle Crenshaw, 2004.

Conforme nos mostra a figura acima, onde “gender” significa “gênero” e “racism” significa “racismo”, as ruas se combinam umas com as outras, se interseccionam afetando a vida das pessoas. Kimberle Crenshaw (2004) chama esses cruzamentos identitários de “ruas ou eixos da discriminação”, nos quais a discriminação racial é ilustrada como uma rua que segue do norte para o sul e a discriminação de gênero cruza essa primeira rua e segue na direção leste-oeste. Pensamos que, além desses dois eixos, neste trabalho, também precisamos incluir o eixo discriminatório da classe. Ainda segundo a autora, os eixos discriminatórios

“podem ser observados em qualquer sociedade pelos quais o poder flui” (CRENSHAW, 2004, p. 11).

Se pensarmos que uma mulher branca, cis, heterossexual, de classe média, cristã, magra e sem deficiências já ocupa o lugar de *Outro* em relação aos homens brancos, cis, heterossexual, de classe média, cristão, magro e sem deficiências, as corpos travestis e mulheres transexuais seriam segundo Letícia Nascimento (2021, p. 52) “o *Outro* do *Outro* do *Outro*, uma imagem distante daquilo que é determinado normativamente na sociedade como homem e mulher”. Então, no contexto ocidental, existem tipos diversos de outriedades, o que torna difícil para a cisheteronormatividade e a branquitude reconhecer a materialização de corpos que performam identidades não normativas.

Para complementar a ideia desenvolvida por Letícia Nascimento, traremos também a autora Letícia Lanz (2014), a qual afirma que é nas convenções sociais que reside a normalidade. Não se submeter às convenções, sejam elas quais forem – vestimentas, acessórios, comportamentos, papéis sociais –, é produzir para si os mesmos efeitos de uma penalidade legal (LANZ, 2014). Quem valida se um/a sujeito/a estar dentro da normalidade ou não é a sociedade, o consenso coletivo. Dessa forma, aqueles/as que desobedecem, estão suscetíveis a sofrerem com as sanções impostas. Os/as transgressores/as das convenções sociais, dos sistemas de normas e valores que são chamados de *outsiders*.

Resta para as pessoas transgêneras a construção das suas identidades num não lugar. Expor os limites e as falhas da matriz de normas de gênero e sexualidade é estar *outsider* no sistema regulador. Estar *outsider* não depende dos comportamentos dos/as sujeitos/as, todavia são os sistemas de normas, valores que determinam o que é considerado como apropriado ou não. Todos/as que não seguem são considerados/as como transgressores/as e estão passíveis de receber punições de acordo com o grau da infração. A autora ainda sugere que não são as ações individuais que causam os desvios da norma, mas “as definições políticas e culturais que estabelecem a noção de desvio em cada sociedade em particular” (LANZ, 2014, p. 57).

## **SEGUNDO CAPÍTULO:**

### **A ARTE COMO TRANS(FORMA)ÇÃO**

“[...] sou um dissidente do sistema sexo-gênero. Sou a multiplicidade do cosmos encerrada num regime político e epistemológico binário gritando diante de vocês” (PRECIADO, 2020, p. 28).

Entre 1970 e 1974, durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, a publicidade governamental foi extremamente eficiente. Vendia-se um milagre econômico que era sustentado pelos aumentos positivos dos índices do PIB. Durante os quatro anos do seu mandato, os números do PIB variavam entre 10,4% e 11,4% (MORAES, 2014). Para o suposto milagre funcionar houve campanha para o aumento da produtividade operária, que ficou conhecida como o “operário boi”. A campanha focava na execução de tarefas sem o questionamento o sistema produtivo. Além disso, Delfim Netto, ministro da Fazenda, isentou as taxas fiscais para importação de máquinas; aumentou o crédito para compras de bens duráveis; e retirou do bolso do trabalhador o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para redirecionar ao suporte financeiro das empresas.

Segundo Mário Sérgio de Moraes (2014), ao passo em que a produção de mercadorias aumentava, crescia a concentração de renda, prejudicando as pessoas mais pobres. Enquanto 5% dos mais ricos aumentaram a sua participação de 34,86% para 39% no Produto Nacional Bruto (PNB), a participação dos 50% mais pobres caiu de 14,91% para apenas 11,6%<sup>26</sup> (MORAES, 2014). Em 1975, por exemplo, os mais pobres tinham que trabalhar quase 45 horas a mais, em relação a 1970, para comprar a mesma cesta básica. Conseqüentemente, houve o aumento do índice de pessoas passando fome no país.

Para Moraes (2014, 111), “a violência social produzida pelo sistema econômico era irmã gêmea da truculência estatal”. Em relação a criação de organizações estatais, foram institucionalizadas na década de 1970 a OBAN, posteriormente transformada em DOI-CODI; o DOPS; o CENIMAR e o SNI. Esses órgãos foram responsáveis diretamente pelas torturas, assassinatos, vigilância e censura durante a ditadura (cis)hétero-civil-militar. Desse modo, criou-se uma concepção fabril dentro dos centros de repressão, que perpassava pela infraestrutura própria, mão de obra treinada e ia até a aprendizagem do ofício através de apostilas de estudo.

Para algumas corpos travestis, o caminho das artes foi uma alternativa para sobreviver em meio à crise econômica e ao ostracismo social. Seja nas companhias teatrais ou por meio das apresentações realizadas em casas noturnas, as travestis procuravam ganhar uma certa notoriedade. Dessa maneira, as travestis poderiam

---

<sup>26</sup> Comparação realizada entre os anos de 1970 e 1976.

acumular pecúlio não só para se manter, mas continuar com seus trânsitos e, se desejassem, realizar intervenções corporais e/ou construir suas carreiras internacionais.

Em *O que é homossexualidade*, os autores Peter Fry e Edward MacRae (1985) observaram que, por meio das apresentações artísticas, também era possível realizar críticas ao governo ditatorial em exercício. Nos espetáculos teatrais e nos shows realizados em casas noturnas, a ferramenta de ação mais comum era o deboche. Por meio dele, as travestis retratar as bases do cotidiano e criticar os governos ditatoriais sem sofrer tanto com a censura, principalmente se o público presente nos espaços fosse proveniente das camadas sociais mais altas.

Por intermédio do *Diário de Pernambuco* percebemos notamos o fluxo das travestis nas companhias teatrais, a divulgação da agenda de espetáculos e show nas casas noturnas, a receptividade dos moradores do entorno onde eram realizados os eventos e as críticas divulgadas pelo jornal. Cientes desses detalhes, podemos afirmar que a arte era um dos meios, mais comuns, de resistência das corpos trans e travestis. Assim, neste capítulo, veremos como o *glamour* das noites pernambucanas tornaram viável, para algumas, a construção da corporalidade travesti, a sobrevivência e a notoriedade.

## 2.1 Travesti não tem mesmo voz?<sup>27</sup>

Com a crise econômica e a exclusão social das travestis, a prostituição tornou-se uma profissão muito comum para esse grupo. Para fugir desse estigma, as travestis iam em busca de espaços no mundo artístico, que surgia, muitas vezes, como uma alternativa à prostituição. Seja no teatro, nas emissoras de televisão ou competindo em desfiles de carnavais, as travestis procuravam ganhar notoriedade no meio. O *glamour* que a participação em shows, nas boates recifenses; as apresentações teatrais; os bailes e os desfiles poderiam oferecer. Porém, não era todas que conseguiam adentrar nesse espaço e ter reconhecimento notório do público e dos meios de comunicação.

---

<sup>27</sup> Título adaptado da reportagem “Travesti não tem mesmo voz” publicada no dia 09 de janeiro de 1971 pelo *Diário de Pernambuco*.

Como já foi mencionado, a década de 1970 foi marcada pela censura às corpas travestis. Era proibido não somente a circulação das travestis nas ruas durante o carnaval, mas a participação em blocos, eventos, bailes e desfiles de carnaval, principalmente quando faziam uso de trajes considerados como femininos. Sobre isso, é importante mencionar que se vestir com trajes femininos por muito tempo foi considerado como um ultraje aos bons costumes, podendo as travestis serem autuadas caso fizessem uso em todas as épocas do ano e não somente no carnaval.

Gastão Barbosa Fernandes, Diretor do DOPS e secretário de Segurança Pública de Pernambuco, juntamente com o delegado regional da Polícia Federal Julio Freire Rivôredo e Antonio Fernandes de Silos, membro da Divisão de Censura de Diversões Públicas aterrorizaram centenas de travestis antes do carnaval ao declarar proibido a realização de desfiles de travestis e bailes de homossexuais. A Polícia Federal e a Secretaria de Segurança Pública, no uso das suas atribuições, acreditaram ser pertinente proibir a participação no carnaval de travestis, tanto em blocos como nas ruas ou em qualquer lugar que atentasse contra o decoro público.

Segundo reportagem publicada no de 28 de janeiro de 1970, as travestis estariam proibidas de brincar o carnaval. O direito de ir e vir foi negado e a possibilidade de recolhimento para a delegacia era enorme. Qualquer travesti ou homossexual que fosse encontrado nas ruas sofreriam severa repressão (TRAVESTIS, 1970). A proibição da presença de travestis foi cumprida rigorosamente. Quando não eram as autoridades locais, os/as leitores/as faziam o seu papel de vigilantes prontos para a qualquer momento denunciar as travestis e alimentar as redes de informações. Já com o intuito de punir as travestis, Gastão Fernandes utilizava a técnica da polícia preventiva, que consistia na censura prévia sobre a circulação das travestis. Se, mesmo assim, as travestis desobedecessem aos comandos da polícia e da Justiça, a elas lhes restavam apenas a prisão.

Nos anos seguintes, 1971 e 1972, ainda continuaram a proibindo a presença de travestis tanto em recintos fechados como em espaços abertos, sofrendo com isso também as casas noturnas, teatros, cinemas e emissoras de televisão que desejassem ter apresentações estreladas pelas travestis. Um tema muito recorrente nas reportagens veiculadas no *Diário de Pernambuco* foi a realização para o Baile dos Enxutos, ou das Bonecas. Só para vocês terem uma ideia, das vinte e nove

notícias sobre o carnaval compiladas entre 1970 e 1973, quinze são sobre a realização do Baile das Bonecas.

Não havia nenhum impedimento legal para a realização do Baile dos Enxutos/Bonecas, então para justificar a proibição, os principais responsáveis pelas forças de segurança de Pernambuco declaravam ser proibido a sua realização. Mario Alencar, por exemplo, delegado de Costumes, justificava a sua decisão com base nos costumes e tradições masculinas que deveriam ser mantidas. Já Ordolito Azevedo, Diretor do Dops, afirmava que a travestilidade era um caso de polícia e deveria ser tratado como tal.

Como justificativa legal, o delegado regional da Polícia Federal Júlio Rivêredo, utilizava a Portaria nº 1/71, o Decreto 10/70 e o Artigo 153 da Constituição para proibir os bailes de carnavais promovidos por elas e prendê-las em flagrante caso mantivessem os planos.

**Figura 11: Proibição do Baile das Bonecas**

**A Constituição Federal e demais dispositivos que tratam desse assunto, consideram intoleráveis as exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes, e, com a proibição, visam salvaguardar o povo de representações que possam induzir à prática de maus costumes. O sr. Júlio Rivorêdo adiantou encontrar-se a Polícia Federal preparada para reprimir o abuso, fazendo cumprir a Constituição e demais dispositivos legais.**

Fonte: Diário de Pernambuco, BNDigital, Recife, 16 de fevereiro de 1971.

Os dispositivos legais mencionados pelo delegado Rivêredo referiam-se à defesa da moral e dos bons costumes e a defesa da família cisheteronormativa. O parágrafo 8º do artigo 153 da Constituição Federal de 1967 era bem claro ao vedar manifestações individuais e coletivas nos espaços de diversão e espetáculos públicos que subvertessem a ordem e contrariassem a moral e os bons costumes. O intuito, tanto desse artigo como das portarias e decretos citados acima, era proteger a instituição família, os valores éticos e a formação sadia e digna da mocidade. Também visavam minar a exteriorização do amor livre e as ameaças que visavam destruir os valores morais da sociedade. Para eles, cumprir a Constituição e os demais dispositivos era assegurar a segurança nacional.

Nesses casos, a subversão não estava diretamente ligada a manifestações ou partidos políticos. Os militares e a sociedade civil buscavam combater um inimigo que seria capaz de destruir as famílias, a moral e a Igreja. O medo da “ameaça” vermelha mobilizou redes de informações e criou toda uma lógica de controle materializada por meio da vigilância, censura e repressão. Com a homossexualidade e a travestilidade se tornando cada vez mais perceptíveis pelas ruas, a repressão sofrida pelas corpos dissidentes aumentou exponencialmente.

Apesar da vigilância constante, as travestis inconformadas com as proibições por parte da Polícia Federal e da Delegacia de Costumes decidiram reivindicar o direito à realização do Baile das Bonecas. Endereçaram ao secretário de Segurança Pública, Armando Samico, um pedido para autorizar a realização do Baile. Assinado por Juracy Pereira, considerado como representante das bonecas, o ofício declarava que o Baile das Bonecas tinha características normais de um baile como trajes de passeio e fantasias, ingressos pagos e aberto para “toda família pernambucana e sujeito à fiscalização polícia, para a boa ordem da festa” (POLÍCIA, 1971, p. 12). Apesar da ausência de resposta imediata por parte da Secretaria de Segurança Pública (SSP), a organização do Baile das Bonecas marcou o baile para o dia 19 de fevereiro de 1971, três dias após solicitarem a autorização, no Ginásio Municipal de Esportes Geraldo Magalhães Melo (Geraldão)<sup>28</sup>, localizado no bairro da Imbiribeira.

Essa e outras notícias fazem parte de uma série de reportagens publicadas no *Diário de Pernambuco* a respeito da movimentação jurídica em torno do Baile. O acompanhamento do *Diário de Pernambuco* revela os processos de resistência das travestis, enquanto grupo que se organizava, à normalização das corpos e à censura das diversões públicas. Cientes desses processos, compilamos também para análise a reportagem publicada no dia 17 de fevereiro de 1971. Nela encontramos informações sobre o mandado de segurança impetrado por Juracy Pereira e seus advogados José Augusto Lins Pires e Danilo Menezes contra a proibição do delegado de Costumes da capital Mario Tomaz de Alencar.

Juracy alegava que o espetáculo das travestis havia evoluído no Brasil inteiro e se consolidou como classe dentro do carnaval. Para reforçar o seu argumento, o organizador fez um apanhado histórico sobre o Baile das Bonecas e da

---

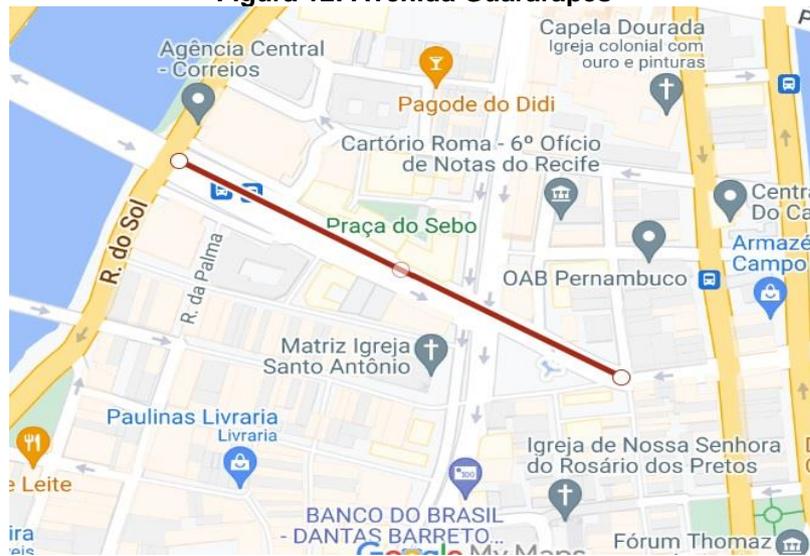
<sup>28</sup> O Ginásio Municipal de Esportes Geraldo Magalhães Melo (Geraldão), importante ginásio para a cidade do Recife até hoje, foi fundado no dia 12 de novembro de 1970 pelo prefeito Geraldo Magalhães Melo.

travestilidade em companhias teatrais. Também destacou o apoio das Secretarias de Turismo, da Delegacia de Ordem Econômica, da imprensa, dos turistas e dos presidentes de alguns blocos e agremiações para a realização do Baile. Para Juracy e para as travestis realizar o Baile das Bonecas era a afirmação de uma tradição que já vinha de anos atrás.

Assim como os delegados e a SSP, Pereira também recorreu à lei para argumentar contra tamanho disparate. Utilizar o artigo 234, item II, do Código Penal referente à abuso de poder para falar sobre as atitudes do delegado de Costumes da Capital, do delegado da Polícia Federal e do Armando Samico, secretário de Segurança Pública, nos soa bastante corajoso devido às circunstâncias e o contexto político local e nacional. Como contra-argumento, além dos artigos e decretos já mencionados, os delegados utilizavam o artigo 152, do mesmo Código Penal, onde determina em quais casos as autoridades podem autorizar reuniões (BONECAS, 1971). Ou seja, mesmo as travestis e os organizadores afirmando que seria um tradicional baile de carnaval, as autoridades policiais e judiciais afirmavam que o Baile das Bonecas seria um encontro de subversivos que desafiavam à ordem e colocavam em risco a saúde da pátria, da família, os bons costumes e a moral.

Em resposta ao indeferimento do requerimento, pelo Secretário de Segurança Pública, as travestis organizaram um protesto a ser realizado no dia 21 de fevereiro (domingo) em plena Avenida Guararapes, uma das principais avenidas do Recife, localizada no bairro Santo Antônio (fig 11.). Ao serem informados sobre a organização do protesto, a Delegacia de Costumes informou que adotaria severas providências para punir as travestis que ousassem desfilar no dia. O desfile contaria com a presença de 36 travestis vestidas apenas com biquínis, 12 carros e cartazes com alguns dizeres como, por exemplo, “Isola, Isola Periferia” (PROTESTO, 1971d, p. 12). Para Mario Alencar, delegado de Costumes, a iniciativa para a realização do protesto não teria partido dos organizadores do evento e sim de travestis “do tipo de ‘Lolita’” (PROTESTO, 1971, p. 12).

**Figura 12: Avenida Guararapes**



Fonte: Mapa elaborado pelo autor através do **Google Maps**.

Lolita era uma personagem muito conhecida pela mídia e pelas pessoas que circulavam pelo Recife como sendo uma pessoa que arrumava briga com outras travestis, com policiais e com outros/as moradores/as das pensões dos arredores. Conhecida também por ter uma vida noturna de boemia, Lolita utilizava a sua força e habilidades de luta para sobreviver nas ruas. Em volta de Lolita e das demais travestis que trabalhavam na noite era construída uma imagem da travesti como violenta e perigosa. Foi impregnado por esse estigma e preconceito que o delegado afirmou que as organizadoras do protesto não eram as mesmas pessoas responsáveis pelo Baile das Bonecas. Não por coincidência, esse estigma fora criado em torno das categorias identitárias de Lolita – uma travesti pobre, preta e de periferia. Outras corpas, iguais a Lolita, deveriam ser mantidas fora de circulação durante o carnaval. A afirmação do delegado é reflexo, até hoje, de uma sociedade racista, classista e transfóbica que exclui quem não é branco, burguês, cisgêneros e heterossexual.

Para a sociedade cisheteronormativa pernambucana, o ideal era que as travestis não estivessem sob os seus olhares. Até poderia ser realizado o Baile das Bonecas, desde que fosse fora da cidade, em local privado. Caso contrário, a realização do Baile das Bonecas seria considerada como atentado ao pudor, ou seja, a realização do Baile das Bonecas poderia ser considerada como um crime passível de prisão. O que incomodava a sociedade pernambucana e as autoridades

era a circulação das travestis com suas perucas, maquiagens, miniblusas, calças justas, tamancos e com suas corpos modificadas pelos bairros recifenses.

As discussões sobre a autorização ou proibição do Baile das Bonecas se arrastou por muitos anos durante a ditadura (cis)hétero-civil-militar. De um lado as travestis reivindicavam os seus direitos e o exercício pleno da liberdade, do outro a polícia e a sociedade pernambucana alegavam ser um escândalo público a realização do Baile das Bonecas. Em reportagem publicada no dia 22 de fevereiro de 1974, o autor/a da matéria<sup>29</sup> afirmava que as “bonecas”<sup>30</sup> além de serem travestis queriam expor nas ruas os seus vícios. Além de almejam sair dos espaços privados dos seus lares, boates e teatros para a vida real e pública (OS TRAVESTIDOS, 1974).

Ainda dentro desse contexto de proibições foram divulgadas, no *Diário de Pernambuco*, campanhas moralizadoras contra as travestis e homossexuais. As campanhas visavam impedir que “invertidos sexuais” usassem roupas e acessórios lidos como femininos à época e que prostitutas não saíssem das pensões antes das 23 horas. Uma das campanhas moralizadoras lançadas nos bairros do Recife, elaborada pelo delegado Ricardo Varjal em maio de 1976, exigia o respeito à moral e aos bons costumes “doa em quem doer e agrade a quem agradar” (DELEGADO, 1976, p. 13).

Apesar de não haver sujeitas que escapem à norma, ao se distanciarem das determinações que recaem sobre as suas corpos, as travestis estão negociando com poder normalizador. Os discursos moralizadores transformaram – e, infelizmente, ainda transformam – as identidades de gênero em doenças e transgressões. Isso ocorre porque, através das suas existências, as corpos travestis evidenciam as falhas que existem dentro das normas rígidas de gênero. Ao subvertem a Norma tornam-se alvos do poder que tenta controlar as suas corpos. As corpos dissidentes negociam o tempo inteiro com o poder para que possam construir e resistir contra o que tenta feri-las.

Por outro lado, nos parece que a década de 1980 construiu outra trama no que concerne a participação de travestis em blocos e desfiles carnavalescos, o que não quer dizer que não havia uma fiscalização e posicionamentos contrários a participação das travestis. Todavia, deixamos para trás um cenário de proibição total

---

<sup>29</sup> Autoria não localizada.

<sup>30</sup> Termo utilizado também para se referir as travestis.

e sem exceções para um cenário onde as travestis estavam obtendo sucesso na briga pelo destaque em. Durante a catalogação das fontes documentais, nos deparamos com uma reportagem que pode exemplificar a nossa discussão. Se trata do texto escrito por João Alberto, colunista do *Diário de Pernambuco*, sobre o II Baile dos Artistas, realizado na sede do Clube Batutas de São José. Nessa reportagem, o jornalista comenta sobre a presença, em grande quantidade e sem qualquer restrição, de travestis no tradicional concurso de fantasias promovido pelo Baile dos Artistas (ALBERTO, 1980).

A presença das travestis em desfiles de fantasia se tornou frequente na região, tendo Consuelo como destaque. Até a primeira metade da década de 1980, Consuelo já tinha conquistado o primeiro lugar nos mais requintados bailes recifenses. Segundo Zenaide Barbosa, autora da reportagem, os foliões aguardavam ansiosamente pelo momento da sua passagem nas passarelas para que assim pudessem aplaudi-la com todo o vigor (BARBOSA, 1985). Consuelo, apesar de ser pernambucana, construiu a sua carreira participando de shows nas casas noturnas da Europa. A decisão de morar fora do país ocorreu devido aos impactos provocados pelos preconceitos. Entretanto, em quase todos os anos, Consuelo rumava em direção ao Recife para mostrar todo o seu talento em desenvoltura nos desfiles que abrilhantavam o carnaval pernambucano.

Em entrevista para o *Diário de Pernambuco* sobre a sua carreira profissional, Consuelo disse as seguintes palavras:

[...] sinto-me uma pessoa profissionalmente realizada. Sei que agrado ao meu público e tenho a certeza de que ele gosta do que faço. Aqui em Pernambuco, por exemplo, nunca deixei de agradar com minhas fantasias. Na maioria das vezes, idealizadas e confeccionadas por mim. Sei que causam impacto aos foliões da cidade (BARBOSA, 1985, p. B-4).

Apesar de receber aplausos da maior parte do público que estava presente nos bailes carnaval, nem tudo são flores. Na mesma reportagem, por exemplo, Zenaide Barbosa (1985) afirma também que Consuelo estaria chateada por ser alvo de críticas dos/as mais conservadores/as e que, por isso, estava pensando em não mais desfilar. As críticas, as quais se refere Barbosa, foram proferidas por mulheres e homens cisheterossexuais contrários a participação de travestis nas categorias femininas dos desfiles. Para esses/as conservadores/as, as travestis estariam ocupando um espaço que não lhes pertenciam e ainda, ao receberem os primeiros

lugares, estavam ocupando lugares que seriam “naturalmente” das mulheres cisheterossexuais.

Nessa reportagem também podemos apontar como a jornalista Zenaide Barbosa tratava as corpos travestis. Mesmo utilizando em outras ocasiões o feminino para se referir à Consuelo e escrevendo para a Seção Feminina, Barbosa como tantos/as outros/as jornalistas do período, utiliza o determinante masculino e expõe o nome de registro de Consuelo revelando como, por mais que a participação das travestis fosse permitida nas categorias femininas dos desfiles carnavalescos, elas ainda eram vistas e tratadas como homens cis. Sendo assim, é de se imaginar que toda uma sorte de preconceitos e violências eram lançados sobre as corpos travestis, nada muito diferente do que ainda visualizamos hoje em dia.

Não podemos esquecer também de mencionar como as reportagens positivas sobre as corpos travestis só eram publicadas durante o carnaval ou quando se referiam as companhias teatrais, como se a travestilidade se resumisse apenas a esse momento. Durante o resto ano, a travestilidade era marginalizada pela mídia e pela população. O processo artístico pelo qual transitava algumas travestis refletia no carnaval, mas não era o único caminho a ser seguido por elas. Muitas enxergaram nas companhias e nas participações em emissoras de televisão a melhor forma para desenvolver as suas habilidades artísticas e ganhar notoriedade. Vejamos a seguir os processos de recepção e como o *Diário de Pernambuco* enxergava a travestilidade no teatro e na televisão.

## **2.2 A arte como uma possibilidade de (r)existência**

Como em todos os outros os outros caminhos percorridos pelas travestis, o meio artístico também tinha os seus percalços. Em decorrência da censura instaurada durante a ditadura (cis)hétero-civil-militar, valorizava-se a vertente da androginia. Observava-se em textos e espetáculos, sobretudo na área musical e teatral, uma certa ambiguidade. A androginia, termo batizado pela imprensa, destacou-se a partir das apresentações do grupo teatral Dzi Croquettes, no Rio de Janeiro, mais ou menos em 1973 (MACRAE, 2018). O grupo era composto por “homens barbudos com o rosto e corpo pintados de purpurina, usando os mais

desencontrados acessórios do guarda-roupa feminino, por cima dos seus corpos másculos e peludos” (MACRAE, 2018, p. 124).

O grupo surgiu com o intuito de misturar os papéis de gênero masculino e feminino e para questionar tanto a esquerda como a direita. A não adequação às normas de gênero foi o seu lema principal. “Assim, nem homens nem mulheres (ou exageradamente homens e mulheres), eles dançavam em cena e contavam piadas cheias de humor ambíguo, tentando furar o cerco repressivo” (TREVISAN, 2000, p. 288). Desse modo, tornou-se cada vez mais evidente a possibilidade de realizar críticas ao governo através das bases do cotidiano como, por exemplo, em palcos, shows, festas em casas noturnas, por meio da música, espetáculos teatrais etc., utilizando, na maioria das vezes, o humor como ferramenta para não serem censurados/as (FRY; MACRAE, 1985). Isso só foi possível, porque, ainda na década de 1960, o mundo vivenciava novas formas de consciência, na qual a liberdade das corpos e as questões sexuais eram discutidas por meio da chamada contracultura.

Em Pernambuco também houve quem resistisse à imposição das normas de gênero. Com certa notoriedade no *Diário de Pernambuco*, podemos citar o grupo de teatro Vivencial. A companhia amadora e alternativa foi criada com o objetivo de tornar as vivências homossexuais e a travestilidade as principais causadoras do rompimento das normas. As apresentações do grupo ocorriam num

[...] barracão improvisado com paredes de pouco tijolo, muito pano cobrindo buracos, cheio de cimento rústico e mesinhas minúsculas; do telhado sem teto descem lustres esféricos espelhados que enchem o local de reflexos mágicos. Luxo-lixo. No meio dos mocambos, pequenas multidões de classe média superlotavam o teatro. Aí reside sua maior contradição: o sucesso, que garante a continuidade de trabalho, só foi possível graças ao público que pode pagar ingressos relativamente altos (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, p.15).

Em junho de 1979, as jornalistas Ana Maria Guimarães e Ângela Lacerda entrevistaram o diretor da companhia Guilherme Pontes Coelho, 29 anos, sobre o Vivencial. A reportagem, ocupando a página inteira, é de extrema importância, pois traz informações importantes sobre o grupo e seus/suas integrantes. Guilherme Coelho, em uma das respostas, contou um pouco sobre como e quando o Vivencial passou a existir. Segundo ele, a companhia já tinha cinco anos e todos/as os/as integrantes tinham começado as suas carreiras na Associação de Rapazes e Moças do Amparo (Armo), em Olinda.

Antes da censura ser tão rígida, a Polícia Federal expedia carteiras para todos/as os/as artistas, mas em 1979 essa regra não mais se aplicava. Ter a carteirinha de artista poderia significar uma maior facilidade para sair do país, algo que era muito comum na época, principalmente para travestis. Aprofundaremos mais à frente essa questão. Entretanto, segundo Guilherme Coelho<sup>31</sup> (GUIMARÃES; LACERDA, 1979), o Vivencial contava com a ajuda do advogado Bóris Trindade, que conseguiu, junto à Polícia Federal, salvo-conduto para as travestis que integravam a companhia. Pode-se afirmar que esse reconhecimento das travestis como artistas e a autorização concedida pela Polícia facilitava o trânsito das travestis nas ruas e nas casas de shows localizadas no Estado. Servia como um mecanismo de segurança para as travestis.

Desde os primeiros meses o grupo sofria com a censura por não terem as licenças necessárias para a realização de espetáculos. E, além disso, as famílias conservadoras denunciavam as peças afirmando que o conteúdo era muito forte e que continha nudez e usuários de maconha transitando no espaço (GUIMARÃES; LACERDA, 1979). Um fato que nos chamou atenção foi que, mesmo nesse contexto de censura, o Vivencial conseguiu, através da encenação de uma peça de Hermilo Borba Filho, o patrocínio do Serviço Nacional de Teatro (SNT). Desse momento em diante, a companhia teatral continuou enviando colagens de textos teatrais para o SNT, o que resultou até em convites para excursões em todo o país pelo Projeto Mambembão (GUIMARÃES; LACERDA, 1979).

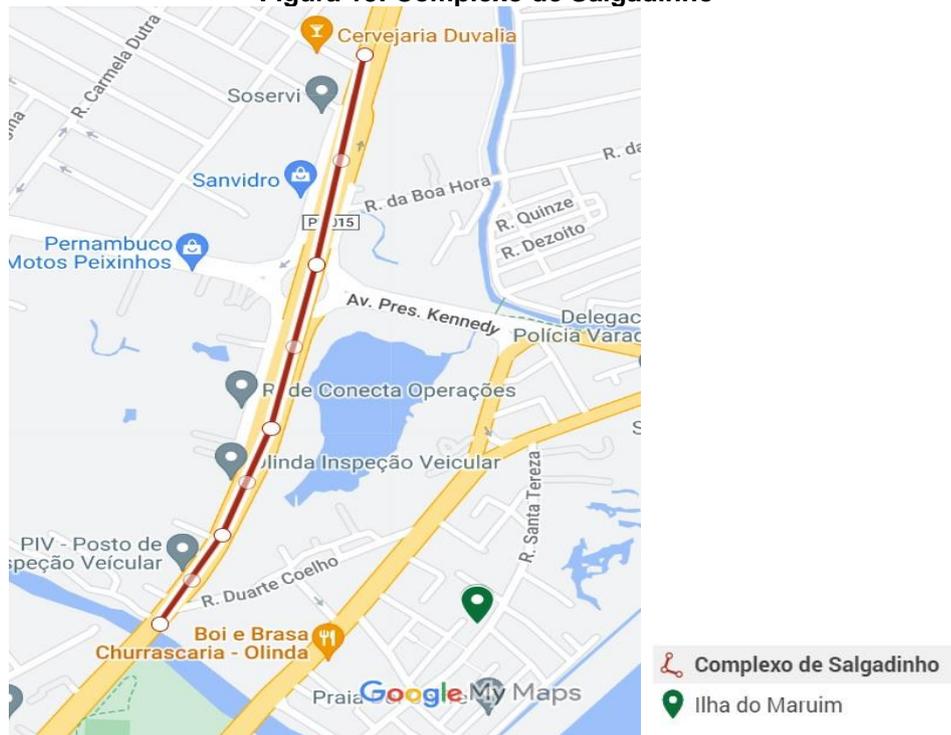
Todo o dinheiro arrecado, através da verba angariada por meio do SNT, foi utilizado na compra e manutenção do terreno situado no Complexo de Salgadinho. A região integra o município de Olinda, mas tem como fronteira os bairros do Recife. Por não termos acesso, por meio do *Diário de Pernambuco*, ao local exato da localização do terreno, destacamos (fig.12), toda a região conhecida como Complexo de Salgadinho<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> A partir desse momento, utilizaremos algumas falas de Guilherme Pontes Coelho presente na entrevista concedida a Ana Maria Guimarães e Ângela Lacerda no dia 24 de junho de 1979.

<sup>32</sup> O Complexo de Salgadinho estabelece conexões com as seguintes avenidas: Pan-Nordestina e Presidente Kennedy em Olinda e Cabugá e Agamenon Magalhães na cidade do Recife.

**Figura 13: Complexo de Salgadinho**



Fonte: Mapa elaborado pelo autor através do **Google Maps**.

Nesse local foi construído o primeiro café-concerto do Nordeste, o Vivencial Diversiones. A casa, que tinha serviço de bar, *discothèque*, shows musicais e de comédias e de *strip-tease*, estreou no dia 30 de dezembro de 1978, mas teve sua estreia oficial no mês de fevereiro com os espetáculos “Prato do Dia” e “Bonecas Falando Para o Mundo”, devido a uma pausa decorrente de turnês fora do estado.

Os/as integrantes tinham como principal influência o grupo Dzi Croquettes, porém, diferentemente dele, o Vivencial era constituído por pessoas que estavam em lugar de margem. No grupo tinham travestis que trabalhavam também como prostitutas e fichados pela polícia. A diferenciação entre as classes faz-se evidente quando a imprensa passa a adotar o termo “androginia” para se referir ao grupo Dzi Croquettes e utiliza o “travesti” para se referir ao Vivencial (GREEN, 2019; TREVISAN, 2000). Podemos concluir que o termo “androginia” era utilizado pela imprensa, nesse contexto, com o intuito de higienizar algumas sexualidades e gêneros dissidentes.

Quanto ao público frequentador do Vivencial Diversiones destacamos a presença de heterossexuais, que era maioria assídua nos dias de apresentação. Para Coelho (GUIMARÃES; LACERDA, 1979), isso ocorria por se tratar de um show de travestis. No imaginário dos machões, as travestis não os comprometiam perante

a sociedade. O público de homens homossexuais era pequeno e o de mulheres lésbicas era ainda menor. Segundo Coelho, as mulheres lésbicas eram mais discretas e o clima do Vivencial Diversiones era totalmente oposto (GUIMARÃES; COELHO, 1979). Outra característica marcante do público era a classe social. Dos que frequentavam o espaço, a maioria era proveniente da burguesia recifense.

Por ser posicionado próximo à Ilha do Maruim (fig. 13), os/as integrantes e frequentadores/as do café-concerto conviviam diariamente com a comunidade local. Os/as moradores/as da Ilha do Maruim se espantavam com a quantidade de carros e homossexuais ricos que frequentavam o local, com os preços da entrada e com o fato das mulheres cis pagarem a entrada do evento. Mas, não se espantavam com o público mais pobre que frequentava o local. Ainda de acordo com Guilherme Coelho (GUIMARÃES; LACERDA, 1979, p. A-15), “o que choca é a burguesia”. Todos/as os moradores da favela do Maruim respeitavam as travestis que se apresentavam no café-concerto como também respeitavam o público que frequentava o local. O Vivencial foi conquistando espaço e respeito não só da mídia e entre a burguesia, mas também das classes sociais mais baixas.

Gostaríamos de chamar atenção para algumas integrantes do grupo. A primeira é Lara, travesti, estava na companhia há cerca de um ano. Se sentia muito acolhida pelo grupo e foi na convivência com eles que pôde finalmente se declarar enquanto travesti, mas ainda não se sentia completa. Lara afirmava que tinha o grande sonho de “se transformar realmente numa mulher”<sup>33</sup> (GUIMARÃES; LACERDA, 1979, p. A-15). Lara havia passado pelo processo de “feminilização” durante o tempo em que morou em São Paulo, mas a luta era “diária e contínua” para se afirmar como mulher.

Refletindo sobre a última frase, concluímos que as jornalistas e Lara, ao utilizarem expressões como se transformar/afirmar como uma mulher, poderiam estar se referindo às mudanças corporais, cirurgias de redesignação genital e hormonização. Atrelar o “sentir-se de verdade” e o “ser vista como de verdade”, no que se refere às travestis e/ou outras pessoas trans, com as mudanças corporais era um pensamento muito comum à época. Esse raciocínio não se aplica mais hoje em dia, uma vez que sabemos que nenhuma pessoa trans ou travesti é obrigada a

---

<sup>33</sup> Frase proferida por Lara em entrevista concedida a Ana Maria Guimarães e Ângela Lacerda, para o *Diário de Pernambuco*, em 24 de junho de 1979.

passar por cirurgias e hormonização para ser tratada como uma mulher ou homem de verdade.

A segunda é Andréa Koscinellye, também travesti. Andréa gostava de ser notada como travesti e tratada no feminino. Observemos como, já naquela época, era importante reconhecer a travestilidade enquanto uma identidade feminina (GUIMARÃES; LACERDA, 1979). Apesar de ainda não ser uma identidade consolidada, nesse período a travestilidade já vinha construindo novos arranjos e subjetividades. Então, ao contrário do que algumas pessoas podem pensar, a travestilidade e a reivindicação da identidade e do uso de pronomes femininos não é algo desse século. Houve as que lutaram antes de nós, que enfrentaram uma sociedade conservadora e sofreram com a censura e elas precisam ser reconhecidas como vanguarda nessa luta. Não nos esqueçamos jamais!

A terceira integrante, não menos importante, que nos chamou atenção no Vivencial é Lu, também conhecida como Coelhinha. Lu vendia cigarros, chicletes e bombons, não constituía parte do elenco, mas circulava entre atores/atrizes e frequentadores do local. Para Lu, não importava se a chamassem no masculino ou feminino, de rapaz ou moça. Ela preferia que as pessoas escolhessem. Trouxemos Lu para esse trabalho para ressaltarmos que nem todas as vivências travestis são iguais. Nem todas realizam mudanças corporais, nem todas se submetem a cirurgias de redesignação genital, nem todas mudam seus nomes, nem todas ligam para pronomes, mas há quem faça tudo isso. Portanto, nenhuma deixa de ser travesti ou se torna uma travesti de “verdade” por realizar ou não procedimentos, reivindicar ou não mudança na forma que é tratada. Tudo isso pode variar de acordo as trajetórias e subjetividades.

Outra questão que gostaríamos de destacar é o afeto e o acolhimento entre os/as integrantes do grupo. Por meio das apresentações, eles e elas se sentiam livres para viverem suas identidades. A possibilidade de trocar experiências, conhecer e conversar com novas pessoas, pessoas com trajetórias parecidas, faz com que respirar seja mais fácil e a autorrealização se torna palpável. Pensando nessa relação de trocas e afetos, lembramos de alguns pressupostos elaborados por Judith Butler no capítulo “*Corpos que importam*”, publicado no livro “*Dissidências sexuais e de gênero*”. Butler (2016), ao discorrer sobre as relações sociais e

afetivas, afirma que um corpo não pode existir sem outro corpo<sup>34</sup> e que somos constituídos por relações de interdependência. Precisamos ser inteligíveis para que nossa existência seja legitimada e para que nossas corpos sejam reconhecidas. É por meio da performatividade que as corpos se tornam elegíveis ou não ao reconhecimento. Para alcançar esse objetivo, as corpos precisam encontrar maneiras de lidar com as normas de gênero e sexualidade que regem o processo de reconhecibilidade.

Não conseguir encontrar métodos próprios para sermos reconhecidos significa dizer que estamos no limite da reconhecibilidade. Viver sempre no limite, não ter uma vida plenamente vivível ou, até mesmo, não sermos considerados/as como humanos/as faz com que os/as sujeitos/as de sexualidade e gênero dissidentes busquem novas alternativas para tornar as suas vivências menos dolorosas e mais respiráveis.

Para Judith Butler (2016) o gênero é performativo. Uma vez que o gênero é uma repetição de atos dentro de uma estrutura reguladora, a performatividade é o fazer gênero constantemente e não o ser gênero. Desse modo, ela questiona a própria noção de sujeita e acrescenta que:

Dizer que o gênero é performativo é dizer que há um certo tipo de decreto; a “aparência” é frequentemente tomada de maneira errônea como um sinal de sua verdade interna ou inerente; o gênero é incitado por normas obrigatórias que demandam que nos tornemos um gênero ou outro (comumente dentro de um molde estritamente binário); a reprodução do gênero é, assim, sempre uma negociação com o poder; e, finalmente, não há gênero sem essa reprodução de normas que pode provocar o “desfazimento” ou “refazimento” dessas normas de maneiras inesperadas, abrindo a possibilidade para uma reconstrução da realidade generificada em outros termos (BUTLER, 2016, p. 32).

Não só para construir relações de interdependência, fazer parte de uma comunidade também significava tornar pública a sexualidade e o gênero. Podemos afirmar que a contribuição mais importante dos grupos formados, durante as décadas finais do século XX, foi a afirmação homossexual e a aliança formada por travestis. Se afirmar como corpa dissidente em locais públicos e privados representava a validação e o apoio entre os pares.

Pode-se afirmar que a leveza com a qual os/as integrantes conduziam o espetáculo e a união entre eles e elas refletiam na qualidade das apresentações. O

---

<sup>34</sup> Utilizamos o termo “corpo”, diferente das outras partes do texto em que utilizamos “corpa”, por se tratar de uma citação indireta à Judith Butler.

mais famoso espetáculo do grupo, “Bonecas Falando Para o Mundo”, foi repetidamente elogiado pelos jornalistas do *Diário de Pernambuco* e pelo público que prestigiava as apresentações. O número contava com show de *strip-tease* e travestis/bonecas que cantavam, dançavam e rebolavam para a satisfação do público que aplaudia de pé. O sucesso do espetáculo foi tão grande que o jornalista Paulo Azevedo Chaves, em reportagem publicada no dia 04 de março de 1979, utilizou as seguintes palavras para descrever o a relevância do espetáculo: “o texto é inteligente e as ‘bonecas’ cantam, dançam e rebolam para deleite do público que aplaude de pé” (CHAVES, 1979, p. D-6).

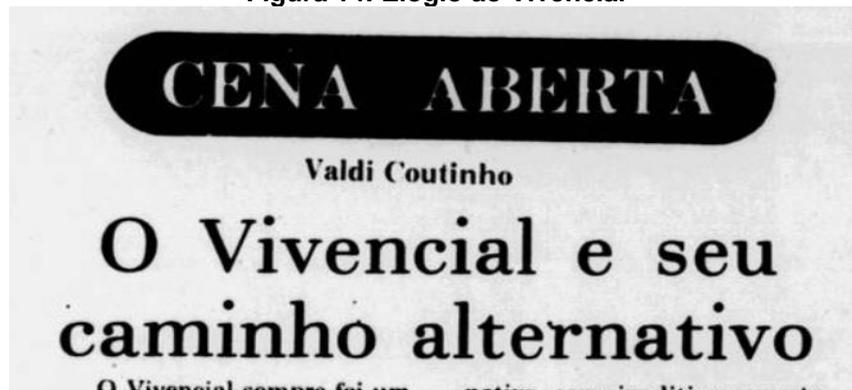
Conforme explica Elias Veras, o termo “boneca” era bastante utilizado para se referir aos/às efeminados/as, tanto em relação aos homens cis homossexuais como às travestis<sup>35</sup>. Aprofundando mais o significado, o termo era utilizado para se referir a “homossexuais que assumiam, na relação amorosa e sexual com os bofes [ativos], certo lugar do feminino” (VERAS, 2019, p. 48). A boneca representava a “mulher da relação” e os estereótipos de delicadeza, fragilidade, submissão e passividade, enquanto os bofes eram responsáveis pela condução da prática sexual e do relacionamento amoroso. As bonecas eram chamadas assim também por utilizarem adereços considerados como sendo pertencentes a uma estética feminina para que assim pudessem performar uma feminilidade. Veras (2019, p. 50) acrescenta que “ao se apropriarem de artefatos naturalizados pertencentes ao ‘universo feminino’”, as bonecas traziam à tona a possibilidade de transitar entre os gêneros. De igual modo, revelavam as fraturas existentes na cisheteronormatividade ao desafiar os conceitos de homem e mulher de verdade.

No dia 24 de abril de 1979, Valdi Coutinho (1979), na coluna Carta Aberta, descreve o Vivencial como um grupo afoito, polêmico, irreverente e corajoso. Coutinho fala até em uma revitalização do movimento artístico pernambucano tamanha importância do Vivencial e do seu caráter alternativo, divertido e que denuncia as mazelas sociais com qualidade e maestria.

---

<sup>35</sup> Nesse período, como já foi mencionado, a diferença entre homem cis homossexuais e travestis ainda era embrionária. Muitos meios de comunicação, inclusive o *Diário de Pernambuco*, se referia às travestis como homossexuais. A identidade travesti se consolidou por meio das lutas e organizações políticas guiadas pelas travestis.

Figura 14: Elogio ao Vivencial



Fonte: Diário de Pernambuco, BNDigital, Recife, 24 de abril de 1979.

O jornalista Valdi Coutinho analisa os primeiros passos até a consolidação alcançada no ano de 1979. Para ele, o caminho alternativo foi a melhor solução para manter a autenticidade, sem negar as suas intenções e origens. Coutinho enxergava com bons olhos e atuação do Vivencial Diversiones e como um caminho necessário para abrir novas oportunidades de trabalho para os/as artistas que se identificassem com o conteúdo dos espetáculos e como uma opção diferente para a vida noturna do Recife, sendo assim, era um movimento-artístico pernambucano que conseguia se destacar em muitas frentes dentro do cenário. Sobre o conteúdo político, Coutinho afirmava ser

Um show apolítico no que se refere a uma definição panfletária [...] mas político se levarmos em conta que aborda de forma picante e maliciosa, um tema identificado com uma minoria de seres humanos, e, conseqüentemente interessa a todas as minorias que, de tantas, já formam um imenso bloco (COUTINHO, 1979, p. C-5).

O show teve tanta repercussão que nas segundas-feiras, em várias semanas seguidas do final de 1979, marcava presença na “Agenda” semanal do *Diário de Pernambuco*, divulgando a grade de programação e os horários dos shows. O que sabemos era que a “Agenda” era montada de acordo com as correspondências remetidas aos cuidados de Nísia Carneiro Leão. Não sabemos ao certo se as publicações eram pagas ou se o *Diário de Pernambuco* divulgava gratuitamente. Mas, o certo é que ser indicada e enaltecida por um jornal de grande circulação e que chegava nas mãos de diferentes classes sociais e gêneros era reflexo da importância que a companhia teatral tinha no estado de Pernambuco.

As críticas positivas não cessaram com o fim do ano de 1979. O jornalista Valdi Coutinho tece novamente, no dia 19 de janeiro de 1980, elogios ao grupo Vivencial. Coutinho não mede palavras para dizer que o Vivencial Diversiones

seguia sendo o melhor exemplo de teatro alternativo de Pernambuco. Para ele, os/as integrantes da companhia ultrapassavam as fronteiras da dramaturgia em busca de novos públicos e espaços. Inovando, mas sem perder as suas características periféricas (COUTINHO, 1980). A conquista do cenário teatral atual é resultado também da busca por novos espaços para apresentar os seus espetáculos. O movimento de saída dos teatros tradicionais já conhecidos do público, como o Santa Isabel e o Valdemar de Oliveira, para espaços outros não convencionais era um dos fatores que chamava atenção do público e dos críticos.

Para além das qualidades técnicas, e como já foi mencionado, o Vivencial abriu portas de trabalho para artistas que não encontravam oportunidades no mercado. Artistas marginalizados e desacreditados puderam ter a chance de desenvolver os seus trabalhos em diversos campos dentro da companhia teatral. Não foram só atores e atrizes que ganharam essa oportunidade, mas maquiadores/as, cantores/as, cenógrafos/as, músicos/musicistas, travestis etc. É importante chamar a atenção para a oportunidade que o Vivencial Diversiones concedia às travestis. Mesmo os salários sendo baixos, era a oportunidade que as travestis, artistas e vindas das periferias, precisavam para terem opções outras além da prostituição. A importância dada as travestis era porque elas eram as que mais se destacavam em seus shows e as que mais atraíam público para o café-concerto.

**Figura 15: Vedetes e Travestis**

Fonte: Diário de Pernambuco, BNDigital, Recife, 19 de janeiro de 1980.

O início da década de 1980 foi bem proveitoso e relevante para as travestis que integravam o Vivencial Diversiones. Elas brincavam abertamente com nomes de políticos sem sofrer diariamente com a censura como as artistas, que eram travestis, sofriam nas décadas de 1960 e 1970. Isso nos revela que o país estava seguindo rumo à abertura política e que os limites da censura sobre textos teatrais que violavam a moralidade pública e os bons costumes eram bem móveis e estavam ligados mais a política conservadora do que a moralidade em si (REIMÃO, 2010). Esse movimento nos faz ponderar o papel que a burguesia cisheterossexual tem nessa mudança de quadro.

Como sabemos, mesmo sendo um teatro periférico, a maior parte do público eram homens cis, heterossexuais e burgueses. Então, se a casa do Vivencial servia para o entretenimento daqueles que detinham o poder, podemos afirmar que não havia sentido algum a censura agir contra as apresentações das travestis. Desse modo, a não interferência dos censores e da Polícia Federal tornou possível a

realização de espetáculos, inclusive os que tinham forte teor político, e o sucesso da casa, pioneira em shows de travestis na capital pernambucana.

Desse modo, vários tipos de manifestações culturais, dentro do teatro, foram se tornando possível durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979). Geisel tinha como principal proposto a abertura política lenta, gradual e segura, tornando factível a organização política de travestis e homossexuais. Integrar o Vivencial, se apresentar no palco do café-concerto Vivencial Diversiones, tratar de problemas brasileiros com tanta naturalidade e criticidade era um ato de resistência e sobrevivência perante uma sociedade conservadora e um sistema político que censurava as corpos dissidentes a todo custo.

As travestis do Vivencial Diversiones, por serem consideradas como artistas pela Polícia Federal e pela população em geral, foram ocupando espaços outros para além dos muros dos teatros. Os anos entre 1970 e 1985 também foram conhecidos pelo aumento do número de boates com uma programação de shows, cujo elenco era formado majoritariamente por travestis. Assim como no teatro, os shows das travestis nas casas noturnas era o que atraía a maior quantidade de público.

Percebendo que a vida noturna dos grandes centros urbanos atendia massivamente ao público homossexual e as travestis, os grandes empresários investiram no mercado incentivando, cada vez mais, a inclusão desses/as clientes. Esse processo é decorrente de uma mudança nas políticas que desestimulavam a inclusão, posto que, a clientela homossexual e as travestis já eram capazes de sustentar diversos estabelecimentos nos centros urbanos. O interesse de expandir o mercado estava atrelado ao crescimento da subcultura homossexual e ao aumento do poder aquisitivo da classe média e alta.

Green (2000) destaca, no entanto, que quanto mais visibilidade tinham mais repressão eles/as sofriam. Muitos/as homossexuais e travestis eram agredidos/as simplesmente por possuírem uma performance mais efeminada. Comumente, entre as décadas de 1950 e 1970, a perseguição policial assolava as ruas dos grandes centros urbanos. As batidas policiais, muitas vezes, tinham como intuito extorqui-los/as. Os policiais ameaçavam contar o ocorrido às suas famílias caso não fosse paga a quantia de dinheiro exigida.

As casas noturnas forneciam um pouco mais de segurança às corpas dissidentes por se tratar de um ambiente privado, porém engana-se quem acha que as travestis poderiam frequentar tranquilamente esses espaços de sociabilidade. Quando não era a atuação da Polícia Federal proibindo a realização de shows, eram os/as próprios/as donos/as dos estabelecimentos que não desejavam que travestis frequentassem as suas casas noturnas. Sendo assim, essa “falsa” sensação de segurança não se aplicava às travestis, somente aos/as homossexuais cisgêneros/as.

Em meados de março do ano de 1973, Telma Vasconcelos, proprietária da Boogaloo (fig. 16), estava em busca da autorização, no Serviço de Censura da Polícia Federal, para a realização do show das *Les Girls*, grupo composto por travestis. O jornalista João Alberto ressalta que o grupo vinha de apresentações realizadas na “conservadora sociedade de Belo Horizonte” (ALBERTO, 1973, p.3). Alguns jornalistas do *Diário de Pernambuco* foram convidados para assistir ao espetáculo que estava fazendo o maior sucesso em sua turnê pelo Brasil. Nota-se nesse movimento de divulgação do jornal, até um certo ar de espanto pela ampla aceitação do espetáculo na capital pernambucana.



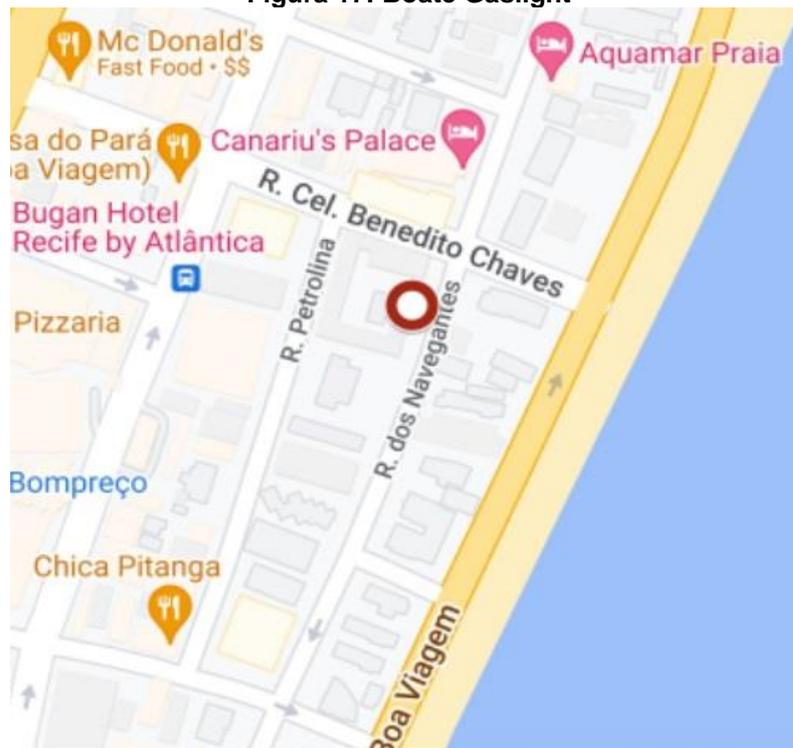
**Fonte: Mapa elaborado pelo autor através do Google Maps.**

Zenaide Barbosa, em sua coluna, publicou uma nota escrita em tom de surpresa sobre a boa receptividade ao grupo *Les Girls*. Para ela, a cidade do Recife

estaria tomando ares de Capital por não terem apedrejado as travestis (BARBOSA, 1973). Analisando o título da nota, “Exemplo”, e a palavra “apedrejou” podemos concluir que o ato de violentar, fisicamente e psicologicamente, as travestis era bem comum nesse período e o seu não feito seria um exemplo de civilidade. Era comum ao ponto dos/as jornalistas se sentirem surpresos/as e manifestarem essa surpresa em seus textos.

A iniciativa da Boite Boogaloo e a nova visão dos empresários quanto ao público que poderia ser atraído pela apresentação de grupos formados por travestis gerou uma onda de shows em outras casas noturnas recifenses. Como exemplo, pode ser citado a boate Gaslight (fig. 17), localizada no bairro de Boa Viagem. A boate trouxe o elenco, composto por travestis da Boate Medieval. A casa noturna Medieval, na época, era conhecida por possuir um dos melhores espetáculos (ALBERTO, 1978).

**Figura 17: Boate Gaslight**



**Fonte: Mapa elaborado pelo autor através do Google Maps.**

Porém, a transformação só aconteceu mesmo em 1979 com o primeiro espetáculo permanente de travestis no Recife. O show foi montado na Boate Misty

Discotecagem<sup>36</sup> com o objetivo de preparar uma programação com apresentações de alta categoria para atrair turistas de outras capitais nordestinas e incentivar outras casas noturnas a fazerem o mesmo. A casa tinha como características a boa receptividade aos homossexuais e políticas antidiscriminatórias, ao ponto do próprio Relações Públicas da Misty, José Roberto Gouveia de Oliveira, afirmar que a Misty era considerada como uma “boate gay” (BOATE, 1979).

Entretanto, mesmo com políticas antidiscriminatórias, até a data de publicação da matéria, 25 de maio de 1979, a Misty não tinha permitido a entrada de nenhuma travesti, “salvo os profissionais do ‘Grupo Vivencial’” (Boate de travestis, 1979, p, A-6), que compareceram, antes dessa data, para receber homenagens na casa noturna, precisando sair rapidamente em direção a casa Vivencial Diversiones onde haveriam suas apresentações. Como ser considerada uma casa que acolhia e lutava contra a discriminação se as travestis não tinham acesso? A elas era negado até o direito à sociabilidade, restando apenas as ruas para se arriscar. Portanto, pode-se afirmar que não tinham espaços seguros para as travestis se divertirem, somente as artistas tinham livre acesso a espaços que deveriam ser de todas por direito.

### **2.3 (Re)pensando a construção da corporalidade travesti**

Durante todo o século XX, era muito comum afirmarem que as travestis não desejavam fazer uso das modificações corporais. Era algo que permeava o imaginário tanto dos responsáveis pelas produções dos conhecimentos científicos como da população em geral. Esse argumento foi bastante utilizado para diferenciar as corpos transexuais das corpos travestis, hoje sabemos que não é bem assim. A partir da análise de fontes, como o *Diário de Pernambuco*; por meio das pesquisas de outros/as pesquisadores/as e através dos depoimentos das travestis que vivenciaram o período entre as décadas de 1950 e 1990, já sabemos que elas

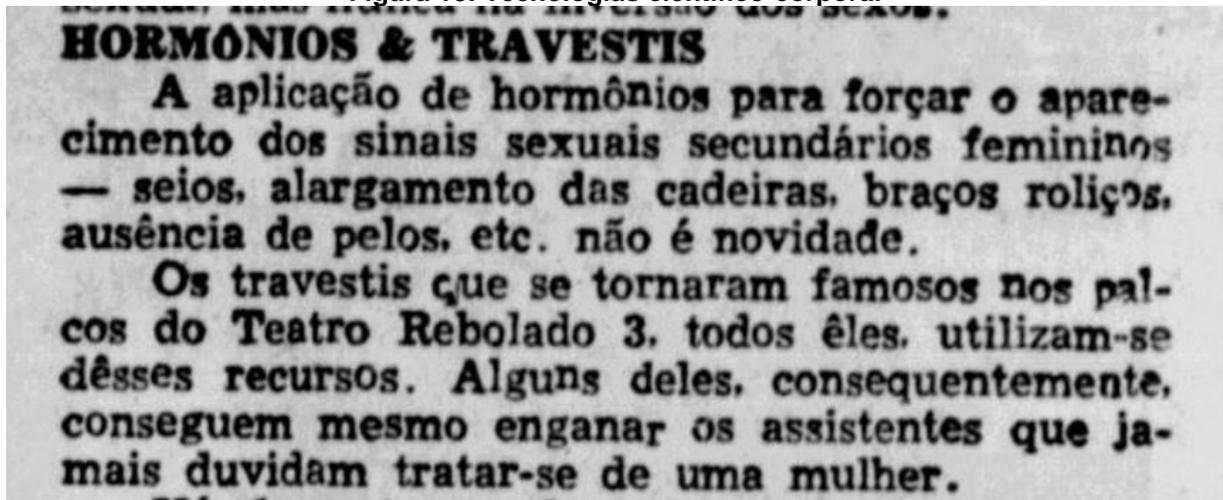
---

<sup>36</sup> Inaugurada em 5 de janeiro de 1979, a Boate Misty funcionava na Rua do Riachuelo, em frente à Faculdade de Direito do Recife. Em 1982, a Misty se mudou para a Rua das Ninfas, onde hoje podemos encontrar o Clube MetrÓpole, uma das principais boates LGBTIA+ do Nordeste. Ao se mudar para a Rua das Ninfas, a Misty plantou a semente do que veio a se tornar o principal polo noturno destinado ao público LGBTIA+. Mais informações sobre a Boate Misty disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/cultura/2021/12/14928191-legado-da-misty-boate-que-fez-historia-no-recife-e-relembrado-em-festa.html>. Acesso em: 14 mai. 2022.

faziam sim uso de tecnologias científico-corporal para modificar suas corpos como, por exemplo, aplicações de silicones e hormônios para feminilizar e construir uma corpa de aparência lida como feminina.

As travestis estavam deixando de “apenas ‘fazer o travesti’ para ‘virar travesti’” (VERAS, 2018, p. 351). Em reportagem publicada no dia 15 de dezembro de 1971, poderemos confirmar que as travestis faziam uso de hormônios femininos para desenvolver características sexuais como seios, aumentos dos quadris e ausência de pelos e assim conseguiriam “mesmo enganar” (HORMÔNIO, 1971, Nacional, p. 2) conforme consta na figura abaixo:

Figura 18: Tecnologias científico-corporal



Fonte: Diário de Pernambuco, BNDigital, Recife, 15 de dezembro de 1971.

O primeiro ponto que queremos destacar nessa notícia é o quão prejudicial à saúde pode ser a utilização de hormônios não humanos e a falta de acompanhamento médico. Ao fazer uso de hormônio de gado, conforme cita a reportagem, as travestis colocavam as suas vidas em risco. Muito provavelmente, aquelas que utilizavam esse tipo de hormônio o faziam por não ter acesso a orientações médicas que facilitassem os seus trânsitos. O risco de se hormonizar sem acompanhamento médico é agravado quando as sujeitas não sabem a dosagem e nem qual o tipo correto de medicação.

Pensamos que essa automedicação acontecia também como uma forma de driblar os paradigmas instituídas como verdadeiros pela medicina. A transgeneridade<sup>37</sup> era compreendida como uma condição que necessitava de

<sup>37</sup> Nesse caso, em específico, me refiro as transexualidades e a travestilidade.

tratamento a fim de obter uma cura. Nesses casos, o tratamento oferecido para obter a cura era composto por uma série de procedimentos denominados de “padrões de cuidado”. Podemos afirmar que para quem tinha pressa de viver, conforme os seus desejos, era um caminho muito longo, demorado e árduo. Então, justamente por esse motivo, algumas travestis recorriam aos métodos mais fáceis e perigosos à saúde. Segundo Bento (2006), os procedimentos seriam divididos em:

1. Tempo de terapia: as corpos trans, primeiramente, seriam submetidas a um período de sessões de psicoterapia para que não restassem dúvidas quanto aos resultados e para que não houvesse arrependimentos depois da cirurgia de transgenitalização. Isso não significava que todas seriam consideradas como aptas para fazer o procedimento cirúrgico. As/os médicas/médicos poderiam concluir que não se tratava de uma pessoa trans;
2. Terapia hormonal: eram receitados hormônios apropriados para modificar as características secundárias das corpos. A hormonização só era permitida após um certo período de frequência nas sessões de psicoterapia;
3. Teste de vida real: era estimulado o uso, durante todo o dia, de roupas entendidas como comuns ao gênero identificado;
4. Teste de personalidade: eram realizados testes psicológicos com o intuito de verificar se havia a presença de algum tipo de “Transtorno Específico de Personalidade”;
5. Exames de rotina: eram realizados exames bioquímicos, ultrassonografias da região pélvica, endovaginal e ultrassonografia do abdômen, além de exames de raio X;
6. Cirurgia de transgenitalização: a última etapa consistia nas cirurgias de transgenitalização como, por exemplo, a histerectomia, mastectomia e faloplastia para o transmasculinos e a vaginoplastia para mulheres trans.

Esses procedimentos são etapas do que foi denominado como “Processo Transsexualizador”. Os processos nos quais as pessoas trans precisavam se submeter para realizar as modificações corporais que desejassem, em especial as cirurgias de redesignação genital, foram recepcionadas no Brasil, de forma parcial e

ilegal, somente em 1971 por meio do cirurgião brasileiro Roberto Farina (JESUS, 2018, p. 385)<sup>38</sup>.

O nome de Farina é citado, no *Diário de Pernambuco*, em oito matérias diferentes. A primeira, publicada no dia 07 de dezembro de 1975, trata do pedido de instauração de inquérito policial contra Farina. Nesse momento, Farina já havia realizado nove operações de redesignação e estava sendo acusado, pelo procurador Luís de Melo, de lesão corporal (MÉDICO, 1975). Em 1975, Farina foi condenado e responsabilizado pelo suposto crime que estava cometendo, entretanto, durante toda a década de 1970 e mesmo após a sua condenação, continuou palestrando em congressos e fornecendo diversas entrevistas explicando o que seria o Processo Transexualizador e os motivos que deveriam ser levados em conta para legalizar as cirurgias de redesignação no Brasil, como estava ocorrendo em outros países.

Em entrevista exclusiva para o *Diário de Pernambuco*, em 28 de setembro de 1976, Farina apontava que as cirurgias já vinham sendo realizadas no mundo e que nenhum médico havia sofrido sanções legais como as que ele sofreu. Nessa entrevista, ele também descreveu todos os procedimentos pelos quais tinham que passar as corpos trans antes de realizar a cirurgia com ele, seriam elas: um ano de acompanhamento psiquiátrico, determinação de sexo cromossômico por geneticista, dosagens hormonais com endocrinologista e testes para determinar o gênero do sexo cerebral. Além disso, Roberto Farina alegava que realizava os procedimentos cirúrgicos por questões humanitárias e que as vezes nem cobrava pelo procedimento. Apontava também que as/os pacientes não se sentiam plenamente felizes após as cirurgias por conta dos entraves na Justiça em relação ao fornecimento de novos documentos (OPERAÇÕES, 1976).

Quando não conseguiam realizar as cirurgias no Brasil, as travestis encontravam como possibilidade a saída do país. Mas como ocorriam esses movimentos? Nas décadas de 1970 e 1980 houve um fluxo intenso de travestis em direção a outros países. Há muitas reportagens e relatos no *Diário de Pernambuco* sobre esse movimento, principalmente indo em direção à Paris, França. Encontramos muitas reportagens sobre a travestilidade em Paris, mas a maioria era

---

<sup>38</sup> O Conselho Federal de Medicina somente reconheceu as cirurgias de redesignação em 1997 e autorizou os hospitais universitários a realizarem as cirurgias em caráter experimental (BENTO, 2006).

sobre prostituição. Isso não significa que a prostituição era o único posto de trabalho que as travestis brasileiras ocupavam em Paris. Na verdade, isso fala mais sobre o jornal do que sobre as travestis. Era escolha dos jornalistas e dos editores do jornal publicarem notícias, inclusive em tom de deboche e ironia, sobre a prostituição.

A maior quantidade de reportagens encontradas sobre a prostituição em Paris foi registrada entre 1980 e 1985. O *Diário de Pernambuco* publicou uma série de reportagens sobre a grande quantidade de travestis que estavam se prostituindo em Paris e como o governo francês estava contornando essa questão. No dia 11 de novembro de 1980, por exemplo, foi publicada a reportagem intitulada “Brasil exporta travestis”, escrita por Waldimir Leite. Nessa reportagem, o jornalista traz alguns detalhes o *trottoir* em Paris. As travestis brasileiras estavam se concentrando ao redor do *Bois de Boulogne* (Bosque de Bolonha).

Ao consultar a importante revista *Le Point*, Leite confirmou que havia um “tráfico organizado, uma espécie de “traite des Bresiliens” (tráfico de brasileiros)” (LEITE, 1980, p. A-9, grifos do autor). Para se ter uma ideia da quantidade, o *Diário de Pernambuco* veiculou o estudo realizado por Luiz Mott, membro do Grupo Gay da Bahia, no qual constatou que das 700 travestis que atuavam como prostitutas em Paris, 500 eram brasileiras e quase 100 eram baianas<sup>39</sup> (CHAVES, 1982).

Leite (1980) afirma que as travestis só permaneciam durante 6 meses em Paris, tempo suficiente para acumular uma boa quantia de dinheiro, e depois seguiam para Casablanca, “onde os espera uma clínica especializada. Alí são transformados em verdadeiras mulheres” (LEITE, 1980, p. A-9). Ou seja, era o desejo de acumular pecúlio para realizar procedimentos cirúrgicos e outras modificações corporais que motivavam as travestis a se prostituírem em Paris. A prostituição não é um problema nessa situação, o problema é quando ela se torna o único meio possível para que as travestis consigam obter melhores condições de vida tanto financeiramente como enquanto pessoas trans em seus trânsitos.

Para surpresa de todos/as, o governo francês optou por anunciar, em setembro de 1982, que exigiria o visto, a partir do dia 1º de novembro do mesmo ano, a turistas de todos os países, exceto dos membros da Comunidade Europeia. O governo francês afirmava que o intuito era impedir a entrada de terroristas, todavia, como bem observou João Alberto, no caso do Brasil, a medida era para impedir

---

<sup>39</sup> Não se tem dados na reportagem sobre o estado de Pernambuco.

cada vez mais a entrada de travestis no país, o que tornava ainda mais escassa as oportunidades de obterem melhores condições de vida (ALBERTO, 1982).

Contra a correnteza podemos citar como exemplo Consuelo, já citada em outras passagens desse trabalho. Consuelo saiu do país rumo à Paris com o objetivo de mostrar a sua arte. Fez sucesso em Paris com os seus espetáculos em casas noturnas e teatros e assim, como tantas outras, conseguiu acumular pecúlio e condições melhores de vida. Grande destaque no Brasil e fora, Consuelo se tornou umas das travestis mais conhecidas e prestigiadas do país.

Pode-se afirmar até que os entraves citados por Farina, em muitas situações, eram os verdadeiros responsáveis pela não procura de travestis por cirurgias de redesignação genital. Elas não faziam cirurgias simplesmente por serem travestis como acreditavam, elas não tinham acesso aos procedimentos. Como já ressaltamos, afirmar que uma pessoa é travestis simplesmente por não querer fazer modificações corporais é uma grande história inventada. Ter que se afirmar enquanto uma mulher transexual, muitas vezes sem se sentirem como tal – afinal de contas, a travestilidade é uma identidade por si só -, era bem doloroso. Para além de tudo, muitas travestis, principalmente as que trabalhavam pelas ruas do Recife, não possuíam dinheiro suficiente para pagar uma cirurgia no Brasil ou para sair do país em busca de médicos que a realizassem.

A possibilidade de tanto as mulheres que se declaravam como transexuais quanto as travestis modificarem as suas corpos é resultado do conjunto de transformações que estava ocorrendo na nossa sociedade capitalista. A esse período o pesquisador Paul B. Preciado dar o nome de Era Farmacopornográfica. Essas mudanças que estão ocorrendo no sistema impõem um conjunto de dispositivos microprotéticos de controle da subjetividade por meio de novos protocolos técnicos biomoleculares e multimídia. Nossa economia mundial fica dependente da produção e circulação interconectada de centenas de toneladas de esteroides sintéticos e órgãos, fluidos e células (PRECIADO, 2018).

Os vetores econômicos do regime farmacopornográfico se revelam na década de 1970 com o colapso do sistema de produção fordista. Nesse novo regime, os mecanismos de controle são materializados nos campos da psicologia, da sexologia e da endocrinologia. Em meados da década de 1970, a partir da tecnociência em desenvolvimento e da sua autoridade material, a transexualidade e a travestilidade

começaram a se tornar aparente nas corpos por meio das substâncias químicas e moléculas comercializáveis. A ciência e a biotecnologia emergente, juntamente com as instituições disciplinares, avançaram sobre a subjetividade e a sexualidade dos indivíduos, transformando-se em nós bioquímicos de gestão técnica. Para Paul B. Preciado, o regime farmacopornográfico é “pós-industrial, global e midiático” (PRECIADO, 2018, p. 36).

## TERCEIRO CAPÍTULO:

### O CONTROLE SOBRE A VIDA E A MARGINALIZAÇÃO DA CORPA TRAVESTI

Sua lei me tornou ilegal  
Me chamaram de suja, louca e sem moral  
Vão ter que me engolir por bem ou por mal  
Agora que eu atingi escala mundial  
Navalha debaixo da língua  
Tô pronta pra briga (URIAS, 2019).

A prostituição vinha aumentando, desde o início da década de 1970, como “reflexo da crescente comercialização e mercantilização do sexo na sociedade brasileira” (GREEN, 2019, p. 413) e por conta da desigualdade social que aterrorizava os/as brasileiros/as. As corpos trans e travestis, muitas vezes, tinham na prostituição a sua única fonte de renda por não conseguirem exercer outras atividades remuneradas e nem terem acesso a uma qualificação profissional – estigma que carregam até hoje.

Como já foi observado anteriormente, o caminho das artes não era acessível para todas as corpos dissidentes. Então, se prostituir era uma forma de ter acesso a moradia, alimentação e aos espaços de sociabilidade tão essenciais para a sobrevivência de qualquer sujeita. Entretanto, também significava ter sua corpa violada, pública, o que as deixavam ainda mais vulneráveis diante de tantas mazelas sociais. Como bem aponta Amara Moira, as travestis são tratadas iguais a puta, antes mesmo de se assumirem como puta, “quase uma tatuagem na testa: bastou me verem travesti e já começa o assédio, assédio de que nunca tive notícia enquanto posava de homem” (MOIRA, 2018, p. 35).

Circular pelas ruas da região metropolitana do Recife era como carregar um alvo nas costas, uma verdadeira prova de fogo e luta por sobrevivência. Seus algozes, impunes, tocavam-lhes suas corpos sem pudor, as agrediam, as sangravam, as tratavam apenas como corpos sexuais pertencentes a eles, as tiravam tudo. A polícia e a Justiça, que deveriam garantir a sua proteção, por sua vez, se achavam no direito de controlar as corpos travestis até o limite, lhes inundado com sentimentos de dor, medos e angústias.

Diante da consolidação da política sexual e moralizante instauradas nos governos militares, nada se fazia para reparar as vítimas e responsabilizar perseguidores, torturadores e assassinos. Como consequência, as corpos dissidentes, vítimas do sistema, tiveram as suas histórias apagadas. E, foi por acreditarmos na importância do direito à memória que decidimos transformar este trabalho também num espaço de denúncia memória e luta para a população LGBTIA+.

Levando em consideração que a história veiculada pelos jornais é fruto da memória coletiva e que há também a história do/a historiador/a, precisamos apontar algumas diferenças entre as concepções de memória. Segundo Jacques Le Goff

(1990), a memória coletiva seria deformada, anacrônica e, até mesmo, mítica, “mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado” (LE GOFF, 1990, p. 29). Cabe ao/a historiador/a corrigir essa história que foi falseada ao decorrer dos anos e ajudar a memória a retificar os erros cometidos. Sendo que, é imprescindível levarmos os testemunhos em consideração e não defendermos uma causa sem estabelecermos e evidenciarmos a verdade ou o que julgamos ser a verdade, uma vez que sempre corremos o risco de sermos contaminados com a doença do presente e pela imagem inconsciente de um futuro sonhado (LE GOFF, 1990).

Ainda segundo o autor, mesmo não conseguindo nos livrarmos completamente das concepções que construímos durante toda a vida, mesmo não conseguindo evitar “toda a influência deformante do presente na leitura do passado –, podemos limitar as consequências nefastas para a objetividade” (LE GOFF, 1990, p. 30), sendo esta objetividade desenvolvida inconscientemente, ao contrário da imparcialidade que é premeditada e decidida. Apesar disso, há de se considerar que não somos mais reféns dos nossos documentos. A crítica rigorosa ao documento permanece para que possamos verificar se o documento é verdadeiramente autêntico ou não.

Portanto, com a Nova História, não precisamos mais sermos escravos/as do nosso documento. Mesmo que o documento seja considerado como falso, ele mesmo se constitui enquanto fonte de importância semelhante aos documentos considerados como verdadeiros (CAPELATO, 1988). Desse modo, mesmo os periódicos sendo considerados como fruto de uma memória coletiva e que, por muitas vezes, pode conter omissões ou inverdades, nos cabe examinar como e porque ele foi produzido dessa maneira. Maria Capelato (1988) ainda afirma que desse modo todos os documentos são considerados, ao mesmo tempo, verdadeiros e falsos e que é de responsabilidade do/a historiador/a averiguar como e em quais condições o periódico foi produzido.

Sabendo disso, selecionamos alguns casos policiais que repercutiram na sociedade à época e mobilizaram um grande número de travestis. A partir deste compilado, buscaremos evidenciar como a impunidade afetou a vida de dezenas de travestis e como a Justiça de Transição e as Comissões da Verdade nos revelam aspectos da verdade, promovem o julgamento de torturadores e a reparação das

vítimas, além de reformar as instituições para que a sociedade conheça a sua história e previna a repetição.

### **3.1 Se espremer, sai sangue: a repercussão do “Caso Cêra” no *Diário de Pernambuco***

Segundo James Green (2019), a prostituição teve um crescimento bastante expressivo, desde o início da década de 1970, como “reflexo da crescente comercialização e mercantilização do sexo na sociedade brasileira” (GREEN, 2019, p. 413). Somado a isso, a desigualdade social entre as classes era um fator bastante decisivo no tocante ao destino das travestis. As travestis provenientes das classes mais baixas não tinham tantas opções. Muitas eram expulsas de casa ainda na fase da adolescência, eram estupradas por familiares, assediadas, espancadas e perdiam desde muito novas os vínculos com os seus familiares (TREVISAN, 2000).

Sem a possibilidade de exercer outras atividades remuneradas, seja por conta da sua identidade de gênero ou por terem sido obrigadas se evadirem do ambiente escolar, as corpos trans tinham na prostituição a única forma de gerar renda. Afinal de contas, como já foi mencionado anteriormente, trilhar o caminho artístico nem sempre foi possível e acessível para todas as corpos. Também vale salientar que fazer o *trottoir*<sup>40</sup>, durante governos militares que tinham como política a moralização da pátria não era uma tarefa fácil.

Fazer o *trottoir* deixava as travestis sem qualquer tipo de proteção, completamente desprotegidas contra as agressões e os assassinatos. O reflexo disso foi o grande número de reportagens, na década de 1980, envolvendo assassinatos de travestis e perseguições policiais. As travestis eram assassinadas e agredidas, mas os criminosos não eram encontrados ou, se encontrados, não eram presos. Elas viviam sob um verdadeiro manto da impunidade. Nada se descobria, nada se concluía, nada se via ou se ouvia, mesmo quando só havia um único culpado no caso.

---

<sup>40</sup> *Trottoir* é uma palavra de origem francesa, que significa calçada destinada a movimentação de pedestres. Sendo assim, a expressão “fazer o *trottoir*” deriva do termo “*trottoir*” e está atrelada à prática da prostituição em via pública.

A prostituição não era crime, mas o *trottoir* (exibição pública) era enquadrado como atentado ao pudor e aos bons costumes. Praticar ato obsceno em lugar aberto ou exposto ao público era previsto como crime pelo Artigo 233 do Código Penal nº 2.848/1940 e poderia acarretar detenção de três meses a um ano, ou multa. Gileno Siqueira, delegado de Costumes, afirmava que não poderia proibir a prostituição e que era muito difícil combater as travestis porque os supostos clientes – e, teoricamente, vítimas de assalto – tinham vergonha de prestar queixa (DELEGACIA DE COSTUMES, 1985).

De posse dessas informações e referenciais, procuramos analisar o *Diário de Pernambuco* atentos aos casos que envolviam a violação da corpa travesti e a prostituição. Foi dessa forma que encontramos Cêra. Travesti, 23 anos, prostituta, muita querida pelas suas amigas e colegas de profissão. Cêra foi assassinada no dia 02 de outubro de 1984 por Oscar Aracaty Rocha de Lima, sócio proprietário da Preserve Segurança. O caso de Cêra desembocou numa série de assassinatos misteriosos e sem solução envolvendo outras travestis que trabalhavam na Avenida Antônio Falcão, bairro de Boa Viagem.

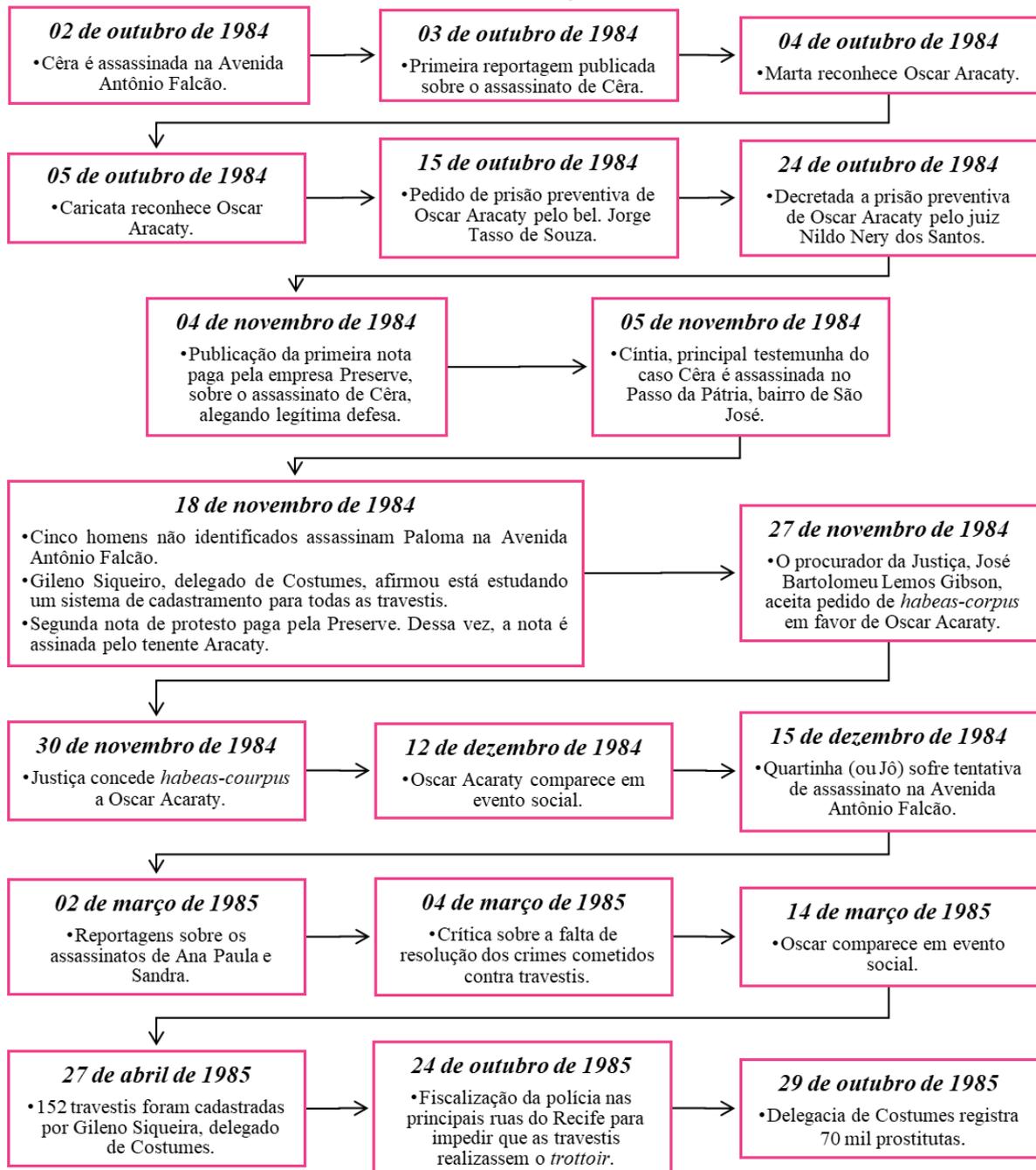
O caso envolvendo Cêra e as demais travestis assassinadas misteriosamente é repleto de impunidade. Pessoas ricas envolvidas, homens cis que se apoiavam sobre o discurso de cidadão de bem encontrava-se com as prostitutas rotineiramente, envolviam-se sexualmente com elas, mas, ao mesmo tempo, nutriam o ódio contra as corpas dissidentes ao ponto de agredi-las fisicamente, verbalmente e psicologicamente e, até mesmo, chegavam ao ponto extremo de assassiná-las sem nenhum remorso ou arrependimento. Cêra foi uma das muitas assassinadas nos anos de 1984 e 1985, uma dentre tantas que não foram recordadas e nem reparadas.

Enquanto isso, Oscar Aracaty, assassino confesso, continuava circulando livremente, comparecendo em eventos sociais, sem ser julgado, só por conta do peso de seu nome. Homem rico e poderoso que certamente não seria preso, pois tinha a justiça ao seu lado. A vítima, Cêra, em muitos momentos foi culpada pela sua própria morte. A defesa de Aracaty afirmava ter sido legítima defesa, mas baseados em que? Não havia provas, não tinha testemunhas. Apenas a arma utilizada por Aracaty e o testemunho de outras travestis que, diante do descrédito, eram silenciadas pela justiça. Acusadas de serem testemunhas idóneas, quem acreditaria

numa travesti pobre que para sobreviver precisava utilizar o seu corpo como mercadoria? Quem acreditaria na palavra das travestis?

O *Diário de Pernambuco* repercutiu bastante o acontecido ao publicar, durante quase um ano, reportagens sobre o caso e sobre o (não) andamento do processo. Para facilitar o entendimento do/a leitor/a daqui em diante, elaboramos uma linha do tempo com os principais fatos:

**Tabela 1: Linha do tempo - Caso Cêra**



**Fonte:** Elaborada pelo autor com base em *Diário de Pernambuco*, Recife, 1984-1985.

Na primeira notícia, publicada no dia 03 de outubro de 1984, o jornal já aponta Oscar Aracaty como o principal suspeito do crime, pois testemunhas oculares, outras travestis que circulavam pela Antônio Falcão e trabalhadores/as do motel Vila Real, já afirmavam que o proprietário da Preserve era o amante que estava com Cêra no momento do seu assassinato e também era frequentador assíduo do local, tendo já se relacionado com várias travestis da região.

Figura 19: Primeira reportagem sobre o assassinato de Cêra

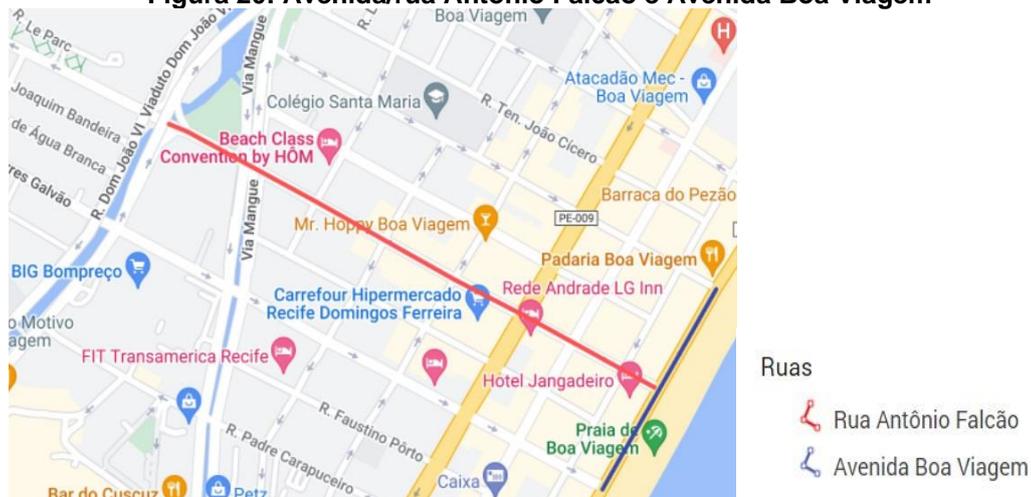


Fonte: Diário de Pernambuco, BNDigital, Recife, 03 de outubro de 1984.

A partir da reportagem podemos identificar quais são os espaços, ruas e avenidas frequentadas pelas travestis. Nessa última notícia, por exemplo, são citados motéis localizados na Av. Antônio Falcão (fig. 20)<sup>41</sup>, em Boa Viagem. A avenida citada, por exemplo, era uma das mais frequentadas pelas travestis e uma das mais visadas pelas rondas policiais.

<sup>41</sup> A Avenida Antônio Falcão, em muitas reportagens, é chamada de Rua Antônio Falcão. Atualmente, é esta última designação que aparecem nos mapas digitais. Durante o decorrer do texto, utilizaremos o termo "Avenida", pois é o mais encontrado nas reportagens. Na legenda do mapa, optamos em utilizar a legenda o termo "Rua" para coincidir com as informações da plataforma digital que estamos utilizando.

**Figura 20: Avenida/rua Antônio Falcão e Avenida Boa Viagem**



Fonte: Mapa elaborado pelo autor através do **Google Maps**.

Por meio das leituras dos mapas e das análises das reportagens, verificamos que os locais frequentados por travestis e outras corpas dissidentes poderiam variar bastante a depender da classe social e da cor da pele. Sendo assim, a forma como a polícia agia também dependia desses fatores. Era notório que as travestis pretas, pobres e prostitutas eram as que mais sofriam com a ação da polícia e com a denúncia dos moradores que residiam nas regiões mais nobres da cidade do Recife. A opressão encurralava e retirava das travestis as condições necessárias para sobreviver. Nesse campo minado, muitas vezes, precisavam recorrer ao uso da violência para se protegerem e reivindicarem o que era delas por direito.

Apontadas como desordeiras, imorais, anormais e criminosas, as travestis estavam sob vigilância constante. Como já foi mencionado anteriormente, o controle da produção dos discursos e das corpas estar circunscrito dentro das engrenagens do poder disciplinar. Para funcionar, ela utiliza técnicas que permitem “o controle minucioso das operações dos corpos, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2013, p. 133). O *Diário de Pernambuco* chegou a publicar reportagens com títulos bem reveladores como, por exemplo: “Famílias apelas à SSP” (FAMÍLIAS, 1981, p. A-19), “Comerciantes fazem apelo ao comandante da PMPE” (COMERCIANTES, 1984, p. A-27), “Deputado pede ação policial para evitar ‘passeio’ de travestis” (DEPUTADO, 1984, p. A-15), “Delegacia atua contra travestis e prostitutas” (DELEGACIA ATUA, 1985, p. A-15). Então, pode-se concluir, que estava em curso uma verdadeira caça às travestis.

Para alcançar o objetivo da pátria saudável, as travestis precisavam ser controladas, disciplinadas, submetidas a regras e leis. Para Foucault (2013), o sucesso do poder disciplinador é fundamentado em três pontos principais: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame. A vigilância hierárquica envolvia todas as camadas sociais no processo higienizador. Moradores, comerciantes, polícias e líderes políticos, todos em prol de um único objetivo: “apagar” as travestis das ruas e da sociedade. Assim, o poder disciplinar tornou-se cada vez mais indiscreto por estar presente em todos os lugares. Por outro lado, era bastante discreto, uma vez que agia também de maneira silencioso e permanente ao negar condições melhores de vida e socialização para as corpos travestis.

O segundo aspecto, a sanção normalizadora, segundo Foucault (2013, p. 173):

O castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios. Deve, portanto, ser essencialmente *corretivo*. Ao lado das punições copiadas ao modelo judiciário (multas, açoite, masmorra), os sistemas disciplinares privilegiam as punições que são da ordem do exercício – aprendizado intensificado, multiplicado, muitas vezes repetido.

Desse modo, censurar a circulação das travestis em bailes e blocos de carnaval, censurar a circulação em determinadas ruas e espaços, cadastrá-las em sistemas com o intuito de evitar roubos, persegui-las e prendê-las era uma forma de normalizar as travestis dentro das leis e das convenções sociais. O terceiro ponto é o exame. Ele combina as técnicas da vigilância hierárquica e das sanções normalizadoras, permitindo classificar e punir as travestis. O exame era a técnica utilizada pelo poder para *objetificar* os sujeitos, mediante a observação. Foucault (2013) fala sobre uma observação sutil, sem a imposição do poderio, mas, durante a ditadura (cis)hétero-civil-militar, o que observamos é um exercício de poder bastante violento.

Nesse contexto, e como já foi explicado em capítulos anteriores, a Norma era o principal parâmetro de julgamento do poder disciplinador. Para Foucault, a norma vai além de um conceito relacionado a legislação vigente no país. Ele a caracteriza como padrões de comportamentos que são denominados de “normais” ou “anormais”. A norma estabelece o “normal” como parâmetro para classificar tudo aquilo que é considerado pelo poder disciplinador como “anormal” (TAYLOR, 2018). E ser normal na ditadura (cis)hétero-civil-militar era personificado pelo homem cis heterossexual.

Para a polícia, a justiça, o Estado e a população em geral, as travestis eram vistas como sujeitas anormais, com comportamentos inadequados, e que não poderiam fazer parte do projeto pátria sadia. Pode-se afirmar, ao analisar a sequência de eventos envolvendo as travestis entre 1984 e 1985, que a aversão às corpos dissidentes e o processo de abjeção resultava na falta de consideração pelas vidas das travestis e na não resolução dos vários casos de assassinatos que assombraram – e ainda assombram – as travestis.

Mesmo com Caricata, Marta e Cíntia, testemunhas arroladas pela polícia e mencionadas em várias reportagens do *Diário de Pernambuco*, apontando Aracaty como culpado, o autor do crime não foi preso imediatamente. Caricata, Marta e Cíntia estavam trabalhando na Av. Antônio Falcão, juntamente com Cêra, quando Aracaty parou com seu carro. Segundo Caricata, a qual Aracaty já havia sido cliente, o empresário não gostava de repetir as meninas com as quais ele saía, por isso ele escolheu Cêra, que só estava há 3 meses trabalhando na Antônio Falcão.

Figura 21: Oscar Aracaty<sup>42</sup>



Fonte: Diário de Pernambuco, BNDigital, Recife, 05 de outubro de 1984.

<sup>42</sup> O nome de Oscar Aracaty é escrito com “y”. Entretanto, ao redigirem o texto dessa reportagem, utilizaram a letra “i” em seu título. Nesse caso, o que aconteceu foi um erro de digitação da pessoa responsável pela escrita do texto.

Oscar Aracaty e Cêra seguiram em direção ao Motel Vila Real<sup>43</sup>, na mesma avenida anteriormente mencionada, onde permaneceu lá dentro cerca de 30 minutos com Cêra. Saindo em alta velocidade do motel, seguiram em direção ao bairro da Imbiribeira. Aracaty conduziu o carro até a linha férrea da Av. Antônio Falcão, parou o veículo e, logo em seguida, retornou até a frente do Motel Casarão. Na frente do Casarão estavam Carita, Marta e Cíntia esperando seus clientes, principais testemunhas do caso. Nesse momento, Cêra chegou a colocar os pés para fora do automóvel, em sinal que iria desembarcar. Então, foi nesse momento, que Aracaty acelerou bruscamente o veículo com Cêra ainda dentro. Percebendo a ação violenta do empresário, Marta entrou num táxi e seguiu o carro de Oscar até as imediações do viaduto no bairro Prazeres, Jaboatão dos Guararapes<sup>44</sup>

Mas, as riquezas de detalhes fornecidas pelas testemunhas não foram suficientes para prender Oscar Aracaty. Comparando o conteúdo da primeira reportagem publicada pelo jornal com a reportagem publicada no dia 08 de novembro de 1984 (TESTEMUNHAS-CHAVE, 1984), observamos uma mudança de posicionamento do *Diário de Pernambuco*, ou de pelo menos do/a autor/a<sup>45</sup> do texto. A partir dessa notícia, tanto as declarações policiais como o jornal mudam o foco de algumas declarações e reportagens. Desse modo, começam a considerar as justificativas de Oscar Aracaty como sendo verdadeiras. Isso para não falar sobre a total negação do jornal e da polícia sobre o envolvimento de Aracaty nos outros assassinatos, que serão discutidos nos próximos parágrafos. É preciso ter em mente que o advogado de Oscar, Bóris Trindade, alegava que o acusado havia assassinado Cêra em legítima defesa ao reagir a um assalto.

O *Diário de Pernambuco*, a polícia e a Justiça pareciam não se interessar pela resolução e nem pela prisão de Oscar. Pelo contrário, estavam transformando as vítimas em culpadas. Perseguidas e ameaçadas pela polícia e por transeuntes por, supostamente, estarem realizando assaltos em avenidas e ruas importantes da cidade do Recife, as travestis eram marginalizadas, principalmente as travestis.

---

<sup>43</sup> Não foi possível encontrar as localizações exatas dos motéis, que serão a partir de agora mencionados, por não existirem mais nas ruas mencionadas pelas reportagens.

<sup>44</sup> Há desencontro de informações nas reportagens sobre o local exato onde Aracaty havia jogado o corpo baleado de Cêra. Em algumas notícias fala sobre o viaduto de Prazeres, já em outros cita as imediações do Motel Colibri localizado em Pontezinha. Precisariamos de fontes complementares para indicar o local. Questão que resolveremos em trabalhos futuros.

<sup>45</sup> As autorias das reportagens localizadas na seção Polícia não foram identificadas.

Sendo que, o que as travestis relatavam era uma situação bem diferente. Vejamos o relato de Ruty, travesti e prostituta residente do bairro da Boa Vista:

[...] homens procuram nos usar de todas as maneiras, e, quando a importância a ser paga é mais cara, passam a nos agredir, para depois afirmarem que foram vítimas de assaltos isso, quando o caso se torna público. [...] já dei muito tapa nesses caras quando não querem reconhecer o meu sacrifício, e se negam a pagar mais caro (RUTY, 1984, p. A- 17).

O relato de Ruty nos faz questionar o que realmente aconteceu entre Cêra e Aracaty. Duvidamos completamente da argumentação do advogado de Aracaty. Pelas circunstâncias, Aracaty pode muito bem ter se negado a pagar o valor cobrado por Cêra, tendo aí iniciado a discussão entre os dois que resultou no assassinato de Cêra. Fincados na ideia das travestis como criminosas em potencial, os investigadores responsáveis pelo crime iniciaram uma investigação sobre a vida pregressa de Cêra. Assim, é possível afirmar que a polícia estava procurando justificativas que culpassem Cêra pelo seu próprio assassinato, solidificando, cada vez mais, a justificativa de Aracaty.

Não bastando todas as reviravoltas apresentadas até agora, a história se torna ainda mais sombria quando, mesmo após a decretação da prisão preventiva de Oscar Aracaty, pelo juiz Nildo Nery dos Santos, o acusado não foi preso. A denúncia oferecida pelo promotor Nelson Souto de Araújo enquadrava o empresário no Artigo 121 do Código Penal nº 2.848/1940, no parágrafo 2, inciso I e IV (JUSTIÇA, 1984), que diz respeito ao homicídio qualificado:

Homicídio simples

Art. 121. Matar alguém:

Pena – reclusão, de seis a vinte anos.

Homicídio qualificado

[...] § 2º Se o homicídio é cometido:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

[...] IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne a defesa do ofendido;

Pena - reclusão, de doze a trinta anos (BRASIL, 1940).

A empresa Preserve Segurança, por sua vez, para defender a imagem dos seus associados e se justificarem perante os seus clientes, resolve pagar a publicação de uma nota extensa defendendo a legítima defesa de Aracaty. Porém, observando o seu conteúdo, é uma nota de esclarecimento bastante problemática. Primeiro, eles iniciam a nota afirmando que Oscar Aracaty sofreu um assalto e “foi

obrigado a se defender, ferindo o assaltante [...] ‘CERA’, o qual faleceu em consequência desses ferimentos” (PRESERVE, 1984, p. A-23).

Outro ponto é a justificativa para o sumiço de empresário, que se encontrava foragido. Segundo a Preserve, Oscar Aracaty havia escondido a verdade das autoridades policiais porque estava juntando provas, uma vez que, a polícia limitava-se “a aceitar a versão absurda trazida pelas ‘testemunhas’” (PRESERVE, 1984, p. A-23). Nota-se o termo “testemunhas” entre aspas no trecho selecionado, isso não foi por acaso. Os advogados buscavam acusar Marta, Cíntia, Caricata, principais testemunhas do assassinato, de marginais e assaltantes e que, desse modo, seriam consideradas como testemunhas idóneas e inaptas. Ainda acusam Marta de ser a chefe da quadrilha. É importante lembrarmos que Marta foi a testemunha que perseguiu o carro de Aracaty, após identificar atitudes suspeitas do acusado, e encontrou Cêra baleada na rua. Para completar chamam Cêra de pseudovítima e integrante da quadrilha.

Ainda segundo a Preserve:

[...] sendo certo que a autoridade policial, estranhamente, cancelou o seu interrogatório designado para o dia 16.10.84, e remeteu o inquérito à Justiça, solicitando a prisão preventiva de OSCAR ARACATY que, decretada, impossibilitou, momentaneamente, que OSCAR ARACATY prestasse seu depoimento, o que fará, agora, com a suspensão do mandado de prisão (PRESERVE, 1984, p. A-23).

Destacamos ainda mais dois trechos:

[as travestis] atacavam impunemente **cidadãos honrados**, usando o mesmo expediente que tem trazido sucesso: entram no carro à força, ou à carona, como se fossem mulheres e coagem, com revólver em punho, o motorista a levá-los a lugares desertos, com os demais integrantes da quadrilha acompanhando-os, em táxi (cujo motorista integra a ‘gang’), a fim de que fazerem a depenação dos bens pessoais e do veículo (PRESERVE, 1984, p. A-23, grifo nosso).

A vítima, procurando a polícia, tem sua **moral** abalada, com a declaração do assaltante que se encontrava transando com o queixoso, com o testemunho das “Colegas” e até de determinados estabelecimentos adequados a este fim, com o conseqüente escândalo pelos meios de comunicação (PRESERVE, 1984, p. A-23, grifo nosso).

A partir dos trechos selecionados, podemos apontar três contradições. Primeiro, no dia 17 de outubro, dia seguinte ao mencionado pela Preserve, mesmo o delegado Jorge Tasso de Souza já tendo encaminhado o inquérito à Justiça desde o dia 15 de outubro, ele afirmou que esteve esperando por Oscar Aracaty durante todo o dia 16 de outubro, mas ele não havia comparecido ao depoimento. O bel. Souza, inclusive, acrescenta que o empresário poderia comparecer a qualquer momento na

delegacia que o seu depoimento seria encaminhado para Justiça (ARACATY NÃO, 1984). Ou seja, o depoimento não foi cancelado como afirmavam em nota, Oscar que não compareceu. A decisão de enviar o inquérito para a Corregedoria antes do depoimento do empresário foi tomada após o delegado ter ciência das diversas ameaças de morte que as principais testemunhas estavam sofrendo por parte do criminoso.

Segundo, só havia uma arma no momento do crime e ela estava em posse de Oscar Aracaty, a qual utilizou para efetuar os disparos. Não houve uma abordagem criminosa de Cêra, ou seja, ela entrou no carro a convite de Oscar. E é nesse ponto que se encontra a terceira contradição: Aracaty há muito tempo frequentava a Av. Antônio Falcão a fim de encontrar parceiras amorosas. Ele não estava apenas de passagem pelo local como afirmava a Preserve. Oscar parou o seu carro e escolheu Cêra para passar a noite no Motel Vila Real, é o que afirmavam os/as próprios/as funcionários/as ouvidos/as pela polícia. Ao contrário do que é afirmado em nota, Marta, Cíntia, Caricata e Cêra não faziam parte de uma quadrilha, elas estavam trabalhando. Tentavam buscar um modo para sobreviver na desigual cidade do Recife, onde, as travestis que estavam na prostituição, eram consideradas como a escória da sociedade.

Não estando satisfeitos, a Preserve ainda investigou a vida pregressa das testemunhas e apontou supostos crimes em que Marta estaria envolvida, reforçando o discurso de testemunha inapta e chefe de quadrilha. O argumento novamente cai por terra quando, no dia 06 de novembro de 1984, a polícia negou que as testemunhas acusadas pela Preserve, em nota oficial, haviam sido indiciadas por crimes de assalto (ARACATY É SUSPEITO, 1984). Então, pode-se afirmar que a escrita da nota oficial foi, evidentemente, uma tentativa de manchar a imagem de Cêra e das testemunhas arroladas perante os clientes da Preserve e demais leitores do jornal. Nem após a sua morte Cêra foi respeitada.

Além disso, a situação se agravou quando Cíntia, 24 anos, também travesti e uma das principais testemunhas como já foi mencionada, foi assassinada com quatro perfurações de bala na Rua Passo da Pátria, bairro de São José, bem próximo a sua residência. Nesse momento, a polícia levantou a hipótese de queima de arquivo, pois as testemunhas já vinham sofrendo com ameaças e, segundo relatos, seguranças da Preserve circulavam diariamente na Av. Antônio Falcão

efetuando disparos para dispersar as travestis que ali trabalhavam, como Cíntia (TRAVESTI, 1984). Ficam então as perguntas: onde estava Aracaty? Por que não houve o interesse real de proteger as verdadeiras vítimas dessa história? Por que Oscar Aracaty não estava preso, uma vez que sua prisão preventiva já havia sido decretada? Talvez nunca iremos conseguir responder essas perguntas, o que nos deixa mais ainda com a sensação de impunidade e desvalorização da vida das travestis.

Não bastando, no dia 18 de novembro de 1984, nos deparamos com o assassinato de mais uma travesti vítima de uma caçada que parecia não ter fim. O assassinato de Paloma (fig. 22) era o terceiro em menos de 60 dias na Av. Antônio Falcão. Cinco homens, não identificados, teriam passado várias vezes pelo mesmo local, mas, por acreditarem serem clientes, as meninas não haviam anotado a placa e nem a marca/modelo do veículo. Segundo a polícia, a maior dificuldade era a falta de testemunhas. As travestis tinham medo de se tornarem as próximas vítimas e os seus clientes tinham medo de envolverem seus nomes em possíveis escândalos (ASSASSINADO, 1984).

As travestis entrevistadas pelo *Diário de Pernambuco*, a exemplo de Ruty, afirmavam que as travestis recifenses estavam apavoradas com os recentes assassinatos na região e que ao serem identificadas nas ruas, os que ali estavam ironizavam ao dizerem que Aracaty iria matar todas (RUTY, 1984). Uma verdadeira perseguição civil e policial estava instaurada na capital. Isso porque, além dos recifenses insinuarem que as todas as travestis seriam mortas por Oscar Aracaty, todas as vezes que ocorria algum crime contra travestis na Antônio Falcão, o delegado João Acioly ordenava rondas policiais na região para expulsar as travestis (ASSASSINADO, 1984). Ora, o bel., mesmo ciente dos assassinatos das travestis, por possível queima de arquivo, ainda as tratavam como criminosas ao invés de investigar e prender os verdadeiros responsáveis pelos crimes.

Figura 22: Paloma



Fonte: Diário de Pernambuco, BNDigital, Recife, 25 de dezembro de 1984.

Ainda sobre os assassinatos de Cêra, Cíntia e Paloma, selecionamos a reportagem acima para explicarmos as ligações entre os três casos. Primeiro, é preciso salientar que os casos de Cíntia e Paloma estavam parados na Delegacia de Homicídios sem que a polícia tivesse identificado os criminosos. Jorge Tasso, delegado, continuavam afirmando que os investigadores não tinham subsídios suficientes para concluir os inquéritos e encaminhar para a Justiça (INQUÉRITOS, 1984). É interessante a justificativa dada pela polícia. Não se tinham provas de quem havia assassinado as duas, mas sabiam que Cíntia era a principal testemunha do assassinato de Cêra e que Paloma era testemunha do assassinato de Cíntia. Não seria isso uma queima de arquivo? Quem tinha interesse em atrapalhar as investigações e tornar os casos sem solução?

Para piorar o clima de horror, 10 dias antes da publicação da reportagem acima, a principal testemunha do assassinato de Paloma, Jô, conhecida também como Quartinha, sofrera uma tentativa de assassinato na Av. Antônio Falcão. Jô havia sofrido várias perfurações de facas. O *Diário de Pernambuco* afirmava haver uma ligação direta entre todos os casos, que faziam parte de uma sequência de crime contra travestis desde o caso de Aracaty. Várias testemunhas afirmavam que o mesmo carro utilizado para assassinar Paloma, havia sido utilizado na tentativa de assassinato de Quartinha (OUTRO, 1984).

Figura 23: Jô ou Quartinha



Fonte: Diário de Pernambuco, BNDigital, Recife, 20 de novembro de 1984.

O que nos deixa ainda mais intrigados é que depois de Quartinha/Jô receber alta, ela dirigiu-se até a sua residência, avisou aos seus amigos e familiares que passaria uns dias fora, mas desaparece misteriosamente, sem deixar rastros ou notícias. Os familiares e amigos de Quartinha estavam aflitos, temendo que o desaparecimento, na verdade, fosse um sequestro ou assassinato para que ela não falasse mais nada sobre a morte de Paloma (DESAPARECIMENTO, 1984). Se, sucessivamente, travestis, consideradas como testemunhas principais de casos que aconteceram anteriormente, estavam sendo assassinadas, como não havia relação entre os casos? Essa pergunta pode até parecer absurda, mas essa era a linha de investigação seguida pelos policiais responsáveis pelo andamento dos inquéritos.

Não bastando os últimos acontecimentos citados, Oscar Aracaty continuava solto e, ainda por cima, sendo convidado a participar de vários eventos promovidos pela classe alta pernambucana, ou seja, seguia sua vida normalmente enquanto estava em marcha o extermínio das travestis recifenses. Aracaty, criminoso confesso, teve o seu pedido de *habeas-corpus* concedido pelo procurador José Bartolomeu Lemos Gibson. Vale salientar que o *habeas-corpus* se referia a prisão preventiva decretada pelo juiz Nildo Ney dos Santos no dia 24 de outubro de 1984, mas que ele nunca havia sido efetivamente preso. O procurador alegava ser Oscar Aracaty réu primário, com bons antecedentes e empresário estabelecido na cidade.

Não por acaso, o promotor tentou invalidar o argumento do juiz, que alegava ser Aracaty um homem rico e influente com poderio suficiente para subornar e/ou coagir testemunhas. Cíntia, Caricata e Marta, por exemplo, em seus depoimentos afirmavam ser vítimas de ameaças. O promotor também afirmava que o inquérito poderia não está retratando a realidade, uma vez que apenas testemunhas de acusação foram ouvidas pela polícia (PROCURADOR, 1984). Sendo que, em várias ocasiões, Aracaty foi intimado a depor, mas não compareceu a Delegacia de Homicídios por escolha. Analisando essa decisão, fica claro os perfis dos beneficiados pela Justiça e como era construído um discurso que inocentava esses criminosos, não muito diferente dos corriqueiros casos que ainda assolam o nosso país.

Quem pensa que a perseguição às travestis findou em 1984, engana-se. Mortes misteriosas e sem solução continuaram acontecendo no Recife e com toda certeza seguiram nos anos seguintes. O recorte temporal estabelecido no início deste trabalho só nos permitiu seguir esse rastro até o ano de 1985. Foi onde encontramos, em reportagem publicada no dia 02 de março de 1985, os assassinatos de Ana Paula e Sandra. Ana Paula fora assassinada com seis tiros na Rua da Imperatriz, bairro da Boa Vista, de um indivíduo que não foi localizado pelas autoridades. Sandra, baleada na mesma noite, estava internada no Hospital da Restauração de Recife.

Segundo as testemunhas arroladas, Ana Paula não tinha problemas com ninguém e nem vinha sofrendo ameaças, o que torna o caso ainda mais perturbador. Por qual motivo ela havia sido assassinada? Apenas por ser travesti? Muitas travestis afirmavam que havia a interferência de Oscar Aracaty nos assassinatos, principalmente após o relaxamento da sua prisão por meio do *habeas-corpus* concedido pela Justiça. Outras mencionavam que Aracaty não agia diretamente, mas dava as ordens para os assassinatos acontecerem (TRAVESTI, 1985).

É possível identificar nesse e em tantos outros casos um padrão. A polícia, no primeiro momento, admitia, à imprensa, haver uma relação entre os assassinatos e as tentativas de assassinatos (ATENTADO, 1985) para, em reportagens seguintes, afirmarem que não havia ligação alguma. Quando levantavam a hipótese sobre a existência de um grupo de extermínio, a polícia logo desconversava. Procuravam

mudar o foco, assegurando que as travestis se uniam em gangues para assaltar transeuntes, é o que diziam os delegados responsáveis pelas investigações.

Chamamos novamente a atenção para os títulos tendenciosos das reportagens publicadas pelo *Diário de Pernambuco*. Como, por exemplo, o texto publicado no dia 05 de março de 1985 sob o título “Travestis unem-se a gang para assaltar, diz delegado” (TRAVESTIS, 1985). O autor, não identificado na reportagem, mesmo escrevendo um texto sobre os casos sem solução, tenta insinuar que as travestis são culpadas pelas suas próprias mortes. Desse modo é importante frisarmos que em nenhuma das reportagens analisadas fica provado que as travestis cometeram crimes antes de serem assassinadas. São somente suposições infundadas da polícia e dos órgãos de Justiça.

Ainda acrescentamos que em todas as reportagens encontradas e analisadas sobre a série de assassinatos que ocorreram entre 1984 e 1985, é bem notório o grande sentimento de revolta que tomava conta das travestis que circulavam na cidade do Recife. O medo era constante. Elas estavam sendo assassinadas e a polícia nada fazia para solucionar os crimes e prender os acusados. Não podemos afirmar com toda a certeza que foi Oscar Aracaty que assassinou ou encomendou as mortes das travestis aqui mencionadas, mas fica claro que a impunidade presente no “caso Cêra” abriu as portas para que novos casos acontecessem sem a garantia de haver justiça. Com a certeza de que nada seria feito pela polícia e pela Justiça, os assassinos se sentiram livres para cometerem toda uma sorte de crimes contra as travestis, que nem poderiam se defender, pois, ao sinal da menor reação eram tratadas como criminosas, restando para elas apenas o encarceramento.

Outro ponto a ser mencionado é a relação familiar que Oscar Aracaty tinha com militares. Oscar era filho do “Tenente Aracaty”, segundo a assinatura presente na nota de protesto paga pela Preserve e publicada pelo *Diário de Pernambuco* (PROTESTO, 1984). Com as fontes documentais analisados não conseguimos obter mais respostas sobre esse parentesco com a pessoa que assinou a nota, mas no documento Tenente Aracaty reitera informações que estavam presentes na primeira nota e ainda acusa a mídia de querer prejudicar a empresa Preserve e a família Aracaty. Além disso, ressaltam que havia uma “quadrilha” chefiada por Marta, responsável por montar uma versão que foi aceita tanto pela mídia como polícia, na qual estaria acusando “injustamente” Oscar Aracaty.

Figura 24: Segunda nota de protesto da Preserve Segurança

- E) A impressão generalizada é a de que há um **PROPOSITO DELIBERADO** para prejudicar empresas que gozam do maior conceito na região - **AS PRESERVES** - e um nome de família aceito na sociedade, Comércio, Indústria e Rede Bancária, como padrão de honestidade e capacidade profissional - **ARACATY**.
- F) A Família Aracaty não é composta de pistoleiros. É constituída de homens de bem à toda prova, porém, com coragem para reagir a qualquer espécie de assalto, físico ou moral. O físico na hora e o moral, através da Justiça. Já acionamos nossos advogados.
- G) Tivesse morrido meu filho, durante o assalto, teríamos além da primeira notícia somente os convites para a missa, mesmo assim como matéria paga.
- H) Pesquisamos os últimos 3 anos e nenhum crime, ficou em manchete 18 dias consecutivos, e foi motivo de referências contínuas diariamente no horário de 7 as 12 horas, por 47 dias;
- I) **PERGUNTO À SOCIEDADE PERNAMBUCANA:** qual a mola propulsora de tanta maldade?
- J) Estarão os prejudicados pelos travestis aproveitando a "onda" contra **OSCAR ARACATY** para se vingar, contando com a impunidade?
- K) Estarão os interessados na desmoralização do nome "**ARACATY** e das empresas "**PRE-SERVE**", e na prisão de **OSCAR**, "executando" os travestis, na vã tentativa de prejudicar o julgamento do "Habeas corpus" impetrado em favor de **OSCAR**?
- L) **Repetimos, confiamos na Justiça!**
- M) Finalmente, **PROTESTO** por todos os meios ao nosso alcance, inclusive judicialmente, contra as acusações sem prova, contra insinuações, contra o pré-julgamento, contra o envolvimento da razão social das empresas que dirijo e contra a tentativa de desmoralização de nosso nome de família.

Recife, 18 de novembro de 1984

Tenente **ARACATY**

Fonte: Diário de Pernambuco, BNDigital, Recife, 18 de novembro de 1984.

Diante disso, não é de se espantar que a condenação do empresário Oscar Aracaty só tenha ocorrido no ano de 2011. Vinte e sete anos depois do assassinato de Cêra e após inúmeros recursos judiciais, Aracaty foi condenado a 10 anos de **liberdade**<sup>46</sup>. Poderíamos até afirmar que "a Justiça tarda, mas não falha"; porém, diante do ocorrido, podemos afirmar que ela tarda e falha muito. Mesmo não restando dúvidas da culpabilidade do réu para o Ministério Público de Pernambuco, ainda assim não houve uma punição à altura do crime cometido por Aracaty, já que ele nunca foi preso e continuou não sendo preso. Mesmo com inúmeras travestis, testemunhas arroladas no caso, sendo assassinadas e desaparecendo misteriosamente, a Justiça por Cêra e suas amigas e companheiras de trabalho não foi feita.

<sup>46</sup> Mais informações disponíveis em: <https://mp-pe.jusbrasil.com.br/noticias/2768847/acusado-de-matar-homossexual-e-condenado-a-10-anos-de-prisao>. Acesso em: 29 maio 2022.

### 3.2 O controle sobre a vida

Tudo o que mencionamos até aqui, nos faz refletir sobre o poder que se apropria da vida. O biopoder, assim denominado por Michel Foucault (2018), foi essencial para o desenvolvimento do capitalismo por garantir o controle das corpos dentro do aparelho de produção. O que mais nos interessa nesse novo processo é, justamente, esse alcance que o biopoder tem. Sobre isso, Chloë Taylor, feminista e pesquisadora, afirma que, essa capacidade de alcançar as corpos, torna-se possível porque o biopoder domina a vida e os fenômenos populacionais “através de normas em vez de leis, porque é internalizado por sujeitos em vez de exercido de cima mediante atos ou ameaças de violência, e porque está disperso por toda a sociedade em vez de localizado em um único indivíduo ou organismo do governo” (TAYLOR, 2018, p. 61).

Michel Foucault, em *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*, traz elementos importantes para entendermos um pouco mais sobre o surgimento desse novo regime político, que passou a exercer seu poderio também a nível populacional e não mais apenas o individual. Para ele, a partir do século XVII, o biopoder se desenvolve em dois polos principais:

[...] o primeiro a ser formado [...] centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as *disciplinas: anátomo-política do corpo humano*. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: uma biopolítica da população* (FOUCAULT, 2018, p. 150).

Mesmo estando em polos opostos, eles são complementares por fazerem parte de um mesmo entrelaçamento no qual gira em torno toda a organização do poder sobre a vida. As técnicas utilizadas pelos poderes disciplinares e pelos poderes reguladores podem até agir em esferas diferentes, a nível populacional e a nível individual respectivamente, mas ambos utilizam o mesmo objetivo de controle por meio do saber/poder e ambos utilizam instituições para valer o seu controle sobre todos os níveis do corpo social. O poder regulador utiliza os mecanismos do

Estado, enquanto o poder disciplinar se ramifica por meio de diversas instituições como, por exemplo, a família, o Exército, a escola, a polícia, a medicina, o judiciário etc. para operar tanto nos níveis econômicos como nos fatores de segregação, hierarquia social e na garantia das relações de dominação e efeitos de hegemonia.

Desse modo, um poder que incide sobre a vida terá que sempre recorrer a mecanismos reguladores e corretivos. Ainda para Foucault (2018, p. 156), “uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida”. Nesse contexto, foi com a chegada do capitalismo, que o “sexo, o “gênero, a “sexualidade”, a “identidade” e o prazer passam a ser objetos da gestão política da vida. Assim, o controle das corpos passa a ser de responsabilidade da medicina, da psicologia e do judiciário. Os discursos construídos por essas áreas do saber estabelecerão toda uma gama de verdades sobre o que são comportamentos normais e anormais.

Os objetos da gestão política da vida surgem como ponto de encontro entre os polos que desenvolveram a tecnologia política da vida. A disciplina do corpo e a regulação das populações tem tudo a ver com as políticas sexuais e de gênero desenvolvidas pelo Estado durante a ditadura (cis)hétero-civil-militar. Ter conhecimento sobre o uso que a população fazia do sexo tornou-se uma questão pública, pois era importante que as instituições exercessem, por meio do saber/poder, o controle sobre a vida da corpa e a vida da espécie.

Conforme diz Foucault:

Através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo [-gênero]. Surge a análise das condutas sexuais [e de performance de gênero], de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico (FOUCAULT, 2018, p. 29).

A partir das análises das matérias jornalísticas é possível perceber que as sujeitas que se envolviam em atos sexuais não reprodutivos, ou que performavam a feminilidade, principalmente as travestis, eram acusadas de perversão e marginalizadas ao ponto de recaírem no ostracismo social. Analisar o jornal sobre a óptica da biopoder e da normatização das corpos nos deu a oportunidade de compreender os desdobramentos das relações de poder entre as autoridades militares e as travestis, que tinham a sua sexualidade e o seu gênero regulado. À corpa é dada uma atenção especial, porque é através dela que o poder manipula e

modela ao mesmo tempo em que torna a corpa dócil e útil para o Estado e demais instituições que nele operam.

Apesar da morte ser considerada como um infortúnio e motivo de escândalo para o biopoder, novas formas de controle foram sendo formuladas para substituí-la. Dentre as quais, a principal é a prisão, utilizada, comumente, para punir os/as inimigos/as da pátria durante o período da ditadura (cis)hétero-civil-militar. Na década de 1970 e 1980, a regulação incidia sobre em quais festas, eventos, casas noturnas, ruas e avenidas as travestis poderiam circular e, ainda, sobre quais profissões poderiam exercer, quais redes de proteção poderiam ter e quais espaços de sociabilidade poderiam manter com outras corpas dissidentes.

Não era rara a publicação de reportagens com denúncias de leitores, da polícia, dos órgãos de Justiça e do próprio jornal sobre a presença de travestis em determinados pontos da cidade do Recife, principalmente quando se dizia respeito a prostituição. Marcília Gama da Silva nos diz que o aparato informacional agia “invadindo o mundo privado de pessoas, famílias, grupos e empresas, alterando cotidianos, desestabilizando vidas” (SILVA, M. G., 2011, p. 292). Desse modo, qualquer pessoa poderia contribuir com a unidade dos serviços de censura e informação, resultando na implantação do exercício do medo, no pânico moral e na desconfiança sobre tudo e todos/as.

Em 10 de novembro de 1977, por exemplo, o delegado Mauro Fonseca, da Delegacia de Costumes, recebeu diversas queixas sobre a presença das travestis e prostitutas no Pátio de São Pedro, que supostamente prejudicavam o turismo e a realização de casamentos na matriz localizada no mesmo Pátio. Vejamos o que diz o *Diário de Pernambuco*:

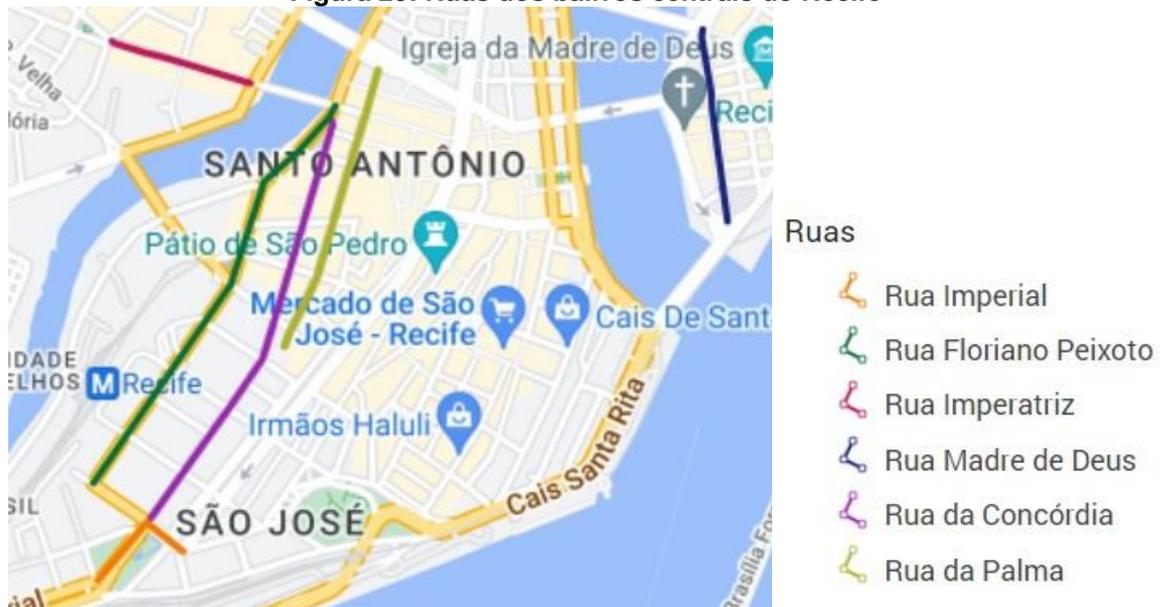
Para moralizar o ambiente, a polícia pretende, caso os homossexuais e as prostitutas não atendam ao apelo, autuá-los em flagrante. Independente desse trabalho no Pátio de São Pedro, viaturas daquela Delegacia continuarão fazendo rondas em pontos estratégicos da cidade para evitar a presença dessas pessoas no meio da sociedade (TRAVESTIS, 1977, p. A-15).

Gostaríamos de chamar a atenção para a última frase da reportagem mencionada acima. A intenção das denúncias, da polícia e do jornal era manter as travestis afastadas não somente dessa importante região do Recife, mas do meio social. Excluir totalmente, era essa a proposta. Autuar em flagrante para não adoecer a nossa população e as instituições estatais. Segregar as corpas

dissidentes da população de classe média e alta e moralizar o ambiente, nesses casos, era a principal função da polícia.

É notório que o *trottoir*, com o passar dos anos, se tornou um grande incômodo para a população de classe média e alta que residia, principalmente, nos bairros do centro do Recife e em Boa Viagem. Ruas como a Madre de Deus, Imperial, Floriano Peixoto, a Imperatriz, Concórdia e Palma (fig. 25); as Avenidas Antônio Falcão, Boa Viagem (fig. 20) e Avenida Recife (fig. 26); e, ainda, o Pátio de São Pedro, a Praça Joaquim Nabuco e as imediações da Estação Central do Recife e da Casa da Cultura (fig. 27) eram os locais mais frequentados pelas travestis e onde havia uma maior perseguição policial, assassinatos, autuações e uma certa ojeriza por dos transeuntes e moradores.

**Figura 25: Ruas dos bairros centrais do Recife**



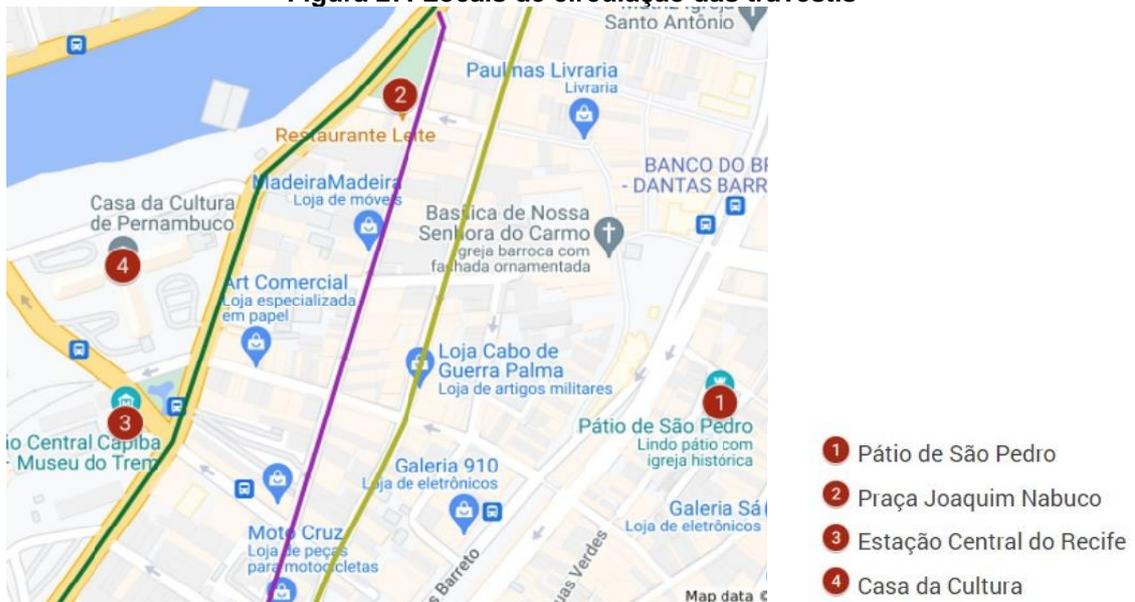
Fonte: Mapa elaborado pelo autor através do *Google Maps*.

**Figura 26: Avenida Recife**



Fonte: Mapa elaborado pelo autor através do *Google Maps*.

**Figura 27: Locais de circulação das travestis**



Fonte: Mapa elaborado pelo autor através do *Google Maps*.

A decisão de manter a vida de uns e de outras não é uma decisão completamente controlada pelo biopoder. Assim, Chloë Taylor define o controle exercido pelo biopoder sobre a morte como a escolha de “parar de administrar a vida de um indivíduo deixando-o morrer, ou não promover certas vidas, para começar” (TAYLOR, 2018, p. 69). Pode-se afirmar que a escolha da morte para as travestis era – e segue sendo – um projeto político envolto pelas técnicas do biopoder. Todas as ações são justificadas em prol da segurança da população, da pureza racial do povo e da pátria livre das perversões e dos anormais. Sendo assim, é aceitável para

o biopoder que determinados segmentos da população sejam aniquilados como uma forma de justificar a administração e proteção de um povo.

Desse modo, apontar a travestilidade como a raiz de todos os males sociais era uma ótima estratégia da cisgeneridade para continuar marginalizando as corpos trans. Mas, vale ressaltar novamente, que as travestis lidas como criminosas e tratadas como tal, não haviam se submetido à processos higienizadores enaltecidos, muitas vezes, pelos colonistas do *Diário de Pernambuco* e pelas autoridades locais. Nos parece que, tudo bem ser travesti, desde que você não esteja em situação de vulnerabilidade e nem que trabalhe com a prostituição ou com outros trabalhos informais. Para essas corpos restava apenas a exclusão social nos níveis mais profundos, podendo resultar até em suas mortes com aconteceu com Cêra, Cíntia, Paloma, Ana Paula, Sandra e tantas outras.

### **3.2 A justiça transicional e o combate à impunidade**

Diante de toda impunidade relatada neste trabalho, acreditamos que a aplicação correta da Justiça de Transição no Brasil é o melhor meio para se alcançar a paz, a verdade, o direito à memória, a reparação das vítimas e a reforma institucional pós ditadura (cis)hétero-civil-militar no Brasil. A promoção da Justiça de Transição possibilita que as leis sejam aplicadas, sem blindagem política, e que os responsáveis pelas torturas, assassinatos, ameaças e perseguições possam ser julgados e condenados para que essas violações e conflitos do passado sejam enfrentados e para que eles nunca mais se repitam.

Renan Quinalha define a Justiça de Transição como sendo a

[...] justiça adaptada a sociedades que estão atravessando ou que recém-atravessaram situações extremas de violência ou conflito, cuja gravidade foi capaz de prejudicar a estabilidade política e a coesão social que fundavam a vida em comum (QUINALHA, 2012, p. 83).

Para o autor, as providências judiciais e sociais orientam-se por dois objetivos principais: promover os direitos humanos violados e fortalecer as instituições. O primeiro objetivo, quando aplicado, visa reparar financeiramente e simbolicamente a sociedade, vítimas e seus familiares. Já a segunda é voltada para uma perspectiva

de futuro, na qual as instituições e práticas democráticas são fortalecidas para que as violências e violações dos direitos humanos não se repitam (QUINALHA, 2012).

A promulgação da Constituição de 1988 concedeu anistia aos/as cidadãos e cidadãs que foram atingidos/as pelo regime de exceção por posicionamentos políticos contrários aos governos ditatoriais, todavia esse importante não foi capaz de promover uma ação efetiva da Justiça de Transição no Brasil. Nesse momento, a Constituição não foi capaz de incluir medidas efetivas para desenvolver a Justiça de Transição, apenas instituiu medidas paliativas e abrangentes como consequência da pressão de sobreviventes da repressão e de familiares de mortos e desaparecidos. São elas:

- a) a edição da **Lei nº 9.140/1995**, com a qual se reconheceram os mortos e desaparecidos políticos pela repressão, se garantiu às famílias o direito à reparação e à busca e identificação dos restos mortais e se instituiu a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP);
- b) a promulgação da **Lei nº 10.559/2002**, a qual regulamentou o art. 8º da Disposições Transitórias da Constituição, criou a Comissão de Anistia e promoveu um amplo sistema de reparações materiais;
- c) a instituição de uma Comissão Nacional da Verdade (CNV), com a **Lei nº 12.528/2011**; e
- d) a reforma do marco normativo sobre transparência e sigilo de arquivos, com a **Lei nº 12.527, de 2011** (MINISTÉRIO, [201-?], grifos nossos).

Diante da falta de ações concretas, em 1999, o Ministério Público Federal (MPF) tomou a iniciativa com o enfoque na reparação humanitária, principalmente no que concernia a garantia do direito ao sepultamento digno de mortos e desaparecidos políticos. Antes da interferência do MPF, o Estado havia se responsabilizado parcialmente pela reparação financeira das vítimas e a promoção da verdade, mas nada havia sido feito em relação a justiça, a preservação, o direito a memória e a reforma das instituições governamentais.

Após inúmeras dificuldades e instauração de processos criminais para investigar a falta de informação das Forças Armadas sobre os desaparecidos políticos, o MPF concluiu que as consequências da ditadura (cis)hétero-civil-militar ia além a falta de informação sobre os desaparecidos políticos. O Estado omitia informações a respeito das violações aos direitos humanos e “impedia a promoção da verdade [...] e, com isso, que a sociedade pudesse compreender sua história e prevenir a repetição” (MINISTÉRIO, [2010-?]).

A problemática acerca das reparações e da promoção da verdade teve início antes mesmo do fim da ditadura (cis)hétero-civil-militar. Em 1978, o Comitê

Brasileiro pela Anistia (CBA) foi fundado para exigir uma “anistia, ampla, geral e irrestrita” a todas as vítimas da ditadura. Sendo que, para impedir a participação política dos movimentos sociais que combatiam o regime, impedir a responsabilização dos órgãos de repressão e impedir a criação de novos partidos políticos liderados por ex-exilados, o governo de Figueiredo (1979-1985) apresentou uma contraproposta que “não incluía os ex-combatentes da luta armada, líderes da esquerda exilada, e deixava a reintegração dos funcionários públicos, civis ou militares, ao sabor da apreciação dos chefes administrativos. E, principalmente, impunha o perdão aos torturadores (MORAES, 2014, p. 207).

Pode-se afirmar que um dos maiores erros, ao término da ditadura, foi não condenar os torturadores e os responsáveis por perseguir, vigiar, agredir e, até mesmo, fazer vista grossa aos crimes que aconteciam contra aqueles/aquelas que combatiam o regime. A Anistia sancionada pela Lei nº 6.683/1979 assegurou uma autoanistia para os violadores dos direitos humanos, permitiu que a Justiça não julgasse os crimes cometidos durante a ditadura contra opositores políticos, perpetuando a impunidade, ocultou a verdade, não reparou as vítimas e ainda promoveu o esquecimento da população.

Consequentemente, os pilares nos quais a Justiça de Transição se baseia não foram todos alcançados. Isso significa que não vemos a Justiça de Transição sendo bem aplicada no país. Desse modo, para se obter sucesso, os eixos principais a serem seguidos são: direito à reparação, direito à memória, direito à verdade, direito à justiça e a reforma institucional. No primeiro eixo, o Estado tem a obrigação de oferecer reparação as vítimas das violações graves dos direitos humanos, sejam os perseguidos políticos, as famílias de mortos e desaparecidos, pode ser oferecida coletivamente a grupos específicos ou para a sociedade em geral. Segundo Paul van Zyl (2011), esta reparação pode assumir diferentes formas, entre elas: a ajuda material (pensões, pagamentos compensatórios, bolsas de estudo etc.), assistência psicológica e medidas simbólicas como a construção de monumentos e memoriais.

O segundo eixo se refere tanto às políticas públicas e/ou outras iniciativas para homenagear os perseguidos quanto “para esclarecer o funcionamento da repressão, dando ampla repercussão social a essas informações” (QUINALHA, 2012, p. 98). Para o autor, quando o direito à memória é concedido serve para

entendermos o funcionamento do poder autoritário, mas também entendermos os processos de resistência de diversos setores da sociedade. Quando citamos o direito à memória em relação a travestilidade é justamente para que possamos lançar luz sobre as trajetórias das travestis que resistiram durante o período ditatorial. Resgatar as suas histórias possibilita que possamos enxergar também os seus processos múltiplos de luta e resistência.

O terceiro eixo versa sobre o direito à verdade, ou seja, o acesso as informações sobre os fatos ocorridos pelas vítimas, pelos seus familiares e pela sociedade. Segundo Quinalha (2012), uma das formas para se obter informações é a abertura total e irrestrita das documentações referentes ao período e a divulgação dos dados. O destaque, nesse caso, vai para as Comissões da Verdade responsáveis por efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação. As comissões abriram espaço para que as vítimas e familiares pudessem contribuir, através dos seus testemunhos, e/ou refutar as mentiras contadas pelos militares. Para Zyl (2011, tradução nossa) “dar-lhes uma voz oficial a vítimas também pode ajudar a reduzir seus sentimentos de indignação e ira”.

Foi somente no ano de 2014, durante o mandato da presidenta Dilma Rouseff (2010-2014) – também vítima do período ditatorial – que foi criada a Comissão da Verdade por meio da Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Dentre os muitos objetivos da Comissão Nacional, podemos citar os esclarecimentos dos fatos e circunstâncias dos casos de violação dos direitos humanos; os esclarecimentos dos casos de tortura, desaparecimento forçado, ocultação de cadáver e autoria dos assassinatos; identificar e tornar público os locais e instituições onde aconteciam as práticas de violação; prevenir a violação dos direitos e assegurar a não repetição; promover a reconstrução das histórias dos caos graves de violação; receber testemunhos, informações e documentos do poder público, ainda que classificados sob sigilo; determinar a realização de perícias; promover audiências públicas; promover a reconciliação nacional e educar a população para que tais violações não ocorram novamente (BRASIL, 2011).

Por último e não menos importante, o quarto eixo, direito à justiça, consiste na investigação e condenação dos torturadores – e demais agentes violadores dos direitos humanos. A ato de investigar, processar apurar e responsabilizar serve para prevenir futuros crimes e oferecer justiça às vítimas e familiares. Ainda segundo

Quinalha (2014) esse eixo é o mais difícil de ser concretizado porque não envolve apenas a condenação dos agentes violadores, mas as instituições governamentais e o Estado. A plena realização do direito à justiça significa atingir a verdadeira experiência da justiça transicional e o início dos processos de reformulação das instituições governamentais. Nesse sentido, é necessário que as instituições responsáveis pelas práticas de violações sejam abolidas, responsabilizadas e substituídas por outras instituições que fortaleçam a democracia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bloch afirma que “o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (BLOCH, 2001, p. 75). Questionar a fonte é um dos papéis principais do/a historiador/a. Como todos os documentos, o impresso é resultado da sociedade que o produz e é atravessado por relações de poder, muitas vezes, conflitantes. Nesse sentido, pode-se afirmar que o *Diário de Pernambuco*, disfarçado de opinião popular, incentivou e cobrou das autoridades governamentais, judiciais e policiais uma maior repressão contra as corpos travestis.

Elogiar as companhias teatrais, os desfiles e bailes de carnavais e os shows nas casas noturnas não impedia que o *Diário de Pernambuco* publicasse também reportagens sobre os assassinatos, com requinte de crueldade, das travestis; prisões e o estabelecimento da censura que impedia a circulação das travestis nas ruas da cidade do Recife, muitas vezes até concordando e endossando. Sendo assim, o *Diário de Pernambuco* contribuiu para a construção do pensamento social pernambucano sobre o que era ser uma travesti.

É notório que a sociedade até poderia aceitar os “homossexuais comportados”, que possuía comportamentos semelhantes aos dos heterossexuais, mas rejeitava as travestis consideradas como personagens mais incômodas. Quanto mais a bicha fosse efeminada e quanto mais as travestis realizassem modificações corporais e utilizassem adereços lidos como femininos mais eles/as sofriam com a discriminação, violência e ostracismo social. Desse modo, evidenciamos que a travestilidade expôs a falha existente dentro das normas rígidas de gênero e, por isso, ao subverter a Norma, se tornavam alvo do poder que tentava controlar as corpos dissidentes.

Conscientes da influência que o jornal *Diário de Pernambuco* tinha sobre o cotidiano da sociedade pernambucana e da crise econômica e social orquestrada pelos governos militares, optamos percorrer, nesse trabalho, os caminhos trilhados pelas travestis para sobreviver e resistir ao sistema. No primeiro capítulo, percebemos que ao excluir social as travestis, a sociedade e os governos conduziram as travestis para os trabalhos informais; sem o direito de ter a carteira de trabalho assinada; a prostituição e as artes, utilizadas pelas travestis como

alternativa para fugir dos estigmas da prostituição e como oportunidade de sair do país.

Num segundo momento, compreendemos que fazer parte das companhias teatrais, desfilar nos bailes de carnaval e nas agremiações, participar de eventos e se apresentar em casas noturnas surgia como um caminho alternativo para sobreviver em meio à crise econômica que assolava o país e atingia os mais pobres. Com base na constatação do poder que a arte tinha, escolhemos como exemplo a companhia teatral Vivencial.

Composta majoritariamente por integrantes provenientes da periferia, a companhia Vivencial obteve grande sucesso no final da década de 1970 e início de 1980, proporcionando a abertura de diversos postos de emprego e o reconhecimento de uma companhia composta por homossexuais e travestis. Através das companhias teatrais ou por meio das apresentações realizadas em casas noturnas, as travestis procuravam ganhar uma certa notoriedade e acumular pecúlio não só para se manter, mas para percorrer nos trânsitos que desejassem.

Nesse contexto incerto e de poucas oportunidades, conseguimos perceber também a existência de muitas reportagens, no *Diário de Pernambuco*, sobre a prostituição. Muitas vezes não por escolha, mas por falta de outras oportunidades, as travestis enxergavam na prostituição uma forma de obter renda, principalmente quando eram pretas, pobres e tinham sofrido com o rechaço das suas famílias. Pensar nas questões de raça, classe e gênero, por meio da interseccionalidade, nos ajuda a compreender como as corpos dissidentes são afetadas e como podemos incorporar as questões de raça, classe e gênero à prática dos direitos humanos e o desenvolvimento de políticas públicas específicas para quem sofre violências específicas.

Porém, o que mostramos no terceiro capítulo, é que ser travesti e circular pelas ruas da capital pernambucana também significava ser um alvo fácil. Durante o período da ditadura (cis)hétero-civil-militar e no meio de uma onda moralizante comandada pelos próprios órgãos policiais, diversas travestis foram assassinadas e os seus algozes continuaram seguindo suas vidas em completa liberdade. Alguns casos, inclusive, terminaram não sendo solucionados por falta de interesse daqueles que deveriam as proteger.

Para pôr fim a impunidade, a justiça transicional e as comissões da verdade surgem como a melhor solução para punir torturadores e agentes violadores dos direitos humanos e para promover o direito à memória, à verdade e a reconciliação nacional para que assim a paz possa ser promovida, a justiça seja alcançada e a sociedade tenha acesso a verdade e não mais repita uma história que é marcada por graves violações e perversidade.

Diante do que foi exposto, podemos afirmar que existia uma política sexual e de gênero na ditadura que se preocupava com a liberação sexual, com a revolução dos costumes e com as travestis que, cada vez mais, reivindicavam as suas identidades sexuais e/ou de gênero. A construção de guetos formados por prostitutas, homossexuais e travestis era uma presença incômoda para as tradicionais famílias brasileiras e para o Estado, pois a presença das corpos dissidentes nas ruas e ocupando espaços antes negados colocava em xeque as falhas do sistema.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AFONSO-ROCHA, R. E havia uma ditadura cis-hétero-militar? **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 2, n. 16, p. 17–42, 2021.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro: Editora Jandaíra, 2020.

BARNART, Fabiano. **As Travestilidades na Ditadura**: a interdição e a resistência de travestis em Porto Alegre, na década de 1970. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2018.

BARROS, José D' Assunção. Sobre a feitura da Micro-História. **Revista OPSIS**, Catalão, v. 7, n. 9, p. 167-185, 2007.

BARROS, José D' Assunção. **Teoria da História**: a Escola dos Annales e a Nova História. Petrópolis, Rj: Vozes, 2012.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. Prefácio. In: NETO, Miguel Rodrigues de Sousa; GOMES, Aguinaldo Rodrigues. **História e Teoria Queer**. Salvador, BA: Editora Devires, 2018.

BERALDO, João Paulo Ribeiro. Gênero: uma falácia contemporânea? **Revista Em Perspectiva**, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 87-100, 2020.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.004, de 21 de outubro de 1969**. Dispõe sobre o Código Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del1004.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1004.htm). Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Dispõe sobre o Código Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941**. Dispõe sobre as Contravenções Penais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3688.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm). Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 6.416, de 24 de maio de 1977**. Altera dispositivos do Código Penal, do Código de Processo Penal, da Lei das Contravenções Penais e dá

outras providências. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6416.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6416.htm). Acesso em: 5 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm). Acesso em: 5 jul. 2022

BRITO, Alexandre Magno Maciel Costa e. **O lamião da esquina: uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

BRULON, Bruno. Normalizar para normalizar: uma análise queer dos regimes de normalidade na historiografia contemporânea da homossexualidade. *In*: NETO, Miguel Rodrigues de Sousa; GOMES, Aguinaldo Rodrigues. **História e teoria queer**. Salvador, BA: Devires, 2018. p. 47-76.

BUTLER, Judith. Corpos que ainda importam. *In*: COLLING, Leandro (org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAEIRO, Rui Miguel Pereira. **Transexualidade(s) e travestilidade(s) no jornalismo: uma análise discursiva das notícias produzidas em Pernambuco pelo Aqui PE e Jornal do Commercio**. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Recife, 2016.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, Bruno Robson de Barros. **Tá pensando que travesti é bagunça? Repertórios sobre travestilidade, em contextos de criminalidade, por Jornais de Pernambuco**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

CAVALCANTI, Maria Clara Martins. Gênero e a escrita da história: reflexões sobre feminismo, raça e crítica à colonialidade. **Revista Em Perspectiva**, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 191-207, 2020.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 27-52.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004. p. 7-16. Disponível em: <https://nsp.unb.br/popnegra/images/library/Kimberle-Crenshaw-Interseccionalidadenadiscriminaoderaaegenero.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2022.

FGV. **Diário de Pernambuco**, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>. Acesso em: 25 ago. 2021.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramalhe. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FRANCO, Paki Venegas; CERVERA, Júlia Pérez. **Manual para o uso não sexista da linguagem**. [s.l.]: PROTECA, 2006.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.  
GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2015.  
GREEN, James Naylor. **Além do carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

JESUS, Cassiano Celestino de. *História e Teoria Queer: possibilidades nas margens*. **Revista Boletim Historiar**, Aracaju, v. 7, n. 1, p. 1-10, 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes. *Travessia: caminhos da população trans na história*. In: QUINALHA, Renan. et al. *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018. p. 379-392.

KRENISKI, Gislania Carla P.; AGUIAR, Maria do Carmo Pinto. *O jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991)*. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulos: ANPUH – SP, 2011.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. 2001. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2014.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. *In*: 10º ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 2015, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre, RS: ALCAR, 2015.

LAURETIS, Teresa de. Teoria queer, 20 anos depois: identidade, sexualidade e política. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000. p. 4-24 da edição eletrônica em PDF feita por Waldênia Alvarenga Santos Ataíde. Disponível em: [https://www.academia.edu/32833669/o\\_corpo\\_educado\\_pedagogias\\_da\\_sexualidade](https://www.academia.edu/32833669/o_corpo_educado_pedagogias_da_sexualidade). Acesso em: 4 abr. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *In*: YALA, Abya. **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales**. [ S. I. ]: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 57-74.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: EDUFBA, 2018.

MINISTÉRIO Público do Estado de Pernambuco. Acusado de matar homossexual é condenado a 10 anos de prisão. **Jusbrasil**, 2011. Disponível em: <https://mp-pe.jusbrasil.com.br/noticias/2768847/acusado-de-matar-homossexual-e-condenado-a-10-anos-de-prisao>. Acesso em: 5 jul. 2022.

MINISTÉRIO Público Federal. O papel do MPF na Justiça de Transição no Brasil. **Justiça de Transição**, [201-?]. Disponível em: <https://justicadetransicao.mpf.mp.br/>. Acesso em: 5 jul. 2022.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MORAES, Mário Sérgio de. **50 anos construindo a democracia: do golpe de 64 à Comissão Nacional da Verdade**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2014.

NASCIMENTO, Anne R. S. O que nos atravessa? A marginalização das corpos trans na ditadura cis-hétero-militar brasileira (1970-1985). NASCIMENTO, Anne R. S. et al. **Genealogias Queer**. Salvador, BA: Devires, 2021.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821/1954)**. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária/Universidade Federal de Pernambuco, 1968.

NETO, Miguel Rodrigues de Sousa. Rotas desviantes no oco do mundo: desejo e performatividade no Brasil contemporâneo. *In*: NETO, Miguel Rodrigues de Sousa; GOMES, Aguinaldo Rodrigues. **História e teoria queer**. Salvador, BA: Devires, 2018. p. 21-45.

PIACSEK, Eduardo Guilherme. **Eros em Pauta**: a sexualidade nas páginas do Jornal Notícias Populares (1982-1984). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

PRECIADO, Paul B. Texto Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano**: crônicas da travessia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

QUINALHA, Renan Honório. **Justiça de Transição**: contornos do conceito. 2012. Dissertação (Mestrado em Teoria Geral e Filosofia do Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

QUINALHA, Renan. et al. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

RÊGO, Ana Regina. A Ditadura Militar no jornalismo de Carlos Castello Branco. *In*: RÊGO, Ana Regina; EUGÊNIO, João Kennedy (Orgs.). **Regimes ditatoriais**: comunicação, cultura e memórias. Teresina: EDUFPI, 2016. p. 37-60.

REIMÃO, Sandra. Ditadura militar e a censura a livros: Brasil (1964-1985). *In*: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. **Impresso no Brasil**: Dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 271-287.

SANTOS, Rogério Reis dos. **Uma bicha atrevida pede a palavra**: o lampião da esquina e a resistência de homossexuais durante a ditadura civil militar brasileira. 2017. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação&Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n.2, 1995.

SCOTT, Joan. História das mulheres. *In*: BURKE, Peter (org.). **A Escrita a história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SILVA, Marcília Gama da. O Recife dos militares, memórias da repressão e do cotidiano da polícia. *In*: SCHURSTER, Karl; SILVA, Giselda Brito (Orgs.). **Histórias do Recife: entre narrativas do passado e interpretações do presente**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011. p. 288-315.

SILVA, Natanael de Freitas. **Dzi Croquettes: invenções, experiências e práticas de si – masculinidades e feminilidades vigiadas**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017.

SILVA, Sandro José da. **Quando ser gay era uma novidade: aspectos da homossexualidade masculina na cidade do Recife na década de 1970**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise, Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero incoformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

TANGANELLI, Larissa de Rezende. **Há perigo na esquina: discursos dissidentes no jornal Lampião (1978-1981)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

TAYLOR, Chloë. Biopoder. *In*: TAYLOR, Diana (ed.). **Michel Foucault: conceitos fundamentais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

URIAS. **DIABA**. 2019. 3 min, son., color. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_r83\\_uatpM](https://www.youtube.com/watch?v=_r83_uatpM). Acesso em: 21 jul. 2021.

VERAS, Elias Ferreira. **Travestis: carne, tinta e papel**. 2. ed. Curitiba: Appris, 2019.

VERAS, Elias Ferreira. Travestis: visibilidade e performatividade de gênero no tempo farmacopornográfico. *In*: QUINALHA, Renan. et al. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 347-356.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 90-109, 2014.

VIEIRA, Helena; FRACCAROLI, Yuri. Violência e dissidências: um breve olhar às experiências de repressão e resistência das travestis durante a ditadura militar e os primeiros anos da democracia. *In*: QUINALHA, Renan. et al. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 357-378.

VIEIRA, Nayara da Silva. **Entre o imoral e o subversivo**: a divisão de censura de diversões públicas (DCDP) no Regime Militar (1968-1979). 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília. 2010.

YORK, Sara Wagner/GONÇALVES JUNIOR, Sara Wagner Pimenta; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, 2020.

ZYL, Paul van. Promoviendo la justicia transicional em sociedades post conflicto. *In*: REÁTEGUI, Félix (ed.). **Justicia transicional**: manual para América Latina. Brasília: Comisión de Amnistia, Ministerio de Justicia; Nueva York: Centro Internacional para la Justicia Transicional, 2011.

### Fontes periódicas

“BONECAS” vão à Justiça com mandado de segurança. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano x, n. x, 17 fev. 1971. Segundo Caderno, p. 12.

ALBERTO, João. Baile dos artistas. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 155, n. 32, 2 fev. 1980. Sociais, Terceiro Caderno, p. C-3.

ALBERTO, João. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 160, n. 253, 15 set. 1985. Sociais, Segundo Caderno, p. B-3.

ALBERTO, João. Les Girls. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 148, n. 65, 11 mar. 1973. Sociais, Segundo Caderno, p. 3.

ALBERTO, João. Visto é exigido. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 157, n. 268, 30 set. 1982. Sociais, Segundo Caderno, p. B-3.

ARACATY É SUSPEITO de mandar assassinar testemunha de crime. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 159, n. 305, 6 nov. 1984. Polícia, Primeiro Caderno, p. A-13.

ARACATY NÃO vai à delegacia depor. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 159, n. 285, 17 out. 1984. Polícia, Primeiro Caderno, p. A-13.

ASSASSINADO outro homossexual na Antônio Falcão. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 160, n. 317, 18 nov. 1984. Polícia, Primeiro Caderno, p. A-27.

ATENTADO e assassinio de travestis serão apurados. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 160, n. 61, 4 mar. 1985. Polícia, Primeiro Caderno, p. A-12.

BARBOSA, Zenaide. Consuelo decidiu que o espetáculo não pode parar. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 160, n. 37, 6 fev. 1985. Feminino, Segundo Caderno, p. B-4.

BARBOSA, Zenaide. Exemplo. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 148, n. 72, 18 mar. 1973. Suplemento Social, p. 10.

BARBOSA, Zenaide. Tudo o que você precisa saber sobre homossexualismo. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 152, n. 349, 28 dez. 1976. Feminino, Segundo Caderno, p. B-2.

BOATE de travestis é mais um atrativo nas noites do Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 154, n. 139, 25 mai. 1979. Local, Primeiro Caderno, p. A-6.

BUROU, Georges. De homem para mulher são duas horas de cirurgia. [Entrevista cedida a] Jean Marie Wetzel. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 149, n. 155. 11 jun. 1974. Geral, Segundo Caderno, p. 6.

CHAVES, Paulo Azevedo. Travestis. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 157, n. 177, 1 jul. 1982. Seção Cinema/Artes, Segundo Caderno, p. B-6.

CHAVES, Paulo Azevedo. Shows. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 154, n. 60, 4 mar. 1979. Geral, Quarto Caderno, p. D-6.

GUIMARÃES, Ana Maria; Ângela Lacerda. Rebolado “gay” sacode as noites do Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 154, n. 169, 24 jun. 1979. Local, Primeiro Caderno, p. A-15.

COMERCIANTES fazem apelo ao comandante da PMPE. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 159, n. 28, 29 jan. 1984. Polícia, Primeiro Caderno, p. A-27.

CONSUELO. Consuelo: “Visto-me de mulher só para ganhar a vida. [Entrevista cedida a] Zenaide Barbosa. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 158, n. 30, 30 jan. 1983. Feminino, Segundo Caderno, p. B-4.

COUTINHO, Valdi. O teatro pernambucano à procura de caminhos alternativos. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 155, n. 18, 19 jan. 1980. Seção C, Caderno Viver, p. 1.

COUTINHO, Valdi. O Vivencial e seu caminho alternativo. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 154, n. 109, 24 abr. 1979. Diversões, Terceiro Caderno, p. C-5.

CYSNEIROS, Luís. Parabéns, Coronel. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 145, n. 27, 31 jan, 1970. Bastidores da Polícia, Primeiro Caderno, p. 7.

DELEGACIA ATUA contra travestis e prostitutas. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 160, n. 159, 11 jun. 1985. Polícia, Primeiro Caderno, p. A-15.

DELEGACIA DE COSTUMES registra 70 mil prostitutas na cidade. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 160, n. 297, 29 out. 1985. Polícia, Primeiro Caderno, p. A-13.

DELEGADO exige: punição severa para os bandidos. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 156, n. 2, 3 jan. 1981. Polícia, Primeiro Caderno, p. A-11.

DELEGADO lança campanha contra maus costumes. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 151, n. 230, 16 maio, 1976. Polícia, Segundo Caderno, p. 13.

DEPUTADO pede ação policial para evitar “passeio” de travestis. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 159, n. 160, 14 jun. 1984. Polícia, Primeiro Caderno, p. A-15.

DESAPARECIMENTO de travesti é um grande mistério para a SSP. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 160, n. 353, 24 dez. 1984. Polícia, Primeiro Caderno, p. A-12.

DIÁRIO de Pernambuco. **O início da história**, 2016. Disponível em: <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/diario190anos/index.php/2016/11/08/o-inicio-da-historia>. Acesso em: 25 ago. 2021.

EMPRESÁRIO ACUSADO de matar travesti deve depor amanhã. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 159, n. 275, 7 out. 1984. Polícia, Primeiro Caderno, p. A-27.

EMPRESÁRIO MATA travesti em B. Viagem. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 159, n. 271, 3 out. 1984. Polícia, Primeiro Caderno, p. A-15.

FAMÍLIAS apelam à SSP. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 157, n. 342, 19 dez. 1981. Polícia, Primeiro Caderno, p. A-19.

GIBSON, Dóris. O que fizeram de ti, Colombina?. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 34, n. 145, 8 fev. 1970. Terceiro Caderno, p. 3.

HORMÔNIO de gado deforma homem. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 146, n. 288, 15 dez. 1971. Nacional, Primeiro Caderno, p. 2.

INQUÉRITOS que apuram morte de travestis estão parados na DH. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 160, n. 354, 25 dez. 1984. Polícia, Primeiro Caderno, p. A-15.

JUSTIÇA decreta a prisão do matador de homossexual. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 159, n. 292, 24 out. 1984. Polícia, Primeiro Caderno, p. A-21.

LEITE, Waldimir Maia. Brasil exporta travestis. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 156, n. 324, 27 nov. 1980. Opinião, Primeiro Caderno, p. A-9.

MARINHO, Luciano. O homossexualismo. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 153, n. 134, 20 maio 1978. Opinião, Primeiro Caderno, p. A-11.

MÉDICO paulista é acusado de produzir eunucos com as operações que realizou. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 151, n. 330, 7 dez. 1975. Nacional, Primeiro Caderno, p. 11.

MEIGE, France. Transexualismo e “Novas Evas”. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 154, n. 160, 15 jun. 1979. Seção C, Caderno Viver, p. 1.

MORTE de travesti não está ligada ao caso de “Aracaty”. **Diário de Pernambuco**, ano 160, n. 319. Polícia, Primeiro Caderno, p. A-13.

OPERAÇÕES para mudança de sexo são feitas em todo mundo sem entrave legal. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 151, n. 262, 28 set. 1976. Local, Primeiro Caderno, p. A-2.

OS TRAVESTIDOS. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 149, n. 52, 22 fev. 1974. Opinião, Primeiro Caderno, p. 4.

OUTRO travesti é vítima de atentado na Antônio Falcão. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 160, n. 344, 15 dez. 1984. Polícia, Primeiro Caderno, p. A-15.

POLÍCIA Federal proíbe “baile das bonecas”. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 146, n. 39, 16 fev. 1971. Segundo Caderno, p. 12.

PRESERVE. Oscar Aracaty. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 159, n. 303, 4 nov. 1984. Polícia, Primeiro Caderno, p. A-23.

PROCURADOR favorável a habeas-corpus ao empresário Aracaty. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 160, n. 326, 27 nov. 1984. Polícia, Primeiro Caderno, p. A-15.

PROTESTO das “Bonecas”. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 146, n. 42, 19 fev. 1971. Segundo Caderno, p. 12.

ROGÉRIA. Astolfo Barroso, Aliás Rogéria. [Entrevista cedida a] Carlos Cavalcante. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 153, n. 271, 5 out. 1978. Seção C, Caderno Viver, p. 1.

RUTY. Travesti: machões que conheço geralmente são bissexuais. [Entrevista concedida a]. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 160, n. 322, 23 nov. 1984. Polícia, Primeiro Caderno, p. A-17.

TESTEMUNHA reconheceu empresário Aracati como assassino de homossexual. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 159, n. 273, 5 out. 1984. Seção Polícia, Primeiro Caderno, p. A-15.

TESTEMUNHAS-CHAVE da morte de travesti depõe hoje. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 160, n. 307, 8 nov. 1984. Polícia, Primeiro Caderno, p. A-15.

TRAVESTI é morto a tiros. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 160, n. 59, 2 mar. 1985. Polícia, Primeiro Caderno, p. A-19.

TRAVESTI envolvida no “Caso Aracaty” é morto. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 159, n. 304, 5 nov. 1984. Polícia, Primeiro Caderno, p. A-12.

TRAVESTIS e mariposas combatidas no Pátio. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 153, n. 305, 10 nov. 1977. Polícia, Primeiro Caderno, p. A-15.

TRAVESTIS estão proibidas de brincar Carnaval. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 145, n. 24, 28 jan. 1970. Polícia, Primeiro Caderno, p. 3.

TRAVESTIS unem-se a gang para assaltar, diz delegado. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 160, n. 62, 5 mar. 1985. Polícia, Primeiro Caderno, p. A-15.

TREVISAN, João Silvério. Vivencial Diversiones apresenta: frangos falando para o mundo. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 18, nov. 1979. Reportagem, p. 15. Disponível em: <https://grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/22-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-18-NOVEMBRO-1979.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2021.

SEXO Proibido. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 159, n. 280, 12 out. 1984. Diversões, Segundo Caderno, p. B-5.

A REUNIÃO. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 146, n. 24, 29 jan. 1971. Segundo Caderno, p. 12.